



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DE COMUNIDADES
E ECOLOGIA SOCIAL - EICOS

ANA RENATA COIMBRA BORGES

**Permacultura Urbana:
Investigando as representações sociais em práticas permaculturais na
cidade do Rio de Janeiro/RJ**

Rio de Janeiro, 2018

Ana Renata Coimbra Borges

Permacultura Urbana

Investigando as representações sociais em práticas permaculturais na cidade do Rio de Janeiro/RJ

Dissertação de Mestrado apresentada ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS/IP, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta de Araújo Pinheiro

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Tania Maria de Freitas Barros Maciel

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marta de Araújo Pinheiro – Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dr. Celso Sanchez Pereira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio

Prof.^a Dr.^a Mônica Machado Cardoso
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B732 Borges, Ana Renata Coimbra.
Permacultura urbana: investigando as representações sociais em práticas permaculturais na cidade do Rio de Janeiro - RJ / Ana Renata Coimbra Borges. 2018.
113 f. : il.

Orientadora: Marta de Araújo Pinheiro.
Coorientadora: Tania Maria de Freitas Barros Maciel.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, 2018.

1. Educação ambiental – Rio de Janeiro, RJ. 2. Permacultura – Rio de Janeiro, RJ. 3. Ecologia humana. I. Pinheiro, Marta de Araújo. II. Maciel, Tania Maria de Freitas. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 363.7

Elaborada por: Adriana Almeida Campos CRB-7/4081

FOLHA DE APROVAÇÃO

Permacultura Urbana:
Investigando as representações sociais em práticas permaculturais na cidade do
Rio de Janeiro/RJ

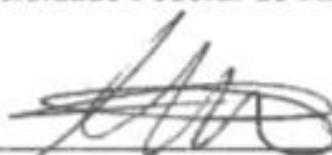
Ana Renata Coimbra Borges

Dissertação submetida ao Corpo Docente do Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:



Prof.ª Dr.ª Marta de Araújo Pinheiro – Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ



Prof. Dr. Celso Sanchez Pereira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio



Prof.ª Dr.ª Mônica Machado Cardoso
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Rio de Janeiro

2018

À memória de Marielle Franco (1979-2018)
Que, por ousar acreditar e lutar, teve sua vida ceifada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas e instituições que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa, em especial:

Ao CNPq, pela bolsa concedida e sem a qual este trabalho não seria possível.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Marta Pinheiro por esse período de intenso trabalho e pelo acolhimento, orientações, parceria e dedicação. Gostaria que tivéssemos tido mais tempo para trabalhar juntas. Muito obrigada!

À minha coorientadora Prof.^a Dr.^a Tânia Maciel, pelos diálogos que tivemos.

À coordenadora Prof.^a Dr.^a Cecília de Mello e Souza e aos secretários Maicow e Ricardo, por todo apoio e por terem propiciado a continuidade desta pesquisa.

À Prof.^a Dr.^a Mônica Machado que, além de aceitar estar presente em minha banca, foi a professora com a qual mais cursei disciplinas ao longo do mestrado e com quem tive a oportunidade de conhecer os caminhos e belezas da etnografia.

Ao Prof. Dr. Celso Sanchez, pela participação na banca e pelas conversas nas quais, apesar de breves, sempre demonstrou interesse e apoio por esta pesquisa.

Aos entrevistados Armando, Dany, Dário, Gabriel, Isabel, Lorena e Sandro, por terem participado desta pesquisa com interesse, carinho e seriedade. Sem vocês, esta pesquisa não teria sido possível e espero que ela possa contribuir para a caminhada dos grupos que organizam. Força e luz!

Aos meus companheiros de trabalho na Sustentarte que, juntos, inspiramos e respiramos o que, nos momentos atuais, é mais do que necessário. Agradeço em especial à Áurea França, por todo apoio neste período.

Aos parceiros de longa distância André Santachiara Fossaluzza e Djalma Nery Ferreira Neto, com os quais troquei muitas ideias, frustrações e com os quais compartilho uma visão de mundo. Seguimos juntos por uma permacultura popular!

À minha mãe Alda, sem a qual eu não estaria aqui, nem fisicamente, nem academicamente. Agradeço todo apoio e carinho que sempre me dedicou. Tudo o que eu escrever aqui não dará conta do quanto sou grata.

À minha amiga, confidente e revisora Roberta Clapp. Todos que lerem essa pesquisa devem, também, agradecer a você. Com a sua revisão, o texto se tornou muito mais fluido.

Agradeço não só por isso, mas por toda parceria que temos há alguns anos e pela certeza de que outros tantos virão e estaremos juntas para apoiar e incentivar uma à outra.

Ao meu companheiro André Casati, por toda compreensão, amor e incentivo nesse período acadêmico. Sem você, tudo teria sido muito muito muito mais difícil e sem graça. Te amo!

Ao meu grande amigo Rafael Rodrigo, que incentivou que eu fizesse a inscrição no mestrado e esteve presente durante todo o período de seleção. Sou muito grata por todo esse apoio e pela nossa amizade.

Às minhas amigas Lucy, Júlia, Mari, Erika e Nai. Que acompanharam todo o processo pelo qual passei nos últimos dois anos, além de sermos amigas há mais de 15 anos. Obrigada pelos ouvidos, braços e corações sempre disponíveis. Sou porque vocês são.

Pois, lhe digo, minha Dona. É uma pena a senhora andar por aí fatigando seus olhos pelo mundo. Devia era, logo de manhã, passar um sonho pelo rosto. É isso que impede o tempo e atrasa a ruga. Sabe o que faz? Estende-se aí na areia, oblonga-se deitadinha, estica a alma na diagonal. Depois, fica assim, caladita, rentinha ao chão, até sentir a terra se enamorar de si. Digo-lhe, Dona: quando ficamos calados, igual uma pedra, acabamos por escutar os sotaques da terra. A senhora num certo momento, há de ouvir um chão marinho, faz conta é um mar sob a pele do chão. Aproveita esse embalo, Dona Luarmina. Eu tiro boas vantagens desses silêncios submarinhos. São eles que me fazem adormecer ainda hoje. Sou criança dele, do mar.

Mia Couto, Mar me quer

RESUMO

Almejando investigar as representações sociais criadas por indivíduos participantes de grupos de permacultura atuantes na cidade do Rio de Janeiro/RJ, esta pesquisa toma como base os estudos da teoria das representações sociais desenvolvidos por Serge Moscovici, Denise Jodelet e com as contribuições de Hall, no que se refere à linguagem, e os princípios éticos e de design cunhados por David Holmgren e Bill Mollison que dão forma à permacultura. Além de identificar os grupos atuantes neste território, buscamos reconhecer as práticas desenvolvidas e levantar os potenciais e as limitações expostas pelos indivíduos em relação às práticas permaculturais por eles desenvolvidas. Partindo de uma abordagem interdisciplinar e utilizando uma metodologia de base qualitativa, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental sobre a permacultura e a teoria das representações sociais. Observamos atividades desempenhadas pelos grupos em seus territórios e realizamos entrevistas semiestruturadas, propiciando a emergência de novas questões para o estudo. Através de análise de conteúdo foram formuladas categorias que permitiram a reflexão sobre as questões subjetivas em relação ao espaço no qual estão inseridos bem como em relação às práticas desenvolvidas por esses sujeitos. Na análise das entrevistas ficou evidente o entendimento dos atores sociais acerca da permacultura, as problemáticas envolvidas no seu desenvolvimento no contexto urbano e as possibilidades que poderiam facilitar a sua implementação. Ainda, identificamos que as pessoas envolvidas buscam modificar suas práticas individuais e o território no qual estão inseridas, seja ele urbano ou rural, por meio da utilização dos princípios éticos e de design propostos pela permacultura. Esta pesquisa visa contribuir para os estudos da permacultura no âmbito acadêmico, em especial na cidade do Rio de Janeiro, visando uma possível organização em rede dos grupos existentes.

Palavras chave: Permacultura Urbana; Representações Sociais; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Aiming to investigate the social representations created by individuals participating in permaculture groups that act in the city of Rio de Janeiro /RJ, this research is based on the studies of the social representations theory developed by Serge Moscovici, Denise Jodelet and with the contributions of Stuart Hall, in terms of language, and the ethical and design principles coined by David Holmgren and Bill Mollison that shape permaculture. In addition to identifying the groups that act in this territory, we seek to recognize the practices developed and raise the potentials and limitations exposed by the individuals in relation to the permaculture practices developed by them. Based on an interdisciplinary approach and using a qualitative methodology, a bibliographic and documentary survey on permaculture and the social representations theory was carried out. We observed activities performed by the groups in their territories and we conducted semi-structured interviews, allowing the emergence of new questions for the study. Through content analysis, categories were formulated that allowed the reflection on the subjective issues in relation to the space in which they are inserted as well as in relation to the practices developed by these subjects. In the analysis of the interviews, the social actors understanding of permaculture, the problems involved in its development in the urban context and the possibilities that could facilitate its implementation were evident. Also, we identify that the people involved seek to modify their individual practices and the territory in which they are inserted, be it urban or rural, through the use of the ethical and design principles proposed by permaculture. This research aims to contribute to the study of permaculture in the academic field, especially in the city of Rio de Janeiro, aiming at a possible network organization of existing groups.

Keywords: Urban Permaculture; Social Representations; Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
Capítulo 1 - PERMACULTURA	21
1.1 Vivendo em comunidade	22
1.2. Ecovilas.....	24
1.3. O surgimento da permacultura.....	25
1.3.1. A chegada ao Brasil	26
1.3.2. Afinal, o que é permacultura?	29
1.3.2.1. Princípios Éticos.....	31
1.3.2.2. Princípios de Design	33
1.3.2.3. Flor da permacultura	37
1.3.3. Como a permacultura se encontra hoje?	38
1.3.4. O contexto atual do movimento na cidade do Rio de Janeiro/RJ.....	41
Capítulo 2 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	45
2.1. Representações sociais e meio ambiente.....	49
2.2. Representações sociais e a linguagem.....	51
Capítulo 3 - METODOLOGIA	54
3.1. Levantamento bibliográfico	54
3.2. Elaboração do roteiro de entrevistas	55
3.3 Perfil dos entrevistados	56
3.3.1. Grupo Educação Popular na Cinelândia.....	57
3.3.2. Aldeia Maraka'nà	60
3.3.3. SOL e Mundos Livres	63
3.3.4. Epicentral	63
3.3.5. Horta Inteligente.....	66
3.3.6. Sustentarte	70
Capítulo 4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO	76
4.1. O que é permacultura afinal?	77
4.2. Um movimento elitista?	82

4.3. “Onde não olhamos pro céu e nem pisamos na terra”	83
4.4. Espaço urbano ou espaço rural?.....	85
4.5. Get out of town, before it’s too late my love... ..	87
4.6. “Não acredito em ecovilas!”	89
4.7. O que não é divertido não é sustentável.....	90
4.8. Então, como promover a permacultura nesse contexto?.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	100
ANEXO 1	104
ANEXO 2	106
ANEXO 3	110
ANEXO 4	112

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Princípios éticos da permacultura.
- Figura 2. Princípios de design.
- Figura 3. Flor da permacultura.
- Figura 4. População da cidade do Rio de Janeiro, de acordo com o CENSO 2010.
- Figura 5. Mapa político do estado do Rio de Janeiro, na qual pode ser localizada a cidade do Rio de Janeiro.
- Figura 6. Circuito da cultura.
- Figura 7: Grupo Educação Popular na Cinelândia em seu local de atuação: Praça da Cinelândia – Rio de Janeiro/RJ.
- Figura 8: Oficina de Horta Caseira sendo realizada na Praça da Cinelândia – Rio de Janeiro/RJ.
- Figura 9: Oficina de permacultura realizada na Praça da Cinelândia – Rio de Janeiro/RJ.
- Figura 10: Reunião de empreendimentos cooperativos na Aldeia.
- Figura 11: Plantio de mudas na área da Aldeia.
- Figura 12: Plantio sendo realizado na área da Aldeia.
- Figura 13: Estrutura do Epicentral: corredor lateral.
- Figura 14: Estrutura do Epicentral: salão interno.
- Figura 15: Preparação para a Horta, no Epicentral.
- Figura 16: Oficina de captação de água da chuva, realizada no Epicentral.
- Figura 17: Atividade desenvolvida pelo Horta Inteligente no Epicentral.
- Figura 18: Manejo de árvores. Poda para utilização da matéria orgânica na horta.
- Figura 19: Canteiro com consórcio entre arruda, pimenta, abobrinha, orégano e milho.
- Figura 20: Canteiro com consórcio entre capim limão, bertalha, manjeriço, abobrinha, erva doce, camomila, endro, pimenta.
- Figura 21: Área de plantio com o solo coberto por matéria orgânica, pronta para receber as mudas de horta.
- Figura 22: Sentindo o ambiente durante as aulas promovidas na escola.
- Figura 23: Preparação da fundação da estrutura a ser construída no curso de bioconstrução.
- Figura 24: Casinha infantil construída no curso de bioconstrução.
- Figura 25: Atividades lúdicas desenvolvidas ao longo do curso de bioconstrução.
- Figura 26: Casa de ferramentas concluída coletivamente no curso de bioconstrução.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Princípios de design

Tabela 2: Funções das representações sociais, de acordo com Abric.

Tabela 3. Informações referentes aos indivíduos participantes das entrevistas

INTRODUÇÃO

**“A civilização, que confunde os relógios com o tempo,
o crescimento com o desenvolvimento
e o grandalhão com a grandeza,
também confunde a natureza com a paisagem,
enquanto o mundo, labirinto sem centro,
dedica-se a romper seu próprio céu.”
Eduardo Galeano, 2011**

O agravamento dos problemas ambientais derivados das ações promovidas pelo modelo econômico vigente, focado no avanço industrial dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, trouxe para as zonas urbanas e rurais novas diretrizes a serem seguidas no pós-guerra. Nesse sentido, identifica-se uma mudança paradigmática no que se refere à ligação entre os seres humanos e seus locais de trabalho e, junto a isso, uma mudança ainda maior no que se refere ao trabalho no campo.

Nesse sentido, a partir da década de 1960, apoiado pela FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – e pelo Banco Mundial, observa-se um movimento: o início da implantação da *revolução verde* no Brasil. Esta revolução, que de acordo com Machado e Machado Filho (2014) “não foi nem *revolução*, e muito menos *verde*”, tratava-se de um programa que visava ao aumento da produção agrícola no mundo a partir da utilização de máquinas e de insumos industriais, com o intuito de reduzir os custos de manejo da produção e a diminuição da quantidade de seres humanos envolvidos neste processo. Este programa, implementado não só no Brasil¹, mas em diversas partes do mundo, é apontado como um dos fatores responsáveis pela desarticulação entre os camponeses e o campo. O processo de modernização do campo, amplamente apoiado e fomentado pelos órgãos internacionais citados anteriormente, gerou a diminuição dos empregos nos territórios rurais, acarretando a procura dos centros urbanos por quem se retirava das zonas rurais em busca de trabalho e condições dignas de habitação e vida (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Esta *revolução* trouxe consigo uma miríade de questões, dentre as quais podemos citar a expulsão de pequenos agricultores do campo e, com isso, o aumento da população urbana; geração de mão-de-obra barateada; diminuição da qualidade de vida; aumento da marginalidade e da criminalidade nas regiões urbanas; uma acentuada perda da biodiversidade, devido à agressão e à contaminação gerada nos ambientes nos quais foi implementada; o afastamento da

¹ No Brasil, além de ser assegurada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, a *revolução verde* foi ainda sustentada pelo golpe militar, ocorrido em 1964, período no qual passou a ser considerada uma “política agrícola oficial” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

relação entre seres humanos e natureza; e, para não sermos injustos, e parecer que fechamos nossos olhos para os eventuais benefícios que esta *revolução* trouxe para uma parcela de indivíduos, apontamos a excepcional elevação observada nos rendimentos das multinacionais que se ocuparam com a sua implementação. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014)

Dentre as questões apontadas destacamos a penúltima, referente à separação ser humano-natureza. A saída das zonas rurais para as zonas urbanas, derivada a diminuição dos postos de trabalho no campo, favoreceu a ampliação da desconexão do vínculo existente entre os seres humanos e a natureza e, tendo em vista que o ser humano é parte constituinte da natureza, esse distanciamento é problemático e traz perdas para ambos os lados. Ao conceber a natureza somente a partir de sua utilidade, buscar submetê-la às necessidades humanas ou tratá-la como algo puro a ser protegido e intocado, os seres humanos acabam por minar a intrínseca conexão existente entre ambos (GALEANO, 2011 apud MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Próximo a este contexto histórico no qual se observa o desenvolvimento da revolução verde, é possível identificar a efervescência a nível internacional de articulações contrárias às imposições políticas, econômicas, sociais e ambientais da época formando um movimento de contracultura. Entre esses movimentos, é possível identificar o surgimento de coletivos ligados às questões ambientais, questionando as decisões tomadas pelos governos e empresas nesse campo tais como Greenpeace no Canadá, o movimento hippie nos Estados Unidos, a formação de partidos verdes na Tasmânia – e que posteriormente se disseminou pelos países da Europa. Esses movimentos buscavam a retomada de um diálogo político com viés social e ambiental e de práticas que, dentre outros resultados, pudessem reverter o afastamento instaurado entre os seres humanos e a natureza decorrente dos processos instaurados pela revolução verde. A permacultura emerge na década de 1970 em consonância com esses grupos, surgidos na mesma época, na Austrália (MOLLISON; HOLMGREN, 1978; MENDES, 2010; FERREIRA NETO, 2017; GREENPEACE, 2018; PARTIDO VERDE, 2018).

Nessa busca pela reconexão da relação ser humano – natureza nota-se a existência de diferentes estratégias para que os indivíduos possam viver mais saudavelmente, apresentando formas de trabalho e divisões de tarefas mais justas, moradias dignas e relações interpessoais baseadas na confiança, no respeito e no amor. Alguns, nesta busca, acabam por escolher viver em ecovilas², distantes dos centros urbanos e de grandes capitais, abrindo mão das relações construídas e vividas anteriormente, muitas vezes por não vislumbrarem formas de romper com

² O conceito de *ecovila* será tratado no Capítulo 1 deste trabalho.

o modelo de sociedade preestabelecido e vigente. Outros, em contrapartida, realizam práticas voltadas à permacultura que têm sido vistas florescendo no contexto urbano, tal qual sementes quebrando sua dormência, expandindo suas raízes e prolongando suas folhas direcionadas para o sol. Pontuamos que a permacultura realizada nos grandes centros pode ser denominada como *permacultura urbana*, por apresentar questões e diferenças em relação à permacultura desenvolvida em ecovilas e regiões rurais.

Além da preocupação acerca das problemáticas apontadas acima, ligadas à desconexão existente entre seres humanos e natureza e ao desenvolvimento da permacultura no contexto urbano, o objeto de estudo desta pesquisa parte também de questões pessoais. Há cerca de dez anos atrás, no ano de 2008, ao participar de um encontro nacional de estudantes – ENEB - no Maranhão, deparei-me com temas que não havia explorado antes. Conheci, a mais de 2 mil quilômetros de distância da cidade onde vivia, a agroecologia³, um dos muitos braços que sustentam a permacultura, e se configura como uma importante porta de entrada para muitos estudantes de biologia que tem interesse nas relações existentes no que se refere ao âmbito sócio político ambiental. Cito, inclusive, o fato de que a primeira vez que tive contato com o termo permacultura ocorreu em um encontro de agroecologia realizado pela UNESP de Botucatu/SP, em 2011. Na época, acreditava na importância da socialização e da democratização da agroecologia, a fim de vislumbrar um futuro menos desigual para a sociedade em que vivemos. Porém, mesmo acreditando nesta possibilidade, havia muitos questionamentos em torno de como seria possível a promoção de uma transformação tão acentuada.

Em busca de um aprofundamento no tema, participei de um PDC⁴ popular promovido por estudantes, ex-estudantes e professores ligados à UNESP de Botucatu, que formam o grupo Curare⁵, o que permitiu um aprofundamento no tema e o surgimento de novas questões. Ao longo do curso diversas metodologias e ferramentas foram exploradas, mas por habitar a cidade do Rio de Janeiro/RJ, umas das maiores e principais cidades do Brasil, fez com que eu me questionasse de que forma seria possível que a permacultura pudesse gerar neste contexto

³ Criado por Howard em 1934 e cunhado por Lysenko em 1950, o conceito de agroecologia era utilizado em cursos de agronomia e, com a extinção destes durante o período da ditadura militar, após 1964, apresentou pouca evidência. No entanto, a partir de 1980, a agroecologia foi incorporada pelos movimentos que defendiam uma agricultura limpa. Desta forma, passou a representar uma agricultura interessada nas dimensões sociais, políticas, ambientais éticas e culturais. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014)

⁴ PDC – *Permaculture Designers Certificate* é um certificado emitido aos participantes dos cursos de formação de permacultores. Inicialmente elaborados por Bill Mollison e David Holmgren para disseminar os conhecimentos propostos por eles, hoje são oferecidos por diversos centros e grupos ligados à Permacultura.

⁵ Junto a outros grupos que atuam em São Paulo, é um coletivo que atua na popularização da permacultura. Apresenta um papel essencial na disseminação das técnicas e debates ligados ao tema, a partir de cursos com preços inferiores aos que normalmente são oferecidos.

concreto as transformações que defende e desenvolve nas áreas rurais e ecovilas. Nesse sentido, passei a buscar compreender de que forma a permacultura, seus promotores e suas práticas podem florescer em um ambiente rígido e bem estabelecido encontrado nas zonas urbanas e quais os valores e conceitos compartilhados pelos indivíduos que dela se ocupam.

Entendendo que a permacultura e suas práticas visam o desenvolvimento de ambientes sustentáveis e do enaltecimento da cultura local por meio de práticas coletivas e individuais, e que tais práticas podem ser articuladas mais facilmente em ecovilas ou regiões afastadas dos grandes centros e no campo, locais que caminham em sentido diferente ao do contexto urbano, questiona-se (i) de que forma esses grupos, e os indivíduos que os constituem, são capazes de manter sua unidade e suas atividades, e (ii) de que forma processos voltados aos valores da permacultura são criados e mantidos, mesmo quando inseridos neste contexto que supostamente pouco permite seu desenvolvimento.

Caminhando nessa direção, o presente estudo almeja identificar as questões, as dificuldades e as possibilidades existentes no desenvolvimento de práticas permaculturais no contexto urbano, tendo como foco os grupos atuantes na cidade do Rio de Janeiro/RJ, a partir da realização de entrevistas com indivíduos participantes de grupos distintos. Buscando lançar um olhar sobre as possibilidades e dificuldades presentes no desenvolvimento das teorias e práticas apresentadas pela permacultura em contextos urbanos, acredita-se que este trabalho poderá trazer crescimento para um campo que carece de estudos neste sentido, além de permitir o reconhecimento dos processos vividos por cada grupo e das atividades por eles desempenhadas.

No que se refere à permacultura, exploraremos ao longo do capítulo 1 os trabalhos desenvolvidos por Mollison e Holmgren (1978; 1979; 2007) que servirão de base para a compreensão deste tema desde o seu início. Também abordaremos os trabalhos realizados por Krzyzanowski (2005), Silva (2013), Ferreira Neto (2017) e Mendes (2010), que trazem elementos para a análise do tema no Brasil e na América Latina, por acreditar em sua importância para a ampliação dos debates na área, e por Centemeri (2018) que destaca existirem diferentes modos de desenvolver a permacultura, de acordo com o contexto do território no qual os seus promotores se situam.

Paralelamente à discussão sobre a permacultura, seu histórico e suas práticas, trazida ao longo do capítulo 1, este estudo busca na teoria das representações sociais a possibilidade de reconhecer as problemáticas existentes no desenvolvimento da permacultura no contexto urbano. Esta identificação se dá pois esta teoria valoriza os sentimentos e os pensamentos que

os grupos/indivíduos entrevistados possam apresentar para compreender a visão construída por eles sobre a realidade na qual estão inseridos.

Ao considerar as questões simbólicas compartilhadas pelos atores sociais envolvidos em um coletivo, as trocas sociais envolvidas neste compartilhamento, a teoria das representações sociais se constitui uma ferramenta para analisar as representações produzidas pelos atores sociais envolvidos com o tema. Ao longo do capítulo 2, esta discussão será realizada utilizando, principalmente, os conceitos elaborados por Moscovici (1978; 2007) e Jodelet (1993; 1994; 1996); a interação da teoria com a linguagem, discussão proposta por Hall (2016); e os trabalhos desenvolvidos por Polli, Kunen (2011) e Varela (2000), que buscam a relação entre as representações sociais e os estudos ligados à área do meio ambiente.

Esta pesquisa tem como objetivo geral reconhecer os processos que permeiam a relação ser humano-natureza nas práticas permaculturais desenvolvidas em contextos urbanos, tendo como foco grupos atuantes na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Além disso, almeja (i) identificar pessoas e/ou coletivos que desenvolvam práticas ligadas à permacultura atuantes na cidade do Rio de Janeiro/RJ; (ii) levantar os potenciais e as limitações expostas pelas/os pessoas/grupos em relação às práticas permaculturais desenvolvidas; (iii) descrever e reconhecer as práticas desenvolvidas pelas/os pessoas/grupos identificados; e (iv) evidenciar as representações sociais produzidas pelos indivíduos participantes acerca do conceito de permacultura, das práticas, das dificuldades e das possibilidades do seu desenvolvimento no contexto urbano.

Para alcançar esses objetivos, foi realizado levantamento bibliográfico dos temas apresentados no parágrafo anterior tanto na base de periódicos oferecidos pela CAPES quanto em livros, teses e sites que trouxessem conteúdos concernentes. Além disso, realizamos entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado com pessoas atuantes em grupos de permacultura e participamos de mutirões e oficinas organizadas por eles, o que possibilitou uma maior compreensão do trabalho desenvolvido. Um maior detalhamento desse processo pode ser encontrado no capítulo 3, no qual também estão presentes os perfis dos grupos e das pessoas que participaram desta pesquisa. No capítulo 4 apresentaremos a análise das entrevistas, realizada através de análise de conteúdo que permitiu a identificação de categorias correspondentes às representações formadas pelos indivíduos participantes. A discussão que propomos diante das falas dos entrevistados visa explorar as relações e questões existentes entre os indivíduos, o meio urbano e a permacultura.

Espera-se, com esta pesquisa, produzir um documento no qual estarão contidas informações referentes às dificuldades e às possibilidades encontradas por pessoas envolvidas

com a permacultura no contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro. Ainda, que esta pesquisa inspire novos indivíduos interessados no tema, pessoas que desejem compreender melhor as problemáticas envolvidas para que iniciem seus trabalhos – ou deem continuidade -, práticos ou teóricos.

Busca-se, ao final, algumas respostas (ou novas perguntas) que possam auxiliar na compreensão do que já foi feito e do que pode vir a ser realizado no sentido de ampliar os conhecimentos trazidos pela permacultura. Talvez esta justificativa soe um pouco utópica, mas, peço licença a Galeano e questiono: para que serve a utopia senão para caminharmos?

**Quando a cobiça era todo o meu amor
Minha força era nenhuma
Não há sementes para aqueles que plantam uma pedra**

Bill Mollison

Capítulo 1 - PERMACULTURA

A narrativa da qual a história da humanidade faz parte traz consigo um universo de possibilidades, olhares, caminhos e versões. A cada instante são criados, destruídos, construídos e reformatados os novos passos que poderão forjar o que conhecemos como o presente, e que permitirá o desenrolar do futuro, que, inclusive, já estamos vivendo. Sendo a humanidade esta grande e complexa teia, constantemente construída por cada um que nela está inserido, cada pensamento, cada ação e cada hábito apresentam força e capacidade de mudanças, como parte de um grande sistema complexo. Cada ser, com seus conhecimentos e particularidades, traz em si a potência de realização de suas crenças e convicções (MOLLISON, 1978; CAPRA, 1997; LOVELOCK, 2014).

Olhar para os diferentes caminhos e possibilidades existentes permite que tenhamos uma maior compreensão do todo. Sendo assim, este trabalho busca dialogar com um desses olhares: o olhar proposto pela permacultura. Optou-se por iniciar discorrendo brevemente sobre os fatores ocorridos ao longo da história da humanidade que podem ser apontados como pontos de partida para chegarmos ao nosso objeto de estudo. Após dialogarmos sobre a agricultura e a sua importância na formação de assentamentos humanos, faremos um sobrevoo pela história da formação de ecovilas – por acreditarmos na sua relação com a emergência e disseminação de movimentos alternativos – e, então, mergulharemos na permacultura, buscando explorar seu histórico e particularidades.

1.1 Vivendo em comunidade

Há cerca de 10.000 anos, no período conhecido como Neolítico, os seres humanos iniciaram uma transição de um modo de vida coletor-predador para outro baseado na agricultura. Isto se tornou possível devido à evolução biológica e cultural, que cerca de 2.000 anos antes, propiciou o domínio, a especialização e o aperfeiçoamento de ferramentas manipuladas e desenvolvidas pelos *Homo sapiens*. Com esta enérgica mudança na forma de obtenção de alimentos, observa-se também que os grupos, antes nômades, passam a permanecer por longos períodos em locais nos quais se identifica o desenvolvimento inicial da agricultura. Esses locais – pequenos vilarejos, de cerca de 0,2 a 0,3 hectares – são identificados como *centros de origem da revolução agrícola neolítica*,⁶ nos quais se observa um “encadeamento complexo de mudanças materiais, sociais e culturais” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 101), como a abundância de recursos e a sedentarização dos indivíduos.

Nos estudos organizados por Mazoyer e Roudart (2010), a agricultura é reconhecida como a base da formação de assentamentos permanentes constituídos por seres humanos. Apesar de não remontar à origem da formação de grupos, visto que grupos nômades já existiam anteriormente, os autores apontam para a formação de núcleos que passam a desenvolver o que conhecemos hoje em dia como comunidades.

O conceito de comunidade começa a ser discutido por Ferdinand Tönnies (1887), ao buscar compreender as questões envolvidas em grupos de pessoas que compartilhassem algo em comum, além do território. Foi a partir da observação da sua própria realidade – mudanças bruscas passaram a ocorrer no vilarejo no qual vivia, com a chegada da industrialização –, que o autor foi capaz de descrever e cunhar os conceitos *gemeinschaft* (comunidade) e *gesellschaft* (sociedade). Para Tönnies (1887), comunidades estariam ancoradas a fatores ligados a tradições, costumes e religião, e apresentariam mecanismos de estruturação e manutenção. Esses mecanismos estariam conectados às tradições e aos costumes das comunidades, e seriam preservados pelos indivíduos que as constituem. É importante destacar que, nas comunidades, há uma estreita ligação com o trabalho desenvolvido coletivamente, ao passo que laços comunitários são forjados, o que acaba levando à criação de uma imagem de sociedade ideal

⁶ Pesquisas atuais identificam a existência de seis centros de origem da revolução agrícola neolítica: o *centro do oriente-próximo*, estabelecido próximo à região da Síria-Palestina e do Crescente fértil; o *centro centro-americano*, próximo a região sul do México; o *centro chinês*, próximo ao norte da China, se espalhando posteriormente para as regiões nordeste e sudeste; o *centro neo-guineense*, próximo à região da Papuásia-Nova Guiné; o *centro sul-americano*, próximo aos Andes peruanos ou equatorianos; e o *centro norte-americano*, próximo à bacia do médio Mississipi. Sendo os dois últimos considerados pouco ou nada irradiantes Os autores pontuam que por “centro” se referem à área, e não a pontos de origem. (MAZOYER; ROUDART, 2010).

(TAVERES, 1985). Para Mattos (2015), o momento no qual são formados tais laços, pautados no pertencimento a um grupo, permite a redescoberta do simbólico da comunidade. Já a sociedade, contrariamente, apresentaria como alicerces, a legislação e os acordos construídos pelos indivíduos e pela opinião pública; os mecanismos pelos quais sua existência estaria fundamentada seriam as doutrinas e as leis. Na vida em sociedade, os indivíduos desenvolvem relações individuais e sem dependência, com exceção daquelas baseadas nos interesses que os indivíduos possam apresentar sobre os outros. Apesar de dicotômicas, essas formas de ordem social coexistem, embora uma possa apresentar formas de se sobrepor e dominar a outra (TÖNNIES, 1887).

Em estudos mais recentes acerca do conceito de comunidade, os elementos propostos por Bauman (2003), cujo interesse de estudo caminha em direção à liquidez presente na contemporaneidade, enxergam a comunidade como um espaço utópico, no qual os indivíduos têm liberdade e segurança, pontuadas como possivelmente antagônicas. O autor propõe a reconexão entre os indivíduos e a comunidade, tendo em vista as relações que descreve como líquidas, pois, por estarem ocorrendo em uma sociedade contemporânea, tendem a ser mais frágeis e pouco duradouras, o que seria ainda amplificado pela globalização.

Buscando relações mais duradouras e conexões que remetem ao conceito anterior de comunidade, por volta do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, identifica-se a emergência de grupos de pessoas dispostas a habitar conjuntamente com outros indivíduos que compartilhavam interesses e causas em comum. Esses grupos, denominados comunidades intencionais, buscam um modelo de vida que reflita seus valores e, de acordo com Kozeny (1995):

Essa definição abrange uma ampla variedade de grupos, incluindo (mas não se limitando a) comunas, cooperativas estudantis, cooperativas de terras, grupos de cohousing, mosteiros e ashrams, e coletivos agrícolas. Embora bastante diversificado em filosofia e estilo de vida, cada um desses grupos prioriza a promoção de um senso de comunidade – um sentimento de pertencimento e apoio mútuo que é cada vez mais difícil de encontrar na sociedade ocidental dominante.⁷

⁷ Tradução nossa: “*This definition spans a wide variety of groups, including (but not limited to) communes, student cooperatives, land co-ops, cohousing groups, monasteries and ashrams, and farming collectives. Although quite diverse in philosophy and lifestyle, each of these groups places a high priority on fostering a sense of community – a feeling of belonging and mutual support that is increasingly hard to find in mainstream Western society.*”

Embora apresentem características que permitem que esses grupos sejam categorizados enquanto comunidades intencionais, Kozeny (1995) aponta que elas são distintas ao ponto de não haver uma similar a outra: “cada grupo é único, à sua maneira”.⁸ Isso ocorre devido à enorme gama de iniciativas que podem ser incluídas nesse conceito. Um coletivo de pessoas que nele se enquadra são as ecovilas, nas quais os indivíduos compartilham, dentre outros propósitos, o interesse pela ecologia, novas formas de relacionamentos interpessoais e a busca por formas semelhantes de espiritualidade (CHRISTIAN apud MATTOS, 2015). Diante disso, no próximo subtópico abordaremos esta comunidade intencional mais especificamente.

1.2. Ecovilas

O termo *ecovila* pode ser identificado pela primeira vez no ano de 1991, surgido da necessidade de se criar um conceito que fosse capaz de passar uma mensagem que a expressão *comunidades tradicionais* parecia não transmitir (GAIA TRUST, 2018). Naquela época, consideraram-se ecovilas os

assentamentos de escala humana, multifuncionais, no qual as atividades são integradas sem danificação ao mundo natural, de forma a apoiar o desenvolvimento humano saudável, podendo continuar num futuro indefinido. (GILMAN e GILMAN, 1991 apud MATTOS, 2015, p. 73)

Posteriormente, em 1995, ocorreu a Conferência de Ecovilas e Comunidades Sustentáveis – modelos de vida para o século XXI, na cidade de Findhorn, na Escócia. Nesta conferência, foi criada a *GEN – Global Ecovillage Network*,⁹ na qual foi determinada uma nova interpretação do conceito de ecovilas, que passaram a ser compreendidas como

assentamentos humanos, rurais ou urbanos, que buscam a criação de modelos de vida sustentável. Surgem de acordo com as características de suas próprias bioregiões e englobam tipicamente quatro dimensões: a social, a ecológica, a econômica e a cultural, combinadas numa abordagem que estimula o desenvolvimento comunitário e pessoal. (GLOBAL ECOVILLAGE NETWORK, 1995, apud MATTOS, 2015, p. 73)

De modo geral, as ecovilas atuam de forma sistêmica, buscando romper com os paradigmas apresentados pelo modelo de sociedade vigente nos dias atuais, voltado para o

⁸ Tradução nossa: “Each group is somehow unique.”

⁹ Rede Global de Ecovilas.

modelo econômico capitalista. Este rompimento se dá a partir do fortalecimento das relações interpessoais, da retomada de metodologias de agricultura livres de agrotóxicos e preocupadas com a segurança alimentar, de estratégias educacionais mais humanas, e da fundação de uma cultura a favor da vida e de comunidades resilientes (MATTOS, 2015).¹⁰ Em outras palavras, “as ecovilas propõem outros modos de desenvolvimento, onde a busca pelo crescimento econômico dá lugar à busca pelo cuidado com a vida” (MATTOS, 2015, p. 27). Apesar do termo ecovila remeter a um estilo de vida estritamente rural, Jackson (2004) alega que ele, na realidade, está conectado ao modo de vida, seja intencional ou tradicional, ou, ainda, rural ou urbano. O autor defende que as ecovilas podem ser de extrema importância para a transformação de ambientes urbanos, mas que isso exige uma tomada de consciência coletiva e uma mudança de atitudes.

Para Jackson (2004), é possível identificar três categorias nas quais as ecovilas podem estar conectadas, de acordo suas características próprias: as sociais, as ecológicas e as espirituais. O autor acredita que as ecovilas surgem com foco em uma destas categorias, mas que, ao longo do tempo, acabam integrando elementos de outras duas categorias, devido ao fato de estarem intimamente relacionadas aos componentes essenciais para a vida. Tendo em vista essas três categorias, identifica-se que os indivíduos interessados ou envolvidos na promoção do movimento de ecovilas apresentam características similares ao que propôs Tönnies (1887), no que se refere ao conceito de *gemeinschaft*.

É possível identificar a utilização de práticas permaculturais, principalmente, em ecovilas que estejam conectadas com a categoria ecológica, apontada por Jackson (2004), devido ao contato realizado com o desenvolvimento de práticas ecológicas sustentáveis. Gostaríamos de explorar os conceitos apresentados pela permacultura para, posteriormente, compreender de que forma a permacultura pode se estabelecer em um meio que não sejam rurais ou os das próprias ecovilas, e quais as questões envolvidas nesse processo.

1.3. O surgimento da permacultura

¹⁰ Resiliência pode ser entendida como a habilidade de os ecossistemas retornarem ao seu estado natural, após um evento de perturbação natural ou não natural, considerando que, quanto menor o período de recuperação, maior a resiliência de determinado ecossistema. Pode também ser definida como a medida da magnitude dos distúrbios que podem ser absorvidos por um ecossistema, sem que o mesmo mude seu patamar de equilíbrio estável. As atividades econômicas apenas são sustentáveis quando os ecossistemas que as alicerçam são resilientes. (ARROW et al., 1995, apud MATTOS, 2015, p.29).

A permacultura é um grande quebra-cabeça, cuja montagem permite compreender que o todo é formado por pequenas, mas não menos importantes, partes. Contudo, ele é ilimitado e, no momento em que foi proposto, peças anteriores já haviam sido postas na mesa. Como grande parte dos movimentos, a permacultura, além de contribuir com elementos originais, surge em um contexto de mudanças paradigmáticas, principalmente no que se refere aos movimentos ambientalistas, e se utiliza de conhecimentos e práticas existentes anteriormente (MOLLISON E HOLMGREN, 1978; CAPRA, 1997; MOSCOVICI, 2007).

Influenciados por uma visão sistêmica das ciências, que surge no início do século XX, rompendo com a visão mecanicista de Descartes e Newton (CAPRA, 1997, p. 24), Bill Mollison e David Holmgren (1979) apontam para uma mudança de paradigma. No início da década de 1970, David Holmgren, então estudante do curso de Design Ambiental na Universidade da Tasmânia, encontrou em Bill Mollison a orientação que buscava para que pudesse desenvolver seus estudos na graduação. O interesse e as militâncias ecológicas de Holmgren, de um lado, e o profundo conhecimento e vivência de Mollison, de outro, subsidiaram o desenvolvimento da monografia de conclusão daquele. O trabalho foi posteriormente publicado com o título *Permaculture One - A Perennial Agricultural System for Human Settlements*, obra na qual é possível entrar em contato com a proposta dos autores (FERREIRA NETO, 2017).

Após o lançamento e a repercussão inicial o livro, David Holmgren buscou aprofundar-se no tema, desenvolvendo novas práticas permaculturais em um sítio para o qual se mudou com sua esposa, onde vivem até os dias atuais. Bill Mollison, ao contrário de David, dedicou sua vida à divulgação da permacultura ao redor do mundo, por meio de palestras e cursos. Ele desenvolveu este trabalho até 2016, o ano de sua morte (MENDES, 2010).

1.3.1. A chegada ao Brasil

Antes da realização do primeiro curso de formação de permacultores, já era possível identificar alguma movimentação em relação ao tema no Brasil. A partir do lançamento do livro escrito por Mollison e Holmgren, *Permaculture One*, em 1978, os conhecimentos e técnicas propostas pelos autores começaram a se espalhar entre as pessoas interessadas em ecologia e indivíduos envolvidos no desenvolvimento de comunidades intencionais e ecovilas, através de encontros, viagens e estudos por novas formas de organização. Este período pode ser qualificado com um “período difuso – pré 1992” (FERREIRA NETO, 2017, p. 88).

A chegada oficial da permacultura no Brasil foi em 1992, mesmo ano no qual ocorreu a Eco-92.¹¹ Com a conferência das Nações Unidas, muitos políticos, empresas, organizações civis e pessoas interessadas nos temas a serem abordados se mobilizaram para participar dos debates e decisões, que teriam lugar no Rio de Janeiro/RJ. Neste mesmo ano, aconteceu o primeiro PDC brasileiro, na cidade de Porto Alegre, com a vinda de Bill Mollison; esse movimento acabou dando início a um período compreendido por Mendes (2010) como a *Primeira Onda* da permacultura no Brasil. Com toda a movimentação gerada pela Eco-92 e com o primeiro PDC, nota-se, entre os anos de 1992-1995, o surgimento dos primeiros Institutos de Permacultura, como o Instituto de Permacultura da Bahia (IPB), sob os olhares de Marsha Hanzi,¹² e o Instituto de Permacultura do Rio Grande do Sul (IPERS) (MENDES, 2010; FERREIRA NETO, 2017).

No período identificado como a *Segunda Onda* da permacultura, que ocorre entre os anos de 1995 e 2007, identifica-se uma busca pela institucionalização da permacultura. Neste período, observa-se a criação de instituições que se tornarão as responsáveis pela promoção da permacultura, como a Rede Brasileira de Permacultura (RBP) e a Permacultura América Latina (PAL). Estas organizações passaram a apoiar e coordenar iniciativas de permacultura, e recebiam incentivos de órgãos governamentais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o que favoreceu o desenvolvimento de institutos de permacultura espalhados pelo país: Instituto de Permacultura do Cerrado (IPEC), Instituto de Permacultura da Amazônia (IPA), Instituto de Permacultura dos Pampas (IPEP), Instituto de Permacultura Austro-Brasileiro (IPAB); e, conseqüentemente, da Rede Brasileira de Permacultura (RBL). Ferreira Neto (2017) aponta a necessidade de notar que, neste período, havia um incentivo financeiro governamental a esses institutos, para que desenvolvessem suas práticas e disseminassem a permacultura por meio de ações e da realização de PDC's. Nos anos seguintes, os cursos de permacultura passaram a ter como financiamento o pagamento de inscrições, o que permitiu a realização de diversos PDC's pelo Brasil e o desenvolvimento de diversas práticas nos institutos de permacultura.

Mendes indica que, após estes períodos, a permacultura no Brasil teria adentrado à sua *Terceira Onda* (MENDES, 2010), que, de acordo com a interpretação de Ferreira Neto, seria

¹¹ A Eco-92, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi convocada para analisar a evolução das políticas de proteção ambiental desenvolvidas na Conferência de Estocolmo. Realizada em 1972, a Conferência de Estocolmo representou um marco, devido ao fato de ter sido a primeira grande conferência das Nações Unidas que buscava tratar das questões ambientais a nível global, atuando no desenvolvimento de políticas ambientais internacionais (UNEP, 2016).

¹² Marsha Hanzi é considerada a mulher pioneira na introdução e no desenvolvimento da permacultura no Brasil, e se ocupa da permacultura até os dias atuais.

dividida em duas etapas: a primeira, considerada etapa crítica – de 2004 a 2008 –, e a segunda, uma etapa de popularização – de 2008 até os dias atuais. Durante a etapa crítica, a disseminação da permacultura passou por novos momentos a partir da criação da Rede Brasileira de Permacultura Alternativa – alternativa à RPB – e do surgimento da Rede Permear, um coletivo integrado por permacultoras e permacultores de diversos estados brasileiros que visa a

difusão da permacultura a partir das experiências individuais e de grupo organizado, como um conjunto de princípios teóricos e práticos que está possibilitando a construção de assentamentos sustentáveis no Brasil e no mundo, estabelecendo uma relação criativa e co-evolutiva entre os seres humanos e a natureza. (MENDES, 2010, p. 87)

A etapa de popularização é marcada, principalmente, pelos debates em relação à elitização da permacultura, tendo em vista os preços encontrados para a realização de cursos. Após o período de grandes incentivos financeiros para a realização de cursos e práticas, novos grupos e institutos passaram a oferecê-los e, uma vez que se apoiavam somente nos recursos provenientes das inscrições para o sustento das atividades, passaram a cobrar valores que são inalcançáveis para uma parte da população. Para que se possa compreender o alcance dessa restrição: atualmente é possível encontrar ofertas de PDC's em grandes centros de permacultura com valores a partir de R\$1.500,00 - com alimentação e hospedagens inclusas – até R\$4.100,00 – com hospedagem luxuosa em uma Eco cabana (PINDORAMA, 2018; ECOCENTRO, 2018).

Considerando que, no ano de 2018, a população brasileira contou com o estabelecimento de um salário mínimo de R\$954,00, e que metade da população recebe menos que esse valor mensalmente (IBGE, 2017; O DIA, 2018), torna evidente a existência de uma enorme distância entre os valores oferecidos e as remunerações de grande parte dos indivíduos que ali vivem. Esse impedimento de pessoas com baixo poder aquisitivo de participar dos cursos levanta o debate sobre a elitização e a mercantilização da permacultura, tendo em vista a identificação de que grande parte dos envolvidos com atividades de permacultura são brancos, filhos de classe média e classe média alta (ENLAZADOR apud FERREIRA NETO, 2016).

Atentos a esse processo e buscando alternativas para contorná-lo, alguns grupos caminharam na direção do que hoje se conhece como *permacultura popular* como, por exemplo, os grupos Curare (Botucatu/SP), Veracidade (São Carlos/SP), SOL (cujos cursos ocorrem em Piedade/SP), que apresentam PDC's com valores a partir de R\$500,00 (TAIPAL, 2016).

1.3.2. Afinal, o que é permacultura?

Inicialmente, os autores dialogavam sobre as possibilidades do desenvolvimento de uma agricultura sustentável e, a partir da busca por uma agricultura permanente (*permanent agriculture*), o termo *permacultura* foi cunhado. No entanto, Mollison e Holmgren identificaram que o tema desenvolvido por eles poderia trazer diversas possibilidades, e permacultura passou a significar *permanent culture* (cultura permanente ou cultura da permanência) (FERREIRA NETO, 2017).

O livro *Permaculture One* permite que o leitor se depare com a proposta de Holmgren e Mollison. Na primeira página do livro, Mollison (1979, p. 1), busca em Fukuoka (1975) as palavras para explicar o que defendem:

Talvez Fukuoka, em seu livro “A revolução de uma palha”, tenha melhor definido a filosofia básica da Permacultura. Em resumo, é uma filosofia de trabalhar com, e não contra a natureza; de observação prolongada e pensativa em vez de trabalho prolongado e impensado, e de olhar para plantas e animais em todas as suas funções, em vez de tratar qualquer área como um sistema único de um único produto. (MOLLISON, 1979, p. 1)

Ainda, na introdução do livro *Permaculture One*, Earle Barnhart (1983) deixa claro que:

A regra cardinal de projeto da permacultura é maximizar as conexões funcionais. Uma ecocenose¹³ composta de espécies de aplicação múltipla criará ciclos de nutrientes, cadeias alimentares e tendências de sucessão que trabalham juntas para fornecer constantemente bens e serviços para a população humana. Os métodos dos livros levam a sinergismos mais complexos do que simplesmente usar os resíduos de uma espécie em benefício da outra. (BARNHART, 1983)

Além disso, a permacultura preocupa-se com a autossuficiência familiar e comunitária, e compreende a inviabilidade deste projeto caso não haja o acesso a elementos básicos, tais como terra, informação e recursos econômicos. Desta forma, a permacultura deve se voltar a essas questões, buscando os meios legais e financeiros, e incentivando sistemas econômicos alternativos (MOLLISON, 2003, apud KRZYZANOWSKI, 2005).

A permacultura constitui também um sistema que busca observar os padrões presentes nos ecossistemas e nas paisagens, para que haja a possibilidade de reprodução consciente desses padrões, visando ao benefício e ao suprimento das necessidades das diferentes formas de vida

¹³ Também denominada *biocenose*: “É um sistema biológico de natureza orgânica, é o conjunto de espécies difundidas no meio habitado com umas condições mais ou menos homogêneas de existência.” (MELINJIN, 1963 apud MACHADO; MACHADO FILHO, 2014)

existentes no ambiente no qual se trabalha (MOLLISON, 1990 apud KRZYZANOWSKI, 2005; HOLMGREN, 2007). Holmgren (2007), recentemente, comenta que, por ter sido formulada como um conceito muito genérico e global, esta ciência pode acabar tendo sua utilidade minimizada. Ele explica que sua visão em relação à permacultura está baseada na ideia de que, para que seja possível a implementação da visão e dos conceitos descritos por ele e Bill Mollison (1978), deve-se buscar um pensamento sistêmico e utilizar os princípios de design – expostos de forma precisa, mas sem abrir mão da observação e interação com o ambiente, como pode ser observado em um dos princípios propostos, abordados mais adiante neste trabalho.

O ecologista afirma ainda que a permacultura deve buscar ser capaz de englobar diferentes estilos de vida, habilidades e pensamentos, com o intuito de capacitar indivíduos para o suprimento das necessidades de cada um, ao mesmo tempo em que possibilita o aumento das condições de vida das futuras gerações. Inclusive, na introdução do livro *Permaculture One*, Banhart (1983) aponta que uma das principais funções do livro consiste na tentativa de envolver seres humanos enquanto responsáveis, guardiões da terra para as futuras gerações, e não como seres destruidores e egoístas. Este é um olhar importante no entendimento do ser humano enquanto parte da natureza, e no sentido de um pensamento sistêmico.

Considerando o contexto histórico e as dificuldades que o sistema econômico vigente apresenta, Holmgren (2007) defende que uma revolução cultural deve ocorrer – para que seja possível que os indivíduos tenham suas necessidades supridas mantendo os limites ecológicos – e que a implementação desta mudança na sociedade traz consigo desafios, confusões e riscos, principalmente nos ambientes urbanos. Um dos desafios possíveis reside no fato de que a permacultura não é apenas de um novo modo de jardinagem e sim de conceber o mundo e, ao propor esta mudança, acaba trazendo elementos distintos, tanto em relação ao que se compreende como agricultura quanto ao que seria o urbano. Este ponto, levantado por Pezrès (2010), traz a reflexão de que os indivíduos ligados à permacultura devam *observar e interagir*¹⁴ com o caminho que está sendo trilhado, perigando submergir no âmbito do *desenvolvimento sustentável*, conceito que vem sendo sistematicamente utilizado por empresas e pessoas que buscam ocultar impactos ambientais negativos gerados por elas – este tipo de prática é identificada como *greenwashing* (TAVARES; FERREIRA, 2012). Para o autor, a reflexão e o esclarecimento nesse sentido podem evitar a diluição da permacultura em um meio espetacular e comercial, e permitir a caracterização de novos indivíduos – seres simbióticos, diferentes de seus anteriores que eram ou predatórios, ou filósofos-jardineiros (PEZRÈS, 2010).

¹⁴ *Observar e interagir* constitui um dos princípios de design propostos pela permacultura.

É possível, ainda, associar a permacultura a uma espécie de estilo de vida¹⁵, tendo em vista os indivíduos que dela se apropriam apresentam mudanças individuais em suas decisões cotidianas, isto é, em suas vidas particulares, e essas reconfigurações de atitudes podem acarretar em posteriores influências em seus meios sociais (HAENFLER; JOHNSON; JONES, 2012). Dessa forma, entende-se que os princípios permaculturais, bem como suas técnicas e ferramentas, atuam como um fio condutor das ações que mantêm a sua identidade, fazendo com que a sua promoção seja independente do território no qual ela venha a ser aplicada, ou seja: tanto no contexto urbano ou no rural, seja a permacultura utilizada por um ou outro grupo, ela apresentará similaridades, devido aos princípios por ela propostos, e também singularidades, visto que cada grupo e indivíduo fará sua apropriação de acordo com seu território e suas particularidades (CENTEMERI, 2017). Essa abordagem propõe que as experiências em permacultura sejam levantadas e analisadas para que se possam identificar as formas que ela pode vir a tomar de acordo com cada indivíduo em cada território, sendo esta uma das intenções da presente pesquisa.

Esse fio condutor, destacado por Centemeri (2017), está associado à existência de princípios que, de acordo com Holmgren, podem servir como guias para esta jornada. Estes princípios estão divididos em duas categorias: (i) princípios éticos e (ii) princípios de design,¹⁶ e suas qualidades serão explicitadas nos subtópicos seguintes.

1.3.2.1. Princípios Éticos

Identificam-se nos princípios éticos propostos pela permacultura fortes influências das movimentações políticas – ambientalista e pacifista – que ocorreram no final dos anos 1960, e do pensamento ecológico contemporâneo que vinha sendo defendido por Capra, Lovelock e Maturana (SILVA, 2013)

De acordo com Silva (2013, p. 183), a ética trazida pela permacultura

[...] tenta transcender os valores morais e costumes hegemônicos que sustentam a racionalidade moderna e a sociedade burguesa, como, por exemplo, a competitividade, o individualismo e o princípio de dominação sobre a natureza, vistos como antiecológicos e anti-humanistas, e substituí-los por outros valores, que ganharam bem menos importância ao longo do processo de modernização capitalista, mas que, no entendimento dos permacultores, são vitais para o estabelecimento de

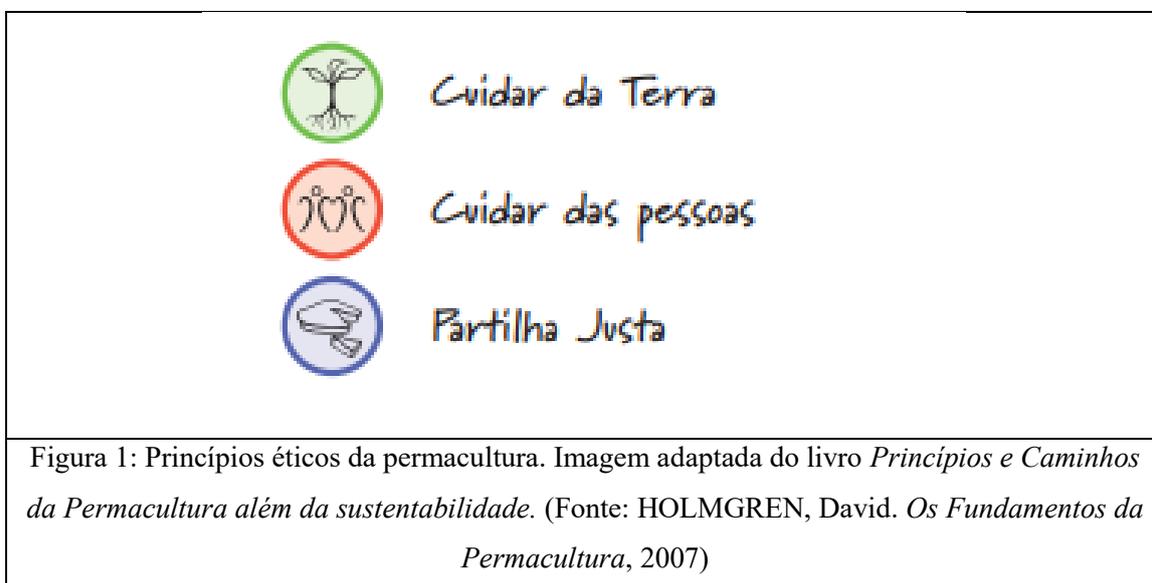
¹⁵ Aqui nos referimos ao conceito de *lifestyle movement*.

¹⁶ O termo *design* é mantido sem tradução, pois se refere a “planejamento, concepção e projeto”, como indica o tradutor do texto *Os Fundamentos de Permacultura* (HOLMGREN, 2007).

uma sociedade mais igualitária e sustentável, como o princípio da cooperação e o respeito intrínseco pela vida. (SILVA, 2013, p. 183)

É possível identificar no movimento ligado à permacultura um desejo de retomar a valorização das “relações econômicas, éticas e estéticas do homem com seu entorno, penetrando nos valores da democracia, da justiça e da convivência entre os homens, e entre eles e a natureza” (LEFF, 2006, p. 78).

A partir da observação cuidadosa do ambiente no qual o indivíduo se encontra e das relações nele existentes, antes da realização de qualquer intervenção, Holmgren (2007) propõe que a permacultura deve estar atenta aos princípios éticos básicos. São eles:



A imagem acima, apresentada em uma apostila escrita por Holmgren mais recentemente, em 2007, busca retratar visualmente o que ele e Mollison sugeriram como questões importantes àqueles em busca do desenvolvimento da permacultura em seus espaços de convívios e relações interpessoais. Abaixo, podemos conferir a descrição mais precisa por eles defendida.

- Cuidar da Terra, significa cuidar de todas as coisas vivas ou não como solos, seres vivos, atmosfera, florestas, água [...]; todas as ações empreendidas devem ser de tal forma que os ecossistemas se mantenham substancialmente intactos e capazes de funcionar saudavelmente;

- Cuidar das pessoas, objetiva assegurar que todos tenham acesso ao que se necessita para viver dignamente, com saúde e segurança;

- Limitar o consumo, à população local e compartilhar os recursos e capacidades. Ao assegurarmos que todos os produtos e excedentes estejam dirigidos aos objetivos anteriores, podemos iniciar a criação de uma cultura verdadeiramente sustentável e permanente. (MOLLISON, HOLMGREN, 1978 apud KRZYZANOWSKI, 2005)

Estes princípios foram criados a partir de uma pesquisa com diferentes grupos cooperativos modernos e de culturas religiosas antigas e, de acordo com os autores, a realização de uma pesquisa com estes grupos se dá devido ao fato de acreditarem que estas culturas exibiam um equilíbrio em relação ao meio ambiente. Além disso, estes grupos foram escolhidos como base para experimentos em relação a civilizações, por serem mais prováveis de permitirem a sobrevivência da humanidade, em comparação aos conceitos propostos em experimentos realizados com civilizações distintas (HOLMGREN, 2013). Ao invés de atuar apenas em benefício próprio, a permacultura sugere o pensamento sistêmico e ético, e promove pensamentos menos egoístas e uma visão inclusiva do coletivo.

Mollison (1990 apud KRZYZANOWSKI, 2005) indica que tais princípios éticos se originam de uma profunda análise do funcionamento dos diferentes sistemas naturais presentes ao redor do planeta e que, portanto, podem servir de base para uma comunicação entre os sistemas sustentáveis a nível internacional. Já Holmgren (2004 apud KRZYZANOWSKI, 2005) sugere que estes princípios podem variar dependendo da ênfase dada por cada autor, e que podem ser adaptados de acordo com o ambiente, visando à sua implementação tanto em pequenas, quanto em grandes cidades e propriedades. O autor aponta que estas modificações podem ocorrer por se tratar de uma ciência ainda em desenvolvimento, e que não seriam necessariamente desfavoráveis. Inclusive, os princípios ainda não estavam presentes na ocasião do surgimento da permacultura (HOLMGREN, 2007).

1.3.2.2. Princípios de Design

Além do cuidado em relação à satisfação aos três princípios éticos, a permacultura busca amplificar o olhar dos indivíduos que por ela se interessam, para que seja possível uma visão integral do ambiente a ser analisado. Não como uma regra, mas como um caminho a ser traçado, doze princípios de design foram propostos pelos autores:

-  1. Observe e interaja
-  2. Capte e armazene energia
-  3. Obtenha rendimento
-  4. Pratique a auto-regulação e aceite feed back
-  5. Use e valorize os serviços e recursos renováveis
-  6. Não produza desperdícios
-  7. Design partindo de padrões para chegar aos detalhes
-  8. Integrar ao invés de segregar
-  9. Use soluções pequenas e lentas
-  10. Use e valorize a diversidade
-  11. Use as bordas e valorize os elementos marginais
-  12. Use criativamente e responda às mudanças

Figura 2: Princípios de Design. Imagem adaptada do livro *Princípios e Caminhos da Permacultura além da sustentabilidade*. (Fonte: HOLMGREN, David. *Os Fundamentos da Permacultura*, 2007)

Cada princípio proposto traz definições traçadas pelos autores, norteados os caminhos de quem estuda a permacultura:

PRINCÍPIOS DE DESIGN	DEFINIÇÕES
1 - Observe e interaja	"A beleza está nos olhos do observador"
2 - Capte e armazene energia	"Produza feno enquanto faz sol"
3 - Obtenha rendimento	"Você não pode trabalhar de estômago vazio"
4 - Pratique a autorregulação e aceite feedback	"Os pecados dos pais recaem sobre os filhos até a sétima geração"
5 - Use e valorize os serviços e recursos renováveis	"Deixe a natureza seguir o seu curso"
6 - Não produza desperdícios	"Não desperdice para que não lhe falte" e "Um ponto na hora certa economiza nove"
7 - Design partindo de padrões para chegar aos detalhes	"Às vezes as árvores nos impedem de ver a floresta"
8 - Integrar ao invés de segregar	"Muitos braços tornam o fardo mais leve"
9 - Use soluções pequenas e lentas	"Quanto maior, pior a queda" e "Devagar e sempre ganha a corrida"
10 - Use e valorize a diversidade	"Não coloque todos os seus ovos numa única cesta"
11 - Use as bordas e valorize os elementos marginais	"Não pense que está no caminho certo somente porque ele é o mais batido"
12 - Use criativamente e responda às mudanças	"A verdadeira visão não é enxergar as coisas como elas são hoje, mas como serão no futuro"

Tabela 1: Princípios de Design
(Fonte: HOLMGREN, 2007)

Compreender os princípios pode facilitar não só o planejamento de um terreno, mas também o que for necessário para a realização de uma tarefa em grupo ou para a elaboração de um planejamento de aula, por exemplo. Uma vez apresentados junto a um símbolo que os representa e a uma ou duas frases ou provérbios, pode-se compreender melhor o que cada princípio propõe. Holmgren (2013, p. 7) esclarece que os “princípios podem ser vistos como universais, embora os métodos que os expressem possam variar enormemente, de acordo com o lugar e a situação” e que são “aplicáveis à nossa reorganização pessoal, economia, social e política, como ilustrado na Flor da Permacultura, embora a amplitude de estratégias e técnicas

que representam o princípio em cada domínio ainda esteja em evolução” (HOLMGREN, 2013, p.7).

Tomemos como exemplo os princípios de número 1 e 10, que acreditamos permitir ilustrar com clareza a utilização dos demais princípios. O princípio número 1, “Observe e interaja”, seguido do provérbio “A beleza está nos olhos do observador”, de acordo com o próprio autor, “nos lembra que o processo de observação influencia a realidade que devemos agir cautelosamente quanto a verdades e valores absolutos” (HOLMGREN, 2013, p. 11). A observação atenta do ambiente, das pessoas, das questões sócio-político ambientais e culturais de um grupo ou indivíduo servirão de base para a compreensão integral de um sistema, e, a partir disso, a interação ocorrerá de uma forma mais ampla e integrada. Não é positivo para um desenvolvimento escolar a indiferença de um professor perante a realidade de seus estudantes, ou a falta de interesse sobre os conhecimentos prévios destes estudantes. Bem como não será possível tirar nenhum proveito ao se construir uma horta em um terreno sem antes observar o sistema de chuvas da região, o trajeto que o Sol percorrerá em relação ao plantio, a qualidade e a salinidade do solo a ser utilizado ou a origem das sementes que serão plantadas. Todas as informações que podem ser obtidas desde a observação de um sistema, seja ele qual for, serão úteis para traçar a interação a ser posta em prática.

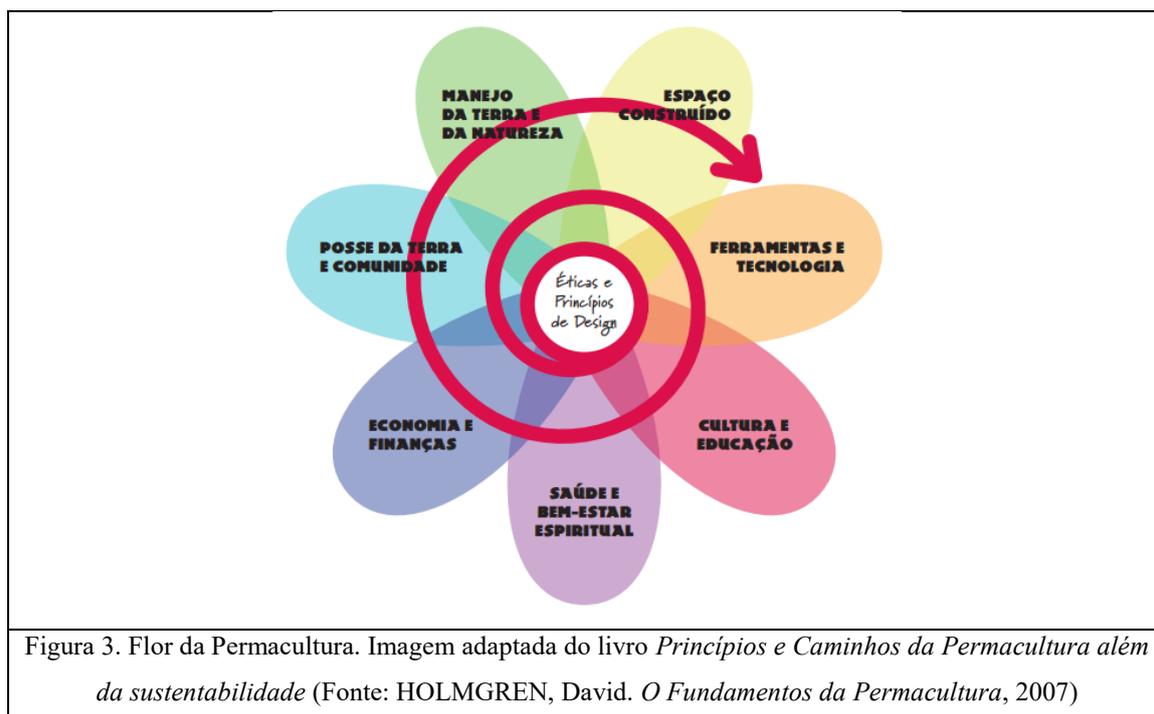
O princípio número 10, “Use e valorize a diversidade”, é sucedido do seguinte provérbio: “Não coloque todos seus ovos numa única cesta”. Este princípio busca atentar para o fato de que, no desenvolvimento de um projeto, é importante reconhecer a variedade de escolhas, pensamentos, atitudes e, inclusive, de materiais em uma construção. O uso da variedade de materiais em uma obra evita a escassez deles; a variedade de alimentos produzidos para a alimentação humana ou produção de rações, evita que uma praga esgote os alimentos; diferentes atividades e formas de avaliação em uma sala de aula promovem uma aprendizagem mais sólida para os diferentes tipos de estudantes, dentre muitos exemplos que podemos elencar para ilustrar a importância da valorização da diversidade. De acordo com o autor, “o provérbio [...] incorpora o entendimento popular que a diversidade proporciona um seguro contra as peças que a natureza e a vida cotidiana nos pregam” (HOLMGREN, 2013, p. 23).

Seguir os princípios de design permitirá que os interessados em desenvolver um projeto de permacultura, em quaisquer que sejam os âmbitos, tenham um guia nesta caminhada. É possível observar a utilização destes princípios sendo praticados por diferentes grupos de permacultura, seja ou não de forma mais radical.

Acredita-se na importância da propagação destes tópicos, pois eles permitem uma ruptura ao antigo modo de perceber o ambiente no qual se está inserido, e é possível perceber indivíduos ocupados com esta tarefa. No PDC do qual tivemos a oportunidade de participar, os integrantes do grupo Curare desenvolveram uma história sobre a saga de um pequeno indígena em busca de seu povo, visando à compreensão e a disseminação destes princípios de forma mais lúdica.

1.3.2.3. Flor da permacultura

Para uma compreensão visual integral dos eixos e das temáticas das quais a permacultura se relaciona, Holmgren (2007) apresenta a *flor da Permacultura*, que ilustra seu caráter holístico. A presença de aspectos como *espaço construído*, *cultura e educação* e *saúde e bem-estar espiritual* evidenciam a preocupação com aspectos que vão além das questões financeiras e/ou relacionados ao manejo da terra e dos ecossistemas.



Nota-se que, na flor proposta por Holmgren, os princípios éticos encontram-se no centro e cada pétala apresenta um tema distinto com o qual a permacultura dialoga. A presença dos princípios éticos centro da flor anuncia a importância da ética – com a terra, com as pessoas e com a partilha justa da produção e das riquezas – nas escolhas feitas por cada indivíduo, no que se refere aos temas ilustrados. Isto é, antes de planejar qualquer ação, seja ligada à educação, à

construção de uma casa, ao cuidado com o próprio corpo ou até à escolha de um apartamento, é necessário, para a permacultura, pensar se estes princípios serão alcançados.

O estudo desta representação visual serve de auxílio para que as pessoas interessadas na permacultura, e que almejam realizar um projeto e ações que sigam os princípios propostos por ela, possam planejar o caminho a ser seguido. Entende-se que não é necessário que todos os temas apresentados sejam atendidos, mas que cada indivíduo ou grupo busque trabalhá-los. É um mapa, no qual diversos caminhos são possíveis, mas todos devem partir dos princípios éticos e utilizar os princípios de design como guia (HOMLGREN, 2007).

1.3.3. Como a permacultura se encontra hoje?

A disseminação da permacultura enquanto um conhecimento que permite a compreensão sistêmica do meio ambiente apresenta diferentes momentos em sua história. Após o lançamento do livro *Permaculture One*, os autores tomaram diferentes caminhos: enquanto Holmgren buscou se aprofundar nos experimentos ligados ao tema, tendo se recolhido à sua fazenda para realizá-los, Mollison buscou disseminar a permacultura por meio de conferências e cursos. Os cursos ministrados por Mollison são conhecidos, até os dias atuais, como PDC's e IPC's,¹⁷ que tiveram – e ainda têm – enorme importância na divulgação da permacultura ao redor do mundo. A partir desses cursos¹⁸ e conferências, formaram-se os primeiros permacultores que iniciaram ações voltadas para as práticas permaculturais em seus locais de vivência (MENDES, 2010). Este tipo de ação permite que a permacultura se desenvolva, e que novos conhecimentos em relação a diferentes fatores, tanto bióticos quanto abióticos,¹⁹ possam emergir.

Além dos principais autores ligados ao tema, podemos identificar outros que defendem a utilização da permacultura em diferentes contextos. De acordo com Mannen et al (2012) caso os princípios da permacultura sejam integrados consistentemente aos sistemas humanos, eles podem levar à emergência de organizações humanas resilientes. Nesse mesmo sentido, buscando entender de que forma a permacultura pode vir a colaborar com a transição de sistemas de produção tradicionais para sistemas agroecológicos, que visam à não utilização de

¹⁷ IPC – International Permaculture Convergence são encontros nos quais são apresentados trabalhos desenvolvidos internacionalmente no campo da Permacultura e afins.

¹⁸ Sobre o desenrolar desses cursos no Brasil, iremos tratar mais a frente neste trabalho.

¹⁹ Bióticos são compreendidos como as questões relacionadas aos indivíduos, à sociopolítica de cada local, enquanto abióticos referem-se às questões ligadas à temperatura, à pedologia, ao regime de chuvas que os diferentes ambientes podem apresentar.

produtos químicos e ao consórcio entre diferentes vegetais, Ferguson e Lovell (2014) acreditam haver um enorme potencial para um bom desenvolvimento da lavoura. Por outro lado, os autores pontuam a existência de questões que possam vir a frear esta transição como, por exemplo, seu afastamento da ciência, reivindicações simplificadoras e a falta de uma definição clara da permacultura em si, bem como de quais são suas implicações atuais. Apesar disso, defendem que ela tem um importante papel na transição de sistemas tradicionais para sistemas agroecológicos, não somente pelo seu viés prático, mas também por carregar consigo a preocupação com questões sociais, e que investigações realizadas por movimentos sociais podem acabar por colaborar com a literatura e com futuras pesquisas (FERGUNSON; LOVELL, 2014). A revisão da literatura, realizada por Ferguson e Lovell (2014), indica que a maior parte das publicações não são provenientes de pesquisadores e sim de pessoas ligadas à militância no âmbito da permacultura.

No que tange às produções científicas em torno do tema, identificamos que a maioria é composta por artigos, trabalhos de conclusão de graduação e livros que, em grande parte, são provenientes dos EUA, da Austrália e do Reino Unido. A revisão bibliográfica realizada para a elaboração deste trabalho verificou um aumento de pesquisas na área, principalmente na Oceania e na América do Norte e que, em geral, elas buscam tratar de questões específicas do ponto de vista geográfico. Para que os benefícios da permacultura sejam obtidos, os autores pontuam a necessidade de se incentivar o aumento do número de pesquisas nesta área, uma vez que defendem seu papel fundamental no caminho de transição entre sistemas de produção agrícola, por oferecer conhecimentos e técnicas que podem engrandecer este processo (FERGUSON; LOVELL, 2014).

É possível ainda identificar autores que defendem não haver necessidade de uma sistematização, ou um manual de instruções, de como as práticas de sustentabilidade devam ser desenvolvidas no contexto urbano, mas sim que devem dar-se de forma orgânica e espontânea. Dos Santos (2014) acredita que o interesse e o amor das pessoas pelo espaço no qual estão inseridas levará à participação e ao discernimento das ações a serem realizadas, bem como à quebra da inércia, conduzindo, então, à transformação da realidade do grupo. Ainda, este autor entende que deve haver a possibilidade de acesso a informação e recursos, bem como um aumento na produção de um conhecimento que colabore com as pessoas, considerado pelo autor como algo a ser valorizado.

Foi possível também identificar pesquisas realizadas na Eslováquia, por Turiniová (2014), nas quais defende-se que uma das formas mais próximas de um indivíduo se relacionar

com o meio ambiente, estando em um contexto urbano, provem da participação em uma horta comunitária. A possibilidade de os indivíduos participantes terem a oportunidade de utilizar seu tempo livre para produzir seu próprio alimento, ao invés de trazê-lo de lugares distantes, pode servir como inspiração para o desenvolvimento de diferentes formas de economia alternativa no contexto urbano. Além disso, a autora defende também que estes espaços podem vir a criar e reforçar laços afetivos entre as pessoas que deles participem (TURINICOVÁ, 2014).

Simonette (2008) caminha no mesmo sentido e mostra a importância da contribuição das comunidades nos processos de transição de um estilo convencional de agricultura para um sistema mais natural, como, por exemplo, o agroecológico. Apesar de o sistema econômico atual ter acarretado uma enorme perda para os ecossistemas naturais e para as relações entre os indivíduos enquanto comunidade, o autor identifica que esta mudança de paradigma vem acontecendo e que tem permitido também que os indivíduos voltem a se conectar, trocando informações e reflexões com agentes que tenham um contato mais próximo com produtos e alimentos mais naturais.

Em uma das contribuições mais recentes, Akhtar (2016) ratifica a importância da permacultura como um conhecimento que, por englobar aspectos sócio-político-culturais e biológicos, permite que se atinja um desenvolvimento sustentável.²⁰ Akhtar acredita ser perceptível que a filosofia da permacultura traz consigo diferentes possibilidades de ações práticas e teóricas, que vão desde técnicas de plantio e de incentivo à comunicação interpessoal, até metodologias educacionais e de cuidados com a saúde das pessoas – conforme explicitado anteriormente nos tópicos referentes aos princípios éticos e de design. Ao incorporar-se a permacultura ao desenvolvimento, à modificação de ambientes e à obtenção de materiais, torna-se possível gerar ambientes naturais resilientes,²¹ comunidades integradas pela organização e pelo trabalho coletivo, redução da exploração dos indivíduos e aumento da qualidade de vida. Ainda de acordo com Akhtar (2016), incorporar a permacultura nesses processos é urgente e não virá “de cima para baixo”, de legisladores ou de grandes empresas, e sim a partir da movimentação e da tomada de decisões por parte dos indivíduos em torno desta causa (AKHTAR, 2016).

²⁰O termo "desenvolvimento sustentável" pode, por vezes, ser utilizado de forma tendenciosa em prol do lucro de empresas e em detrimento do meio ambiente. Por isso, defende-se a importância do entendimento de um desenvolvimento sustentável crítico.

²¹ Entendemos como “resilientes” os ambientes naturais que apresentem a capacidade de manter as suas características estruturais essenciais após terem sido submetidos à um processo de perturbação ou a um colapso ambiental. Seria então a capacidade de se estabilizar dinamicamente. (HOLLING, 1973)

Ainda em relação às pesquisas anteriores ligadas a permacultura, identificam-se também estudos ligados à educação e, de acordo com Wade (2015), o seu desenvolvimento desde as primeiras idades, como parte complementar do processo educativo, é de suma importância. Para o autor, a incorporação de ambientes e aulas, nos quais os estudantes possam trabalhar com materiais, conceitos e técnicas permaculturais, permitirá uma naturalização dos mesmos, o que ele considera benéfico, sejam estes estudantes crianças ou adolescentes.

De modo geral, é importante destacar que, ao longo da pesquisa bibliográfica realizada para a elaboração do presente trabalho, constatamos uma verdadeira escassez de projetos e produções acadêmicas ligados à permacultura. Diante deste contexto, defendemos a suma importância dos trabalhos aqui referidos: a permacultura deve estar inserida e ser reconhecida no meio acadêmico pois isso pode permitir o reconhecimento sobre as práticas desenvolvidas e os indivíduos envolvidos, incentivando o desenvolvimento da permacultura nos diferentes territórios. Ainda, o acúmulo promovido até o momento não deve ser perdido, para que futuros estudos possam avançar cada vez mais. Este trabalho busca então dialogar com e para os indivíduos ligados à permacultura, e a comunidade acadêmica, para que juntos possam se fortalecer.

Os seguintes subtópicos trazem contribuições de trabalhos acadêmicos voltados à permacultura realizados no Brasil. Além de contextualizar o território no qual realizamos esta pesquisa, buscaremos expor a informações existentes sobre grupos de permacultura atuantes no Brasil e, mais especificamente, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Por conterem informações mais próximas ao tema deste trabalho, optou-se por coloca-los separadamente.

1.3.4. O contexto atual do movimento na cidade do Rio de Janeiro/RJ

Contando com 208.800.303 de pessoas e apresentando uma taxa de crescimento de uma pessoa a cada 21 segundos, a população brasileira atual está dispersa em cinco diferentes regiões, em uma área que abrange cerca de 8.516.000 km². Deste total de pessoas, cerca de 16.780.628 pessoas se localizam no estado do Rio de Janeiro e, de acordo com o último censo, realizado em 2010, cerca de 6.302.446 de pessoas habitam a cidade do Rio de Janeiro, como pode ser observado na imagem abaixo (figura 4) (IBGE, 2018).

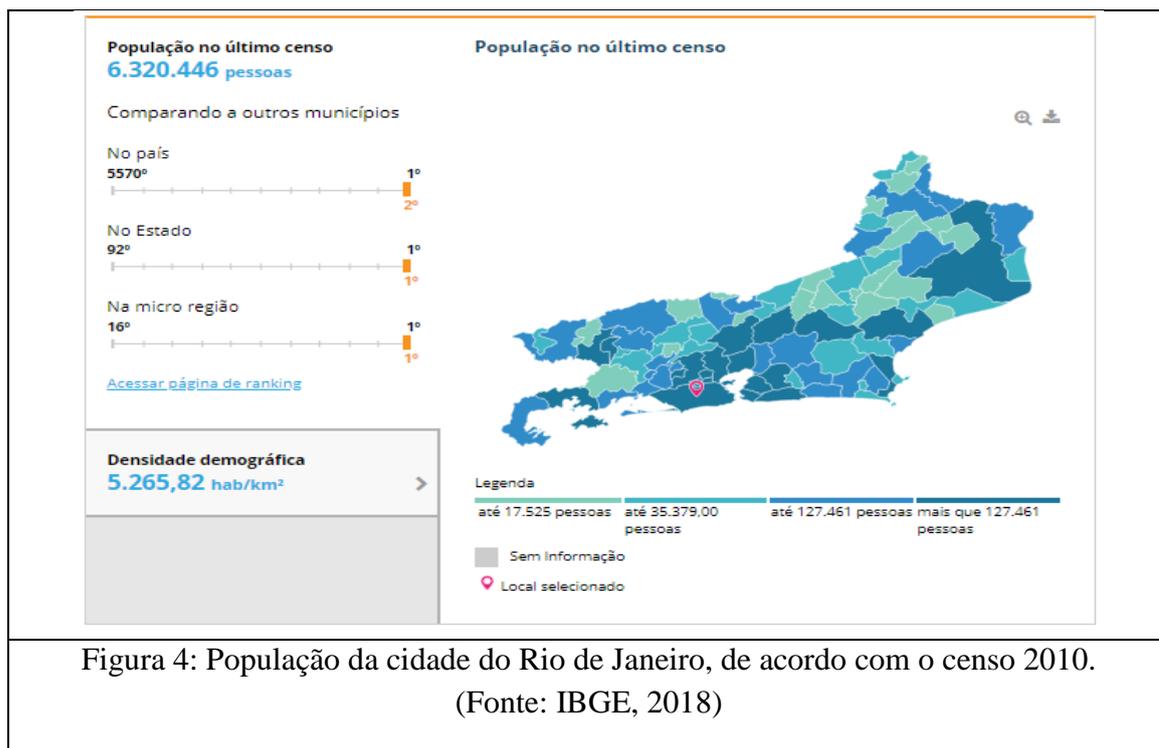


Figura 4: População da cidade do Rio de Janeiro, de acordo com o censo 2010.
(Fonte: IBGE, 2018)

A cidade do Rio de Janeiro, localizada na região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, está situada na região Sudeste do Brasil, como pode ser observado no mapa a seguir (figura 5), e será o local no qual iremos realizar este estudo.

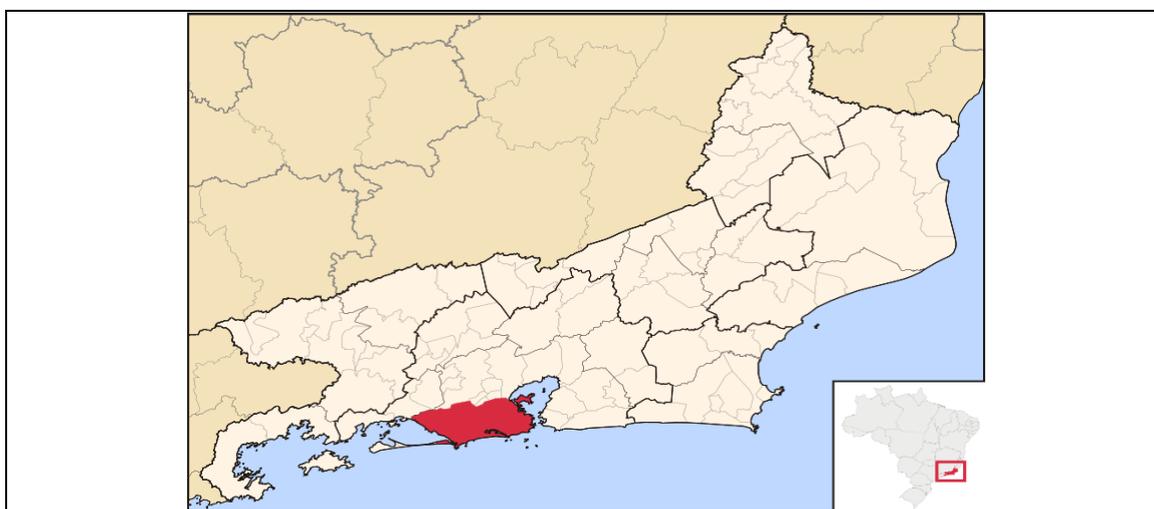


Figura 5: Mapa político do estado do Rio de Janeiro, na qual pode ser localizada a cidade do Rio de Janeiro.
(Fonte: ABREU, 2006)

A permacultura apresenta iniciativas localizadas em diferentes territórios, e a presente pesquisa se interessa pela discussão acerca daquelas que se localizam no contexto urbano, na cidade do Rio de Janeiro. Considerando que as categorias rural e urbano podem sofrer

alterações de acordo com as mudanças espaciais e temporais que possam ocorrer no território em questão e que os espaços urbanos e rurais podem se sobrepor, havendo um entrelaçamento entre os dois, atualmente, o IBGE utiliza uma classificação tipográfica para determinar se um local apresenta características urbanas ou rurais (IBGE, 2017). De acordo com esta classificação, identifica-se que 76% da população brasileira vive em áreas consideradas predominantemente urbanas, apesar de a maior parte dos municípios serem classificados como predominantemente rurais (60,4%).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, delimitamos como área urbana toda área “interna ao perímetro urbano, criada através de lei municipal, [...] para fins tributários ou de planejamento urbano (Plano Diretor, zoneamento etc.)” (IBGE, 2017 apud MANUAL DA BASE TERRITORIAL, 2014). Na cidade do Rio de Janeiro é possível observar que toda a área se trata de zona urbana, pois o plano diretor do município do Rio de Janeiro não prevê a existência de zona rural.

Para além do escopo geográfico, acrescentamos a importância de uma análise sociológica acerca do conceito de urbano para que seja possível visualizar com maior amplitude as questões envolvidas nesses contextos. Interessa-nos a proposta defendida por Lefebvre (2008) que indica que a era urbana, da qual fazemos parte, está apenas em seu início, e que o urbano pode ser visto como “um continente que se descobre e que se explora à medida que é construído” (LEFEBVRE, 2008, p. 81). Sendo fluida, a cidade seria o local no qual as contradições e as disputas entre os grupos que dela fazem parte se manifestariam e, a partir dessas disputas, o espaço poderia ser moldado, de acordo com as éticas e exigências dos mesmos grupos. Sendo um espaço fluido e de disputas, o espaço urbano está em constante possibilidade de sofrer alterações podendo, inclusive, ser transformado pela permacultura.

A partir do recente trabalho de Ferreira Neto (2017) é possível caracterizar a conjuntura atual da permacultura no Brasil. Além de apresentar uma discussão acerca das problemáticas ligadas ao seu desenvolvimento, desde sua chegada oficial ao país com o primeiro PDC realizado em 1992 por Bill Molison, o estudo traz um levantamento de grupos existentes nas diferentes regiões do Brasil (Anexo 2). A partir de uma auto identificação dos grupos, foi possível apontar a existência de 110 grupos de permacultura, dentre os quais 12 situam-se no estado do Rio de Janeiro, sendo apenas 5 localizados na capital do estado. Apesar da pesquisa ter apresentado uma ampla abrangência,²² reconhecemos a ausência de grupos existentes, fato

²² O autor indica que o alcance da pesquisa foi de cerca de 20 mil pessoas, via redes sociais (FERREIRA NETO, 2017, p. 118).

que é articulado pelo autor como possível, visto que o estudo pode não ter alcançado todos os indivíduos ligados ao tema (FERREIRA NETO, 2017). Acreditamos que a proximidade com o campo pode estar relacionada à identificação de outros grupos, que não os presentes na pesquisa realizada anteriormente, e que este fato poderá trazer ganhos às futuras pesquisas que se ocupem do campo da permacultura.

Após a exposição das questões ligadas à permacultura, e da contextualização da sua inserção no território a ser estudado, o capítulo a seguir visa a apresentar a teoria das representações sociais e de que forma esta teoria pode auxiliar no reconhecimento das questões existentes no desenvolvimento da permacultura, considerando os atores sociais e o contexto urbano no qual estão inseridos. Acredita-se na importância da correlação dos campos para o pensamento sobre o desenvolvimento humano em seus diversos aspectos e este trabalho vislumbra que a teoria das representações sociais pode servir como ferramenta para a compreensão dos processos que permeiam o desenvolvimento da permacultura por indivíduos que dela se utilizam.

Capítulo 2 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Por volta da década de 1960, Moscovici, que era também interessado nos movimentos ambientalistas da época, iniciou estudos em torno da Teoria das Representações Sociais, e, junto com Denise Jodelet, foram os pesquisadores mais proeminentes na área. Nota-se que há uma correlação temporal entre esta teoria e os estudos de permacultura escritos por Bill Molison e David Holmgren, em 1978, uma vez que emergem em períodos históricos próximos.

Os estudos que concernem a teoria das representações sociais foram traduzidos para o português e alcançaram o Brasil apenas em 1978, trazendo grandes contribuições para pesquisas que permeiem diferentes domínios e objetos de estudo, tais como os domínios científico, cultural, social e institucional; da produção; do meio ambiente – dialogando com temas ligados aos espaços construídos e naturais, cidades e riscos ambientais; biológico e médico; da educação; dos papéis e atores sociais; e da relação entre grupos diversos (JODELET, 1994, p. 5).

Por se tratar de um domínio tão diverso, esta teoria pode auxiliar em pesquisas interessadas na discussão das relações existentes entre indivíduos ou grupos e o meio no qual estão inseridos, à luz da psicossociologia. Reconhecendo que o conceito de representação social não é algo trivial, Moscovici (1978), ao desenvolver estudos nesta área, explicitou seu interesse de que o conceito não fosse definido de maneira precisa, evitando que isso pudesse engessá-lo. Apesar da ausência de definição acabar levando a uma falta de consenso em seu entendimento, é possível observar que diferentes autores descrevem a teoria de diversas, porém similares, formas. Imaginar as representações sociais como um círculo no qual as discussões ocorrem ao seu redor em constante movimento, e ao qual novos elementos podem ser incorporados, como um tornado que traz para si elementos que estejam em seu caminho, soa como uma analogia que permite uma compreensão do debate levantado em torno desta teoria.

Na obra organizada por Jodelet, *Les représentations sociales* (1994), a autora situa as representações sociais como *un domaine en expansion*²³ e defende que as representações sociais podem:

discutir fenômenos observáveis diretamente ou reconstruídos por um trabalho científico. Esses fenômenos tornam-se, depois de certos anos, um objeto central para as ciências humanas. Em torno deles, é possível criar um campo de pesquisa com seus

²³ Tradução nossa: um domínio em expansão.

instrumentos conceituais e metodológicos próprios, interessantes a diversas disciplinas. (JODELET, 1994, p. 31, tradução nossa)²⁴

Sendo uma teoria que pode ser notada a partir da observação de diversos elementos – como discursos, palavras, mensagens e imagens veiculadas na mídia, na condução e agenciamento materiais ou espaciais – as representações sociais expressam o que os grupos ou indivíduos sentem e pensam, e as definições compartilhadas pelos membros de um mesmo grupo podem construir uma visão consensual da realidade a que este grupo pertence e na qual acredita (JODELET, 1994, p. 35). Desta forma, as representações sociais seriam fabricadas em virtude da necessidade dos indivíduos se identificarem e se adaptarem às questões existentes no contexto no qual estão inseridos. A autora também discute que os indivíduos, imersos neste mundo formado por diferentes indivíduos, objetos e situações não se encontram sós. Eles dividem o mundo com outras pessoas, seja nas convergências ou nos conflitos, e se apoiam e se ajudam a fim de compreender este mundo, gerá-lo ou dele discordar. Interpretando e definindo os posicionamentos favoráveis ou contrários em relação aos diferentes aspectos da vida dos indivíduos, esta teoria pode guiar os pesquisadores interessados no tema na tarefa de tentar definir e nomear estes aspectos (JODELET, 1994).

Em defesa desta teoria, a autora aponta que as representações sociais se distinguem dos conhecimentos científicos, pois se utiliza de informações provenientes do senso comum, do dia a dia dos indivíduos, mas que é considerado academicamente em virtude de valorizar a vida social e de possibilitar que os processos cognitivos e as interações sociais sejam levados em consideração, servindo como base para pesquisas acadêmicas. Ainda, “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, tendo um olhar prático e contribuindo à construção de uma realidade comum à um grupo social”²⁵ (JODELET, 1994, p. 36, tradução nossa).

Sendo assim, para Jodelet (1994, p. 37), o fato de as representações sociais (i) serem produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento, e da elaboração psicológica e social dessa realidade, e (ii) se interessarem por um modo de pensar e por seus aspectos constituintes, faz com que o estudo desta teoria represente uma possibilidade

²⁴ No original: “*Avec les représentations sociales nous avons affaire à des phénomènes observables directement ou reconstruits par un travail scientifique. Ces phénomènes deviennent, depuis quelque années, un objet central pour les sciences humaines. Autour d’eux, se constitue un domaine de recherche de ses instruments conceptuels et méthodologiques propres, intéressant plusieurs disciplines [...]*”

²⁵ Tradução nossa: “C’est une forme de connaissance, socialement élaborée et partagée, ayant une visée pratique et concourant à la construction d’une réalité commune à un ensemble social.”

de maior aproximação do entendimento da vida mental individual e coletiva. Trata-se de uma modalidade de pensamento que tem como especificidade seu caráter social, e na qual “representar, ou se representar, corresponde a um ato de pensar pelo qual um sujeito se refere a um objeto” (JODELET, 1994, p. 37, tradução nossa)²⁶ externo a ele, criando então o que o indivíduo sente e compreende do mundo ao seu redor. Este objeto pode se tratar de pessoa, coisa, evento material, psíquico ou social, fenômeno natural, ideia, teoria, podendo, inclusive, ser algo místico ou imaginário. Jodelet finaliza dizendo que não há representação sem objeto.

Outros autores, como Polli e Kuhnen (2011) observam que a maioria dos estudos nessa área aponta para o que está sendo vivido no cotidiano das pessoas, não coincidindo necessariamente com a parte material e focando nas questões subjetivas envolvidas nas questões estudadas. Pontuam que o campo das representações sociais aborda “tanto um conjunto de fenômenos” quanto se refere “a uma teoria que busca explicá-los” (POLLI E KUHNEN, 2011). Já Guimelli (1993) acrescenta que as representações devem ser consideradas luzes que apontam os caminhos para a ação e que devem contribuir para o desenvolvimento da comunicação e do comportamento social.

Apesar do que propôs Moscovici, Sá (1996) defende que há uma busca necessária por uma definição mais clara do conceito das representações sociais. Jodelet, mais recentemente, definiu como sendo “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001 apud POLLI E KUHNEN, 2011, p.59) e acredita que:

Apesar de se manifestarem como elementos cognitivos, as representações sociais não se limitam a esta característica, pois são elaboradas e compartilhadas socialmente, contribuindo, desta forma, para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação social. (POLLI e KUHNEN, 2011, p. 60)

Assim, as representações sociais trazem à superfície os saberes produzidos pelos indivíduos, que se diferem dos conhecimentos produzidos pela comunidade acadêmica, ainda que haja a possibilidade de que sofram sua influência (JODELET, 2001 apud POLLI E KUHNEN, 2011). Sá (1996) entende que o surgimento das Representações Sociais permite que os processos cognitivos, referentes a um determinado tema, se relacionem com os processos envolvidos na comunicação entre os indivíduos, e que é possível identificar a presença de

²⁶ Tradução nossa: “[...] représenter ou se représenter correspond à un acte de pensé par lequel un sujet se rapporte à un objet.”

diferenças de representações entre os sujeitos de um mesmo grupo, sem que isso o afete como um todo.

No estudo realizado por Polli e Kuhnen, são apresentadas as funções que as representações sociais podem exercer, de acordo com Abric (ABRIC, 1994, 1998 apud POLLI E KUHNEN, 2011, p. 60). As funções, apresentadas abaixo (Tabela 2), estão relacionadas a diferentes finalidades, e ilustram que as representações sociais partem de um campo teórico e simbólico em direção a um campo prático, do cotidiano dos indivíduos. Ou seja, as representações podem ocorrer por meio de um processo de trocas realizadas entre conceitos e percepções, o que lhes atribui tanto um caráter conceitual quanto um caráter figurativo. Aponta-se que as representações estão ligadas ao conceito de um objeto, mas podem ser concebidas, dotadas de sentido, mesmo na ausência dele, visto que não se tratam de uma cópia dos objetos representados e, sim, de uma reinvenção dos objetos reais (MOSCOVICI, 1978).

<i>Funções da representação social</i>	
Função	Finalidade
Saber	Compreender e explicar a realidade; Saber prático do senso comum; Assimilar conhecimentos em um sistema cognitivo existente; Comunicação social; Trocas sociais; Transmitir e difundir o saber do senso comum.
Identitárias	Definir identidade grupal; Preservar as particularidades de dado grupo; Situar os indivíduos dentro de um grupo social compatível com o sistema de normas e valores determinados social e historicamente.
Orientação	Guiar comportamentos e práticas; Orientar a conduta; Definir o tipo de estratégia cognitiva a ser adotada; Criar modelos de antecipação e justificativas da ação; Definir o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um determinado contexto social.
Justificatórias	Justificar posteriormente as tomadas de decisão e os comportamentos; Criar representações que justificam suas ações; Preservar e justificar a diferenciação social, podendo contribuir para a discriminação ou manutenção da distância entre grupos; É determinada pela prática das representações.

Tabela 2: Funções das representações sociais, de acordo com Abric.
Fonte: ABRIC, 1994, 1998 apud POLLI&KUHNEN, 2011

Sendo esta uma teoria de amplos domínios e funções, de acordo com os autores, é possível que ela se apresente de duas formas, uma de caráter conceitual (a partir de um

“processo de trocas entre um conceito e uma percepção”) e outra de caráter figurativo (podendo ser um conceito ou uma imagem) (POLLI E KUHNEN, 2011, p.60).

Em tempo, Moscovici (1978) aponta que as representações sociais não devem ser comparadas ou confundidas com outros sistemas, como, por exemplo, a ideologia – posto que estão intimamente ligadas aos processos de comunicação –, nem com as representações coletivas, propostas por Durkheim, que seriam mais estáveis e cuja função seria a de auxiliar na integração e na conservação da sociedade. Ao contrário do que as representações coletivas propõem, as representações sociais buscam compreender as transformações na sociedade a partir do senso comum e das vivências individuais.

2.1. Representações sociais e meio ambiente

É inegável a ancestralidade dos maus tratos promovidos ao meio ambiente por parte dos seres humanos. No entanto, é igualmente inegável que este tipo de conduta tem se agravado e aprimorado nas últimas décadas, principalmente nos anos pós-revolução industrial, com a incorporação de maquinários às fábricas, e a naturalização da incorporação de elementos eletrônicos ao cotidiano. Ignora-se que a fabricação de *gadgets* se dá pela retirada de materiais brutos e compostos da natureza, e por sua transformação a partir do uso de elementos químicos que, pouco provavelmente, serão reutilizados ou tratados de forma correta antes de retornarem à natureza. Ignora-se a origem destes materiais e a sua finitude.

De acordo com Polli e Kuhnen (2011), as representações sociais apresentam enorme importância na compreensão da origem, da manutenção e da transformação deste comportamento, segundo eles, alienado. A partir da identificação destes processos, seremos capazes de compreender que a preservação do futuro do planeta está ligada à preocupação com as relações entre os indivíduos. Deve-se admitir que “a crise ambiental é, na verdade, uma crise na relação pessoa-ambiente, e os grandes problemas ambientais são visualizados como problemas humano-ambientais” (POLLI E KUHNEN, 2011), e que a mudança do olhar e das atitudes individuais são também importantes e necessárias, bem como o entendimento de que a natureza não está à parte dos indivíduos, mas sim os permeia e perpassa (GARCÍA-MIRA, SABUCCEDO & REAL, 2002; PINHEIRO, 2003).

O espaço atua nos referenciais gerados pelos indivíduos, já que, ao se organizarem, o fazem em algum lugar que é então modificado, do mesmo modo que o espaço acaba também

por modifica-los. Ou seja, os indivíduos são, ao mesmo tempo, agentes modificadores e modificados, o que leva a uma interdependência (POLLI E KUHNEN, 2011).

Interessados na relação pessoa-ambiente, Polli e Kuhnen entendem que, ao se realizar estudos que permeiem as representações sociais do ambiente, é possível identificar uma influência do ambiente no comportamento, e provocar uma mudança de olhar, visto que as representações sociais são postas como *prescritoras de comportamento*. Seriam elas a determinar o entendimento do ambiente o que, nesse caso, ocorre também ao contrário: este tipo de estudo permite a compreensão das interferências das representações no ambiente e vice-versa.

Percebe-se que é incontestável o valor da Teoria das Representações Sociais para o campo do meio ambiente e da sustentabilidade. É a partir do conhecimento dos processos relacionados às representações – processos cognitivos e simbólicos, por exemplo – que será possível direcionar e promover ações futuras neste campo.

Conhecer a relação dos indivíduos com as problemáticas envolvidas no espaço no qual estão inseridos pode promover a compreensão da representação que fazem do meio ambiente. Ademais, a linguagem e a forma com as quais se constrói essa representação, a comunicação e as trocas de signos são de forte influência neste tipo de análise (VALERA, 2002). Nesse sentido, é possível identificar a possibilidade de existirem diferentes vieses como, por exemplo, as representações sociais provenientes dos pequenos agricultores – defendida pelas comunidades e famílias de agricultores –, e as provenientes do Estado – amparada por leis e instituições (LASCHEFSKI, DUTRA, DOULA, 2012).

Jodelet (1996) evidencia que as pessoas criam diferentes representações sobre o ambiente no qual estão inseridas a partir das informações compartilhadas entre elas, muitas vezes baseadas no senso comum e no contexto cultural, o que pode acabar por promover o surgimento de teorias que justifiquem o entorno e suas possibilidades. A autora alerta que também devemos levar em consideração que estes mesmos indivíduos constroem, concomitantemente, representações individuais sobre as mesmas questões.

Conforme levantado por Silva e Junior (2010), os conhecimentos referentes a questões ambientais que fazem parte das representações de pequenos produtores agrícolas são, em sua maioria, provenientes de informações transmitidas pela televisão (que destila o senso comum facilmente), e compostas por conhecimentos relacionados a práticas que podem ser danosas ao meio ambiente. Polli e Kuhnen (2011) mostram preocupação neste ponto e argumentam que estas representações

não podem ser reduzidas a um conjunto em que as partes são as representações individuais, visto que se formam e se transformam, valendo-se da comunicação e das práticas sociais, que são, enfim, as mediações sociais. Estas mediações acabam por gerar saberes como representações sociais que, coletivamente, transcendem a produção individual e que são elas mesmas, também mediações sociais. (POLLI E KUHNNEN, 2011, p.63)

Ainda de acordo com estes autores, e afirmando a importância que o trabalho desenvolvido por eles tem para este estudo, é a partir do processo de simbolização que será possível o aprofundamento nos aspectos existentes nas relações pessoa-ambiente, visto que os símbolos podem permitir uma aproximação dos sujeitos com os objetos ausentes - que estão sendo representados pelos símbolos criados.

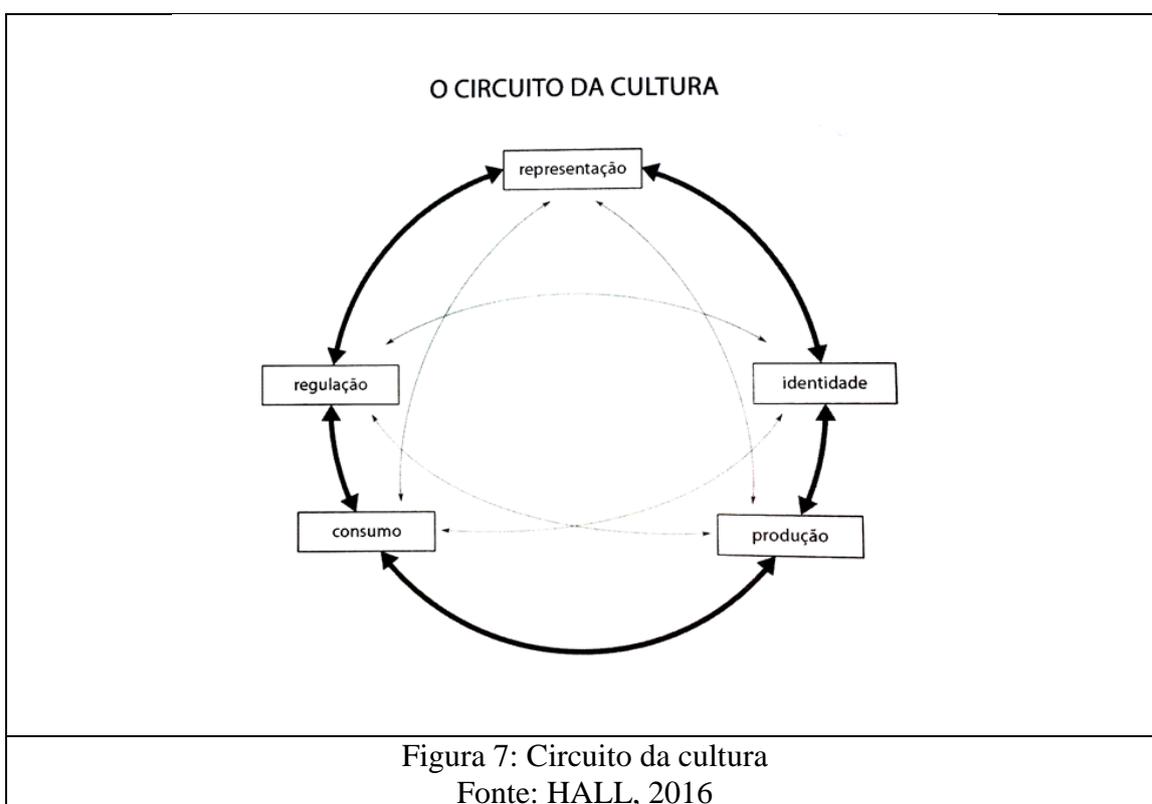
2.2. Representações sociais e a linguagem

Inspirados no que propõe Jodelet, em relação às representações sociais serem o processo e o resultado de uma interação entre a realidade exterior ao pensamento e a estruturação psicossocial da realidade vivenciada pelos atores sociais, consideramos interessante acrescentar à discussão algumas contribuições trazidas por Stuart Hall (2016). Com sua vivência proveniente dos estudos culturais britânicos, utilizando um viés da análise do discurso e da semiologia francesa, Hall apresenta contribuições para o campo da Teoria das Representações Sociais a partir de uma conexão entre as representações, a cultura e a linguagem. O autor aponta que os significados somente poderiam ser compartilhados entre os indivíduos por meio da linguagem – considerada pelo autor uma forma privilegiada utilizada para que os diferentes elementos tivessem sentido –, e que seria na própria linguagem que esses sentidos seriam produzidos e compartilhados (HALL, 2016, p. 17). Nesse contexto, em relação às conexões existentes entre *representação* e *cultura*, afirma que a cultura estaria também relacionada ao compartilhamento de significados, tal qual a linguagem.

Hall estabelece uma relação entre a construção de significados e a linguagem, e investiga como é possível que os indivíduos participantes de um mesmo grupo possam construir uma cultura de significados que sejam compartilhados entre eles e, ao mesmo tempo, sejam capazes de interpreta-los de maneira equivalente (HALL, 2016). Para discutir este questionamento, Hall indica que:

A linguagem é capaz de fazer isso porque ela opera como um sistema *representacional*. Na linguagem, fazemos uso de signos e símbolos – sejam eles sonoros, escritos, imagens eletrônicas, notas musicais e até objetos – para significar ou representar para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos. (HALL, 2016, p. 18)

Para o autor, esse processo de influência e interdependência que as representações, as identidades, a produção e o consumo apresentam umas sobre as outras é ilustrado pelo circuito da cultura (figura 6). As representações são então produzidas pelos indivíduos, sofrem influências de acordo com os diferentes processos de formação de identidade ou de consumo, por exemplo, mas também são capazes de influenciá-los e modificá-los.



Além de ser mediada pelos diferentes fatores expostos no círculo da cultura, o próprio conceito de cultura pode apresentar significados distintos. Um deles está relacionado aos valores compartilhados por um grupo ou por uma sociedade, e o outro, de acordo com a definição voltada aos estudos em Antropologia, pode se referir a tudo o que esteja vinculado ao modo de vida “de uma comunidade, de uma nação ou de grupo social” (HALL, 2016, p. 19). Nesse sentido, considera-se que a cultura esteja interligada à produção e ao compartilhamento de significados entre os indivíduos pertencentes a um determinado grupo ou comunidade, e que é, então, um agente importante para a sensação de pertencimento a um determinado grupo, levando-se em consideração também as emoções e os sentimentos envolvidos. Para o autor, estar conectada a essas questões faz com que a cultura se relacione às condutas dos indivíduos,

o que acarretará mudanças reais e práticas, afinal “pensar e sentir são em si mesmos ‘sistemas de representação’, nos quais nossos conceitos, imagens e emoções ‘dão sentido a’ ou representam – em nossa vida mental – objetos que estão ou podem estar, ‘lá fora’ no mundo” (HALL, 2016, p. 23).

Para Hall (2016), a representação se configura como uma forma de expressar aos outros indivíduos as questões individuais sobre o mundo; trata-se de uma parte essencial da produção e do compartilhamento dos significados entre indivíduos de um mesmo grupo ou cultura. A representação necessita “da linguagem, de signos e de imagens que significam ou representam objetos” (HALL, 2016, p. 31) e, por isso, pode ser considerada essencial para a compreensão da cultura, visto que, ao pertencer a uma cultura, os indivíduos estão necessariamente compartilhando a produção e a compreensão desses mesmos signos, linguagens e imagens.

A discussão proposta por esta pesquisa tem interesse no trabalho produzido por Hall, pois o autor defende que as representações produzidas pelos atores sociais são capazes de atuar nas noções de cultura de uma comunidade e modifica-las. O interesse em evidenciar e compreender as vivências e os sentimentos envolvidos nas práticas permaculturais desenvolvidas no contexto urbano nos aproxima das teorias propostas por ele, visto que os signos compartilhados e o simbólico envolvidos nessas práticas podem trazer novas formas de se relacionar, sentir e interpretar a cultura de uma comunidade.

Capítulo 3 - METODOLOGIA

Neste capítulo apresentaremos as etapas pelas quais esta pesquisa passou até a sua finalização. Trata-se de uma pesquisa que vai ao encontro de estudos qualitativos, de caráter exploratório e interdisciplinar, o que, de acordo com Vasconcelos (2002), permite não só a conexão e a construção de relações entre campos de saberes conexos, como pode gerar enriquecimento em ambos os campos, reciprocidade e a possibilidade de horizontalização das relações de poder entre eles. Ao utilizarmos as teorias das representações sociais e da permacultura como norte para nossa análise, entendemos que o olhar psicossocial pode trazer contribuições importantes para a compreensão das questões existentes no desenvolvimento da permacultura no contexto urbano.

Iniciamos com o levantamento bibliográfico em torno dos temas principais e transversais que acreditamos ser de importância para o estudo dos temas propostos e, posteriormente, realizamos entrevistas com indivíduos conectados a grupos que desenvolvem práticas permaculturais na cidade do Rio de Janeiro/RJ. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado, que pode ser visualizado no Anexo 1 deste trabalho. Ainda, acompanhamos o desenvolvimento de atividades promovidas pelos grupos Educação Popular na Cinelândia, Horta Inteligente e Sustentarte por meio da participação em mutirões, oficinas e cursos promovidos por eles o que permitiu a elaboração de um diário de campo que auxiliou ao longo da pesquisa. As participações nesses eventos ocorreram em um período de tempo que se iniciou antes das entrevistas e prosseguiu até a finalização desta dissertação.

Ao fim, analisamos as entrevistas tendo como orientação a base teórica levantada inicialmente e como foco a percepção das problemáticas envolvidas no desenvolvimento de práticas permaculturais no contexto destacado. Trata-se de uma pesquisa de caráter interdisciplinar que almeja discutir (i) as questões subjetivas presentes nas falas dos atores sociais envolvidos; (ii) as possibilidades e dificuldades no desenvolvimento de práticas permaculturais no contexto urbano; e (iii) a participação dos atores sociais nos conflitos relacionados a tais práticas.

3.1. Levantamento bibliográfico

O objetivo de uma revisão teórica é possibilitar a circunscrição de um problema de pesquisa, para que seja possível explicá-lo dentro de um determinado quadro de referência

teórica. Portanto, conhecer as pesquisas realizadas anteriormente é de suma importância para o desenvolvimento de uma pesquisa, pois elas trarão a possibilidade de identificar o que já foi dito sobre o campo e as carências existentes, e permitirão o planejamento das próximas etapas (LUNA, 1997).

Para que fosse possível explorar o que havia sido estudado previamente nos campos de nosso interesse, foi realizado um levantamento bibliográfico no qual foram utilizadas as palavras-chave *permacultura*, *representação social*, *comunidades sustentáveis* e *ecovila* nas bases de periódicos oferecidas pela CAPES à UFRJ, que fornecem acesso a sites e bancos de artigos, dissertações e teses nacionais e internacionais. O levantamento foi também realizado com as mesmas palavras-chave em inglês,²⁷ para que pudéssemos localizar uma maior quantidade de trabalhos.

Inicialmente, foram selecionadas revistas que tivessem relação apenas com as grandes áreas de Psicologia, Antropologia e Ciências Sociais. No que se refere às palavras-chave ligadas à permacultura foram encontrados poucos resultados, o que nos leva à percepção de que a área carece de pesquisas e estudos publicados no meio acadêmico. Com isso, tornou-se necessária a busca em todas as bases disponibilizadas pelo portal, para que fosse possível obter mais resultados, o que, no entanto, não acarretou em grande aumento nesse número.

Além do levantamento na base de periódicos da CAPES, foi feita uma seleção de livros e materiais em outras fontes. Destaca-se a importância da colaboração de pessoas próximas ligadas a permacultura, que permitiram que documentos essenciais fossem encontrados e utilizados nesta pesquisa. Dentre eles, destacamos dissertações e livros de pesquisadores brasileiros, que proporcionaram uma maior compreensão do histórico da permacultura e a sua chegada ao Brasil.

Com o levantamento realizado, tornou-se possível desenhar o caminho a ser seguido por esta pesquisa e, então, elaborar o roteiro a ser utilizado no decorrer das entrevistas.

3.2.Elaboração do roteiro de entrevistas

Acreditamos que a utilização de um roteiro semiestruturado para as entrevistas trouxe benefícios para o desenvolvimento da pesquisa visto que, concomitante à delimitação do que se almeja conhecer dos entrevistados, há espaço para que as pessoas se expressem livremente e tragam novos elementos para a análise. Desta forma, nos baseamos nos objetivos geral e

²⁷ *Permaculture*, *social representation*, *sustainable communities* e *ecovillage*, respectivamente.

específicos para pensar as perguntas, de modo que obtivéssemos as informações que considerávamos necessárias. Definimos como ferramenta a realização de entrevistas pois

“A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. (...) Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (MINAYO, 1994, p.57).”

Ao longo das entrevistas foram feitas diversas outras perguntas, diferentes para cada entrevistado, com o intuito de nos aprofundarmos na temática. Frisamos que, ao elaborar as perguntas, não levamos em consideração os perfis particulares de cada entrevistado, que podem ser conferidos no subtópico a seguir, com o objetivo da manutenção de uma linearidade (MYNAIO, 1994).

3.3 Perfil dos entrevistados

Convidamos pessoas participantes de grupos ligados à permacultura para concederem entrevista²⁸ visando ao levantamento de informações relacionadas a questões ligadas ao desenvolvimento da técnica no contexto urbano, às dificuldades encontradas no processo e a questões pessoais envolvidas. Após a realização das entrevistas, foi analisado o conteúdo das falas e dos pontos trazidos pelos participantes.

A escolha dos indivíduos a serem entrevistados baseou-se na sua conexão com o desenvolvimento de práticas permaculturais, em sua disponibilidade para participar da pesquisa e no fato de estarem localizados em territórios diversos da cidade do Rio de Janeiro, o que permitiria uma pluralidade de informações e contextos. Dentre as pessoas selecionadas, houve aquelas com as quais tivemos contato pela primeira vez, outras com as quais já haviam sido realizadas atividades em parceria, anteriores à esta pesquisa.

No total, foram entrevistadas sete pessoas, sendo elas: Armando Fonseca, Dany Garza, Dário Jurema, Gabriel Varela, Isabel Meiroz, Lorena Portela e Sandro Abreu – participantes dos grupos: Educação popular na Cinelândia; Sustentarte; Aldeia Maracanã; SOL e Mundos Livres; Epicentral; Horta Inteligente; e Educação Popular na Cinelândia, respectivamente.

²⁸ O roteiro da entrevista pode ser encontrado ao fim deste trabalho (ANEXO 1).

Os indivíduos participantes das entrevistas apresentam características e perfis distintos. Sendo assim, antes das análises das entrevistas, gostaríamos de apresentar um breve perfil dos entrevistados, bem como dos grupos aos quais estão relacionados e, ao fim deste subtópico, apresentaremos uma tabela (Tabela 3) na qual será possível observar as informações de forma sistematizada. Esperamos que a apresentação dos perfis das pessoas e dos grupos possa contribuir com a compreensão mais aprofundada das discussões propostas nesta pesquisa.

3.3.1. Grupo Educação Popular na Cinelândia

Criado em abril de 2016, o grupo Educação Popular na Cinelândia desenvolve atividades gratuitas e abertas ao público interessado na Praça da Cinelândia (figura 8). Dentre as atividades propostas pelos membros deste grupo, podem ser citadas: palestras e oficinas sobre técnicas de plantio de mudas e hortaliças para a produção de hortas caseiras e comunitárias (figura 9); oficinas sobre permacultura (figura 10); venda de biofertilizantes e de outros produtos e alimentos produzidos por eles e por parceiros; oficinas de reciclagem, compostagem e banheiros secos; feiras de trocas; conversas sobre comunicação não-violenta; oficinas para a autonomia em mecânica de bicicletas; e debates variados de cunho sociopolítico e ambiental.

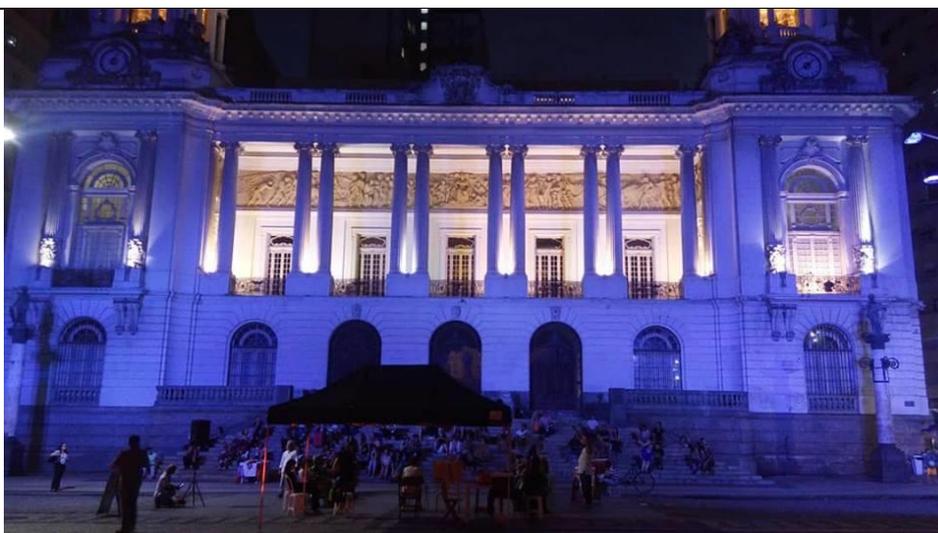


Figura 7: Grupo Educação Popular na Cinelândia em seu local de atuação: Praça da Cinelândia – Rio de Janeiro/RJ

Fonte: Acervo pessoal Educação popular na Cinelândia

Este grupo desenvolve suas atividades cerca de duas a três vezes por mês na Praça da Cinelândia, região central da cidade do Rio de Janeiro/RJ, sempre às sextas-feiras, após as 18h.

A participação nas atividades é livre e destacamos o fato de que são realizadas em um horário no qual, normalmente, as pessoas costumam se reunir para aproveitar o descanso da semana de trabalho, ir para casa encontrar a família ou se reunir com amigos, mas as pessoas que escolhem participar reservam parte dos seus momentos livres para conhecer e debater os temas propostos pelo grupo. Acreditamos que isso possa demonstrar a importância desse espaço de diálogo e o interesse dos indivíduos participantes.



Figura 8: Oficina de Horta Caseira sendo realizada na Praça da Cinelândia – Rio de Janeiro/RJ
Fonte: Acervo Educação popular na Cinelândia



Figura 9: Oficina de permacultura realizada na Praça da Cinelândia – Rio de Janeiro/RJ
Fonte: Acervo pessoal Educação Popular na Cinelândia

Os organizadores relatam que o público costuma ser variado, de acordo com o tema proposto que, inclusive, pode ser sugerido ou ministrado por outras pessoas, tais como participantes das oficinas ou qualquer outra pessoa que se proponha a desenvolver as atividades coletivamente. Acredita-se na importância da participação deste grupo para a pesquisa, por se tratar de um coletivo autônomo e que atua de forma voluntária no centro da cidade, alcançando um público diverso, que não é necessariamente constituído pelas mesmas pessoas em todas as ações promovidas.

Ao entrar em contato pela página existente na rede social Facebook, obtivemos pronta resposta e as pessoas responsáveis pela organização do grupo se mostraram interessadas na participação da entrevista e marcamos o encontro para acontecer na praça da Cinelândia. Sendo realizada no local de trabalho deles, foi possível vivenciar uma pequena amostra das interações que ocorrem neste território. Durante a entrevista fomos questionados por diferentes transeuntes sobre o que acontecia ali, pessoas pediram informação sobre como chegar a outros locais da cidade e um morador de rua nos pediu água, pedido prontamente atendido pelo grupo. Atuando em uma praça a céu aberto, sem estruturas que os separem do entorno, os participantes deste grupo lidam com uma variedade de situações e isso permitiu uma breve observação sobre a naturalidade com a qual reagem aos acontecimentos que surgem no contexto no qual estão inseridos.

Participaram da entrevista no mesmo dia Armando, Sandro e Dário, cujos perfis serão apresentados a seguir. Dário participa de outro coletivo, a ser citado adiante neste subcapítulo, e esteve presente neste dia, pois desenvolve atividades em parceria com o grupo que realiza suas atividades na Cinelândia. Além de desenvolver suas atividades na praça da Cinelândia, acreditam na importância da atuação em coletivo e contam com parcerias de outros coletivos como MUDA, da UFRJ; Aldeia Maracanã; e BioDiversa, da UERJ.

Armando Sérgio Fonseca tem 56 anos, mora no bairro Botafogo e atua como advogado. Conheceu Sandro a partir das ocupações que se sucederam a partir de junho de 2013, período de grandes manifestações políticas, e desenvolveram juntos o grupo Educação Popular na Cinelândia. Ele relata que não havia tido contato com o tema permacultura antes de conhecer Sandro, que seria então o “responsável” pela apresentação deste tópico a ele.

Sandro Abreu tem 39 anos e é morador de Irajá. Atua como professor de educação física e organizador do grupo Educação Popular na Cinelândia e seu contato com trabalhos ligados ao meio ambiente há cerca de 15 anos atrás, época em que atuava como voluntário no Parque da Pedra Branca, localizado na zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Nessa época, atuava

com o reflorestamento da área e foi nos anos de 2011/2012 que começou a se interessar pelo plantio em praças a partir da criação de hortas comunitárias. Esse interesse se deu ao conhecer, pela internet, o desenvolvimento deste tipo de atividade realizada na Suécia e permitiu que Sandro promovesse oficinas de hortas em locais como Honório Gurgel, Vista Alegre (local no qual almeja cultivar uma horta comunitária que se mantenha autônoma e coletivamente), Catumbi e Tijuca, hortas essas que não se mantiveram por falta de envolvimento das pessoas moradores destas localidades. Sandro relata que não tinha condições financeiras para participar de cursos de permacultura e, por isso, buscou conhecer as teorias e práticas ligadas ao tema a partir da participação de mutirões promovidos por grupos de permacultura e agroecologia existentes na UFRJ e pelo sistema de troca de estadia por trabalho em ecovilas. Ainda, participou de ocupações em escolas públicas e desenvolve atividades em parceria com o projeto MUDA, da UFRJ.

3.3.2. Aldeia Maraka'nà

Localizada na área conhecida como Antigo Museu do Índio, no bairro Maracanã, a Aldeia Maraka'nà²⁹ é uma área de resistência. Em 1910 o prédio foi doado ao Serviço de Proteção aos Índios e em 1953 acolheu o Museu do Índio o que, no entanto, durou até o ano de 1977, quando o Museu foi transferido para o bairro de Botafogo. Após um longo período abandonado, em 2006, um grupo indígena ocupou a área, como uma forma de retomada dos territórios indígenas. Esta situação gerou uma enorme polêmica, que teve seu auge em 2013, quando a Aldeia foi ocupada por forças policiais que visavam a retirada dos indígenas do local para a ocasião das obras promovidas para os jogos da Copa do Mundo, que ocorreram em 2014. Uma das intenções do governo estadual, cujo cargo máximo era ocupado por Sérgio Cabral Filho na época, seria a construção de um estacionamento no local. Após a ocupação pela polícia, os indígenas que viviam na região do Museu do Índio foram levados para um assentamento em Jacarepaguá onde, no entanto, carecia de infraestrutura e os indivíduos passaram a ter horários de entrada e saída, segundo relatos.

Em resposta a isso, em 2017, um grupo retornou à região do Museu do Índio e ocupou novamente o território da Aldeia Maraka'nà, e desenvolve uma série de atividades políticas e culturais no local como reuniões visando a formações de empreendimentos cooperativos na

²⁹ Para nos referirmos à Aldeia faremos uso de sua escrita tradicional, utilizada por eles como forma de resistência.

Aldeia (figura. 10) Destacamos ainda a ocupação agroecológica em busca de uma autonomia alimentar para a aldeia (figuras 11 e 12).



Figura 10: Reunião de empreendimentos cooperativos na Aldeia
Fonte: Acervo pessoal Dario Jurema



Figura 11: Plantio de mudas na área da Aldeia
Fonte: Acervo pessoal Dario Jurema



Figura 12: Plantio sendo realizado na área da Aldeia
Fonte: Acervo pessoal Dario Jurema

Atualmente a retomada celebra um ano de ocupação e tivemos a oportunidade de entrevistar um dos participantes, Dário Jurema que, há algum tempo, se relaciona com a prática da permacultura e cujo perfil trazemos a seguir.

Dário Jurema tem 37 anos, é historiador, guia de turismo e apicultor, fazendo parte de uma cooperativa de apicultores. Recentemente se reconheceu descendente indígena e, nesta busca, voltou-se ao movimento realizado na Aldeia Maracanã - localizada na zona Norte da cidade do Rio de Janeiro – o que fez com que decidisse residir neste território como forma de resistência. Além de desenvolver plantios, oficinas e atividades de cunho sócio-político ambiental na Aldeia, atua em parceria com o grupo Aldeia Libertária e com o grupo de Educação Popular na Cinelândia. Seu contato com a permacultura ocorreu pela primeira vez em 2012/2013 ao conhecer pessoas que apresentavam práticas ligadas ao tema e por pesquisas na internet. A partir disso, aprendeu as técnicas e teorias por meio da participação de vivências em sítios e da observação dos ambientes nos quais esteve presente e apresentavam ações ligadas a permacultura. Relata que não participou de cursos e que seu contato com a natureza a partir de seus familiares foi sua influência.

3.3.3. SOL e Mundos Livres

O Grupo SOL – Soluções Holísticas - é um grupo de Permacultura que teve seu início há cerca de seis anos e surgiu do interesse de estudantes de ciências biológicas da UniRio em, após o término do curso de graduação, atuarem em suas áreas de interesse. Apesar dos integrantes deste grupo estarem fisicamente afastados, morando em cidades diferentes, têm como interesse o desenvolvimento de atividades ligadas à permacultura e organizam um curso conhecido como CPDP – Curso de Práticas em Design de Permacultura - que é realizado anualmente em parceria com o Instituto de Pesquisas e Criação Taipal, localizado em Piedade/SP. A entrevista foi realizada com o participante Gabriel Varela, também atuante na empresa Mundos Livres, que utiliza resíduos descartados de madeira para a confecção de novos materiais com potencial para utilização pela indústria. Esse aproveitamento acarreta na diminuição da quantidade de madeiras encaminhadas para lixões, a redução da necessidade do corte de novas árvores e, conseqüentemente, a redução do desmatamento de novas áreas para o plantio.

Desde a época da graduação Gabriel desempenhava papel fundamental e ativo nas atividades ligadas a agroecologia, sendo possível reconhecê-lo como uma referência naquele contexto. Ainda neste período, a partir de encontros estudantis e o contato com pessoas ligadas ao tema, conheceu a permacultura e passou a estudar suas práticas tendo participado de um PDC urbano o que levou, após a sua formatura, à criação criou da SOL, em maio de 2012. Por estar participar de uma empresa que tem como visão a economia circular e os princípios éticos expostos anteriormente e ter desenvolvido por mais de oito anos os conceitos e práticas propostas pela permacultura no contexto urbano, realizar a entrevista com o Gabriel pode auxiliar na compreensão dos processos existentes em seu desenvolvimento na cidade do Rio de Janeiro.

3.3.4. Epicentral

O Espaço de Permacultura da Central do Brasil – Epicentral, criado em 2015, é uma iniciativa surgida do anseio de desenvolver a permacultura na cidade do Rio de Janeiro, por parte de seus idealizadores. A antiga casa, localizada no Morro da Providência/RJ, foi comprada por Isabel e Barney, que, após terem tido contato com a permacultura, se inspiraram para a realização deste projeto.

O conceito inicial girava em torno do desenvolvimento de práticas de bioconstrução e, nesse sentido, a reforma da casa foi cuidadosamente pensada de modo a ser realizada baseada em princípios permaculturais. Inclusive, é possível encontrar, no salão interno, paredes feitas de pedras, originais da construção, e que não só mantidas mas reformadas, para que integrassem o ambiente (figuras 13 e 14).



Figura 13: Estrutura do Epicentral: corredor lateral.
Fonte: Acervo Epicentral



Figura 14: Estrutura do Epicentral: salão interno
Fonte: Acervo Epicentral

Apesar de ter tido inicialmente um foco na bioconstrução, ao longo da existência e desenvolvimento do Epicentral, um novo sentido foi ganhando força: o social. Por se situar em uma comunidade, a questão social se apresenta de forma intensa e os idealizadores da casa se viram envolvidos nesse ponto. O Morro da Providência é a primeira favela da cidade do Rio de Janeiro e apresenta um conjunto de questões para seus moradores, dentre as quais podemos citar a ausência de saneamento básico; a frequente diminuição de salas de aulas disponíveis em escolas e creches públicas na região; a presença de crime organizado com tráfico de drogas; e a implementação de uma Unidade de Polícia Pacificadora –UPP³⁰, que gerou desconfianças por parte dos moradores, há oito anos atrás. Essas problemáticas interferem nas vidas dos moradores e acabam afetando o estabelecimento e a conexão entre as associações, os grupos militantes e coletivos diversos que ali atuam.

Durante um tempo, muitas atividades como cursos e palestras (figura 13), aluguel de espaços de coworking e ações voltadas para a educação ambiental (figura 14) e infantil foram propostas e, atualmente, as atividades promovidas para o público infantil são fixas e contam com a participação do grupo Horta Inteligente - apresentado no próximo subtópico.



Figura 15: Preparação para a Horta, no Epicentral
Fonte: Acervo Epicentral

³⁰ Neste trabalho não caberá discorrer acerca das diversas problemáticas existentes a partir da implementação do projeto de UPP's na cidade do Rio de Janeiro. Para tal, sugerimos a leitura da dissertação “UPP – A redução da favela a três letras: Uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro” (FRANCO, 2014)



Figura 16: Oficina de captação de água da chuva, realizada no Epicentral
Fonte: Acervo pessoal Ana Coimbra

Por já termos tido a oportunidade de atuar em atividades educacionais no Morro da Providência desde 2013 e por conhecermos anteriormente o coletivo em questão, buscamos entrevistar Isabel Meiroz, uma das idealizadoras e criadoras do Epicentral para que pudéssemos nos aprofundar no que é concebido por eles. Formada em administração, Isabel teve seu contato com a permacultura ao participar de um curso de introdução à permacultura (promovido pela Sustentarte, grupo do qual iremos tratar mais adiante) e segue estudando o tema por conta própria, guiada pelas próprias necessidades.

3.3.5. Horta Inteligente

Localizado no Morro da Providência, região central da cidade do Rio de Janeiro/RJ, O Horta Inteligente é um projeto de educação ambiental desenvolvido por Lorena e Elisângela, mais conhecida como Elis. As atividades tiveram seu início ao redor de uma Igreja Metodista que apoia os trabalhos realizados pelas duas e, atualmente, conta também com o espaço do Epicentral para o desenvolvimento de algumas atividades.



Figura 17: Atividade desenvolvida pelo Horta Inteligente no Epicentral
Fonte: Acervo Epicentral

Atuando principalmente com crianças que frequentam o local, Lorena e Elis propõem atividades lúdicas visando uma educação ambiental crítica; a aproximação dos participantes com a terra e o solo, sementes e alimentos naturais; e a promoção de um educação pautada no respeito às individualidades e no carinho entre os indivíduos.

Dentre as atividades desempenhadas, destacamos o cuidado com as hortas construídas no local. Apesar de, em seu início, o projeto não ter sido formulado nem como de agroecologia, nem como de permacultura, mas, atualmente, se inspirar no modelo agroecológico de plantio – no qual, dentre outras particularidades, os insumos utilizados provêm da compostagem de materiais orgânicos para a nutrição do solo (figura da poda) e os vegetais são plantados em consórcio (figura dos canteiros), para que um possam auxiliar no crescimento um do outro, por exemplo – a horta e os canteiros têm papel fundamental no processo educativo proposto. É a partir do plantio das sementes, do cuidado com as mudas e o seu posterior transplante para o solo que as atividades se desenvolvem.



Figura 18: Manejo de árvores. Poda para utilização da matéria orgânica na horta
Fonte: Acervo Ana Coimbra



Figura 19: Canteiro com consórcio entre arruda, pimenta, abobrinha, orégano e milho.
Fonte: Acervo Ana Coimbra



Figura 20: Canteiro com consórcio entre capim limão, bertalha, manjericão, abobrinha, erva doce, camomila, endro, pimenta

Fonte: Acervo pessoal Ana Coimbra

As organizadoras também promovem mutirões visando a limpeza e a reforma da horta e dos canteiros. Ao participar de um desses mutirões foi possível visualizar a dinâmica proposta por elas no desenvolvimento desse projeto.



Figura 21: Área de plantio com o solo coberto por matéria orgânica, pronta para receber as mudas de horta

Fonte: Acervo Ana Coimbra

Para esta pesquisa, entrevistamos Lorena Portela, que tem 25 anos, é formada em engenharia ambiental pela UFF, além de ser técnica em vigilância sanitária e mestranda em Saúde Pública pela FioCruz. Atualmente mora em Niterói e participa Horta Inteligente, no Rio de Janeiro. Sua relação com a permacultura teve início à partir do contato com a agroecologia na universidade, a partir da participação de encontros voltados ao tema, e participou do grupo EcoHouse³¹, junto ao qual desenvolveu diversas atividades de extensão tendo, inclusive, recebido investimentos por meio de um edital que permitiu que desenvolvessem suas atividades em escolas públicas de Niterói/RJ. O recurso financeiro proveniente do edital permitiu que ela e outros participantes pudessem participar de um PDC oferecido pelo IPEC.

3.3.6. Sustentarte

Criada em 2010, a Sustentarte é uma ONG que surgiu a partir de um projeto desenvolvido por Dany Garza no México. De acordo com a página na rede social Facebook, a missão apresentada por eles é:

Desenvolver e implantar soluções para a construção de um planeta sustentável, promovendo a educação e capacitação dos diversos setores sociais. O nosso compromisso é inspirar mudanças e provocar o pensar para a construção de uma sociedade consciente e ambientalmente responsável.

Inicialmente ligada ao reflorestamento de áreas destinadas à recuperação da Mata Atlântica, a partir do envolvimento de estudantes nessa causa, a Sustentarte atualmente apresenta uma visão mais sistêmica em relação ao plantio de espécies. Tendo como influência a permacultura, oferecem cursos de bioconstrução³², no Parque do Martelo – Humaitá/RJ em parceria com a AMAH (associação de Moradores do Alto Humaitá); desenvolvem o projeto Plante pra o Futuro e Escola Floresta para turmas da educação infantil e do ensino fundamental (figura 22), respectivamente; e realizam oficinas ligadas ao plantio de hortas orgânicas,

³¹ Grupo de permacultura organizado pelos estudantes do curso de engenharia ambiental da Universidade Federal Fluminense.

³² A Bioconstrução pode ser compreendida como um conceito que busca englobar diferentes técnicas da arquitetura vernacular mundial. É possível identificar a existência de técnicas com centenas de anos de história, inclusive algumas que datam do início das formações de assentamentos humanos. As técnicas relacionadas à este conceito dão preferência aos materiais disponíveis no local da construção, o que gera uma diminuição dos custos de energia com fabricação e transporte dos materiais. Em geral, são construções de baixo custo que podem ser feitas de madeira, terra crua, tijolos de terra batida, bambu e materiais naturais em geral. (IPOEMA, 2016)

produção de tintas naturais para pinturas em diferentes materiais, produção de papel reciclado, faxina sustentável.



Figura 22: Sentindo o ambiente durante as aulas promovidas na escola.

Fonte: Nayana Sganzerla

Além do desenvolvimento de atividades desempenhadas pelos organizadores, monitores e voluntários, observa-se a parceria com diversas outras grupos de diferentes áreas. Dentre os grupos ligados às práticas permaculturais citamos o Horta Inteligente – cujo trabalho foi apresentado acima – e com a AMAH que, acreditamos, apresenta uma relação mais ativa, devido ao fato de receber os cursos de bioconstrução em um espaço organizado por eles, o Parque do Martelo.

Durante algum tempo os cursos de bioconstrução promovidos pela Sustentarte ocorriam na EDEM – Escola Dinâmica do Ensino Moderno, localizada no Largo do Machado/RJ – na qual são ministradas, desde 2010 até os dias atuais, aulas de educação ambiental para turmas do ensino fundamental. Com a realização dos cursos nesta escola, diversas estruturas foram construídas com técnicas de bioconstrução ensinadas e são utilizadas pela comunidade acadêmica como um todo. Posteriormente, há cerca de 3 anos, os cursos passaram a acontecer no Parque do Martelo. O curso é ministrado por Dany Garza em parceria com diferentes profissionais e nele os participantes têm a oportunidade de aprender diversas metodologias para a aplicação de métodos de construção naturais desde a fundação até o teto verde e a finalização a partir da aplicação de rebocos e pinturas naturais (figuras 23 e 24).



Figura 23: Preparação da fundação da estrutura a ser construída no curso de Bioconstrução
Fonte: Nayana Sganzerla

Na figura a seguir (figura 21) é possível visualizar uma das estruturas construídas no Parque do Martelo durante um dos cursos. Trata-se de uma casinha construída no parque infantil, para que as crianças possam utilizar.



Figura 24: Casinha infantil construída no curso de bioconstrução.
Fonte: Nayana Sganzerla

Ao longo do curso são também realizadas dinâmicas que buscam promover a sensibilização em relação às causas ligadas ao meio ambiente e a integração e o contato entre os participantes (figura. 25). Observamos que, após participar dessas atividades, que acontecem em cada módulo do curso (são cerca de quatro módulos, um a cada mês), passa a existir uma sensação de grupo entre as pessoas envolvidas. Além de participarem das atividades práticas de bioconstrução, os participantes passam a compartilhar opiniões, contar histórias de suas

próprias vidas, se divertem construindo os equipamentos propostos (figura 26) e passam a desenvolver relações para fora do ambiente do curso.



Figura 25: Atividades lúdicas desenvolvidas ao longo do curso de bioconstrução
Fonte: Nayana Sganzerla



Figura 26: Casa de ferramentas concluída coletivamente no curso de bioconstrução
Fonte: Nayana Sganzerla

Por acreditar que a experiência na promoção de atividades ligadas à permacultura, por meio da educação ambiental e da bioconstrução, na cidade do Rio de Janeiro apresentada por Dany pudesse trazer elementos de interesse para a pesquisa, entramos em contato e realizamos a entrevista. Responsável pela criação e direção da Sustentarte, Dany Garza é formado em Relações Internacionais, com especialização em meio ambiente e desenvolvimento sustentável, além de ter uma ampla formação em cursos de permacultura para o planejamento de assentamentos humanos sustentáveis. Atualmente, vive no Rio de Janeiro, no bairro da Glória,

mas seu local de origem, onde grande parte de sua família viver, é a Cidade do México. Desenvolvia, junto à Bimbo, atividades ligadas à educação ambiental e reflorestamento com jovens estudantes no México até o momento em que decidiu trazer essas atividades ao Brasil, dando origem ao que seria o embrião dos projetos Escola Floresta e Plante para o Futuro, desenvolvidos pela Sustentarte.

A partir das informações acima relacionadas, foi elaborada a tabela a seguir (Tabela 3), na qual podemos observar as informações coletadas ao longo das entrevistas de forma sistematizada. Apesar da diversidade de idades; locais de moradia, pessoas que habitam a zona Sul, Norte e Niterói, fora da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro; e algumas terem participado de cursos de formação de permacultores (PDC), identifica-se que todos os indivíduos participantes das entrevistas apresentam ensino superior completo, o que, obviamente, não exclui a existência de pessoas atuantes no âmbito da permacultura e que não apresentem essa formação. No entanto, esta similaridade entre os participantes nos aponta um padrão que será considerado em nossa análise.

Tabela 3. Informações referentes aos indivíduos participantes das entrevistas

Nome	Armando Sérgio Carvalho Fonseca	Dany Garza Delmar	Dário Jurema	Gabriel Varela de Oliveira	Isabel de Meiroz Dias	Lorena Portela	Sandro Abreu de Azevedo
Idade	56	41	37	29	-	25	39
Escolaridade	Superior completo	Superior completo	Superior completo	Superior completo	Superior completo	Superior completo	Superior completo
Formação	Direito		Turismo, história e apicultura	Ciências Biológicas	Administração	Engenharia ambiental	Educação Física
Naturalidade	Rio de Janeiro	Cidade do México	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Bairro de moradia	Botafogo	Glória	Maracanã	Botafogo	Catete	Niterói	Irajá
Participou de um PDC?	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Grupo do qual faz parte	Educação Popular na Cinelândia	Sustentarte	Aldeia Maracanã	SOL e Mundos Livres	Epicentral	Horta Inteligente	Educação Popular na Cinelândia

Capítulo 4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO

Após a apresentação do histórico e princípios defendidos pela permacultura e pela teoria das representações sociais, apresentamos os caminhos metodológicos seguidos por esta pesquisa e o perfil dos grupos e indivíduos participantes das entrevistas. Este acúmulo nos traz até este ponto, no qual buscaremos expor as informações obtidas ao longo das entrevistas para que possamos explorar mais detalhadamente as questões levantadas.

Espera-se alcançar a verificação das questões que nos propusemos investigar e a compreensão do que está sendo comunicado ao longo das entrevistas, funções apontadas por Minayo (1994) como próprias à metodologia de análise de conteúdo. Estimamos que a aplicação desta técnica permitirá estabelecer conexões entre as informações obtidas e as questões levantadas pela pesquisa. Esta metodologia apresenta, igualmente, como finalidade a ampliação dos conhecimentos ligados aos temas pesquisados, objetivo que almejamos atingir e por isso a sua utilização (MINAYO, 1994).

Posterior à realização das entrevistas e do acompanhamento das atividades observadas em campo, seguimos algumas etapas para que fosse possível a análise das informações coletadas. Iniciamos elaborando uma tabela (Anexo 4) com tópicos associados às perguntas presentes no roteiro de entrevista, tais como “dificuldades no desenvolvimento da permacultura no contexto urbano”, “permanência na cidade do Rio de Janeiro” e “o que é permacultura?”. Nesta tabela também estão presentes informações relativas à elitização da permacultura, tópico que emergiu em diversas entrevistas, sem que tenha sido suscitado por parte da entrevistadora, e que iremos explorar melhor mais adiante neste capítulo. Seguido da organização desta tabela, buscamos categorizar essas informações para análise.

Neste capítulo apresentaremos os tópicos identificados no decorrer das entrevistas e das observações em campo, sendo eles referentes: (i) à compreensão do termo permacultura para cada indivíduo entrevistado; (ii) à discussão acerca da possível elitização da permacultura; (iii) ao que se entende como espaço urbano para os entrevistados, e (iv) às diferenças identificadas por eles, no que se refere ao espaço urbano e o rural; (v) aos motivos apresentados no que se refere à permanência deles na cidade e (vi) os porquês de não estarem envolvidos com o movimento de ecovilas; (vii) às dificuldades encontradas por eles para o desenvolvimento da permacultura no contexto

no qual estão inseridos; e (viii) ao que poderia facilitar a realização de práticas permaculturais na cidade.

Para estabelecer relações entre o que foi dito pelos diferentes entrevistados, apresentamos categorias, formadas tanto na fase exploratória da pesquisa quanto após a coleta de dados, visando o agrupamento das ideias e das expressões em torno de dos conceitos expostos (MINAYO, 2010, p.70). Os tópicos e categorias serão apresentados dentro de cada subcapítulo a seguir.

Durante a análise das entrevistas, identificamos uma particularidade que consideramos importante evidenciar, visando à uma percepção mais detalhada das respostas obtidas. Ao elaborar as questões que compõem o questionário, refletimos sobre as perguntas sob uma perspectiva do indivíduo, isto é, as reflexões que as pessoas envolvidas com a permacultura no contexto urbano expõem, suas relações com o grupo ao qual fazem parte e as subjetividades produzidas e existentes neste processo. No entanto, ao longo das entrevistas, é possível identificar nas falas uma mescla entre as identificações e processos de formação de subjetividade individuais com as questões que permeiam os grupos aos quais os indivíduos fazem parte. Ainda, fica evidente que os indivíduos que participaram das entrevistas não se colocam nem se enxergam enquanto líderes dos grupos. Suas falas não respondem pelo grupo e sim por cada um independentemente, mas é clara a identificação destes indivíduos enquanto partes importantes na constituição do coletivo no qual estão inseridos. Neste sentido, consideramos que, apesar de não falarem por todo o grupo, suas vivências e experiências permeiam e são permeadas pelas subjetividades compartilhadas entre os demais parceiros de atividades formando uma espécie de hibridização entre as representações individuais e coletivas.

Antes de apresentar os tópicos abordados e as categorias que foram identificadas, gostaríamos de comunicar a ausência de identificação direta dos entrevistados visando à manutenção de um mínimo de sigilo das identidades e informações fornecidas.

4.1. O que é permacultura afinal?

Os apontamentos feitos por Holmgren e Mollison (1978; 1988; 2007), precursores da permacultura, e pelos demais autores apresentados nesta pesquisa, acerca do que seria a permacultura evidencia que se trata de um conceito com diferentes abordagens que vêm evoluindo desde a sua criação até os dias atuais. Com esta perspectiva em mente,

entendemos a necessidade de explorar qual o sentido dado à permacultura por aqueles que estávamos entrevistando, para que então pudéssemos ouvir e argumentar sobre as demais problemáticas ligadas ao seu desenvolvimento no contexto urbano. Trazemos neste subcapítulo as visões particulares apresentadas pelos entrevistados no que se refere ao que é a permacultura.

Dentre as diferentes respostas, verificamos a dificuldade em definir precisamente o que seria a permacultura e identificamos diversas categorias nas quais as falas se encaixavam: a permacultura sendo vista como um guia para as decisões a serem tomadas, uma filosofia de vida; a permacultura como uma sistematização de outras ferramentas; um resgate de práticas desenvolvidas por comunidades e povos tradicionais, renovando-as para sua utilização de acordo com o contexto no qual se pretende aplicá-las; um viés espiritual, de conexão com os elementos da natureza; e a negação em prover uma definição exata.

A variedade de respostas obtidas a partir de uma pergunta que, a princípio, pode soar conceitual, evidencia as possibilidades de construção existentes em um tema apresentado inicialmente por Mollison e Holmgren mas que não é estanque. Aberto às particularidades dos territórios nos quais a permacultura é desenvolvida, nota-se também a importância da assimilação, formulação e representação por parte dos indivíduos que dela se ocupam e, nesse sentido, a permacultura se apresentará de acordo com os princípios éticos e também por meio da sua elaboração junto às subjetividades de cada atriz ou ator social. Observar as considerações trazidas pelos entrevistados poderá permitir a compreensão do contexto e das vivências de cada entrevistado.

No que se refere à permacultura enquanto uma metodologia de tomada de decisões citamos um trecho da entrevista realizada com a entrevistada A:

“Permacultura é difícil de definir por que não tem uma coisa tão definitiva e consensual. Mas, eu entendo a permacultura principalmente como princípios de design e como uma filosofia mesmo, uma filosofia de ação. Não é uma filosofia para explicar o mundo, apesar de ter gente que usa, né. Mas eu acho que é uma filosofia de tomada de decisão na prática e de combinar esses três aspectos da sustentabilidade, que é: o social, o ambiental e o econômico”

O trecho acima deixa clara a dificuldade em definir a permacultura como algo estanque e permite a visualização da sua utilização enquanto um guia de ações. Ficou claro que, para aqueles que compreendiam a permacultura como uma filosofia de vida, uma estrutura que permitisse um direcionamento para a tomada de decisões, os conceitos

éticos e de design acabam servindo como base fundamental nesse sentido e é a partir deles que as práticas cotidianas podem ganhar um viés permacultural.

Outra forma de compreender a permacultura, evidente nas entrevistas, associa-se à intenção de sistematizar conceitos e práticas de forma que possam estar contidos em um só termo. Essa categoria utiliza como base os princípios éticos e de design, bem como o que pode ser observado na flor da permacultura, que ilustra diferentes estratégias eficientes para a implementação da permacultura no contexto no qual se está inserido. A entrevistada B sugere que

A permacultura vem sistematizando outros campos. A agroecologia enquanto campo do conhecimento, não só enquanto prática de agricultura. Ela também vai fazer uso de outras tecnologias que vão estar associadas ao plantio. A Permacultura, o que eu vejo, é que ela tá pensando muito mais sistematicamente no sistema econômico, financeiro, na bioconstrução. Ela é uma forma de organizar ações. (...) Um grande processo de sistematização, de organização, que é fundamental.

Ela traz em sua fala, misturada à questão da sistematização, uma noção de resgate aos saberes ancestrais e a necessidade de reconexão desses saberes com as práticas propostas pela permacultura, o que nos conduz à próxima categoria identificada nas entrevistas.

Eu mantenho assim hoje, a minha definição: é esse processo de resgate e de sistematização. Sabe? Resgate, sistematização e inclusão. Então é, assim, olhar pra trás, o que a gente já tem. E aí é isso, realiza essa ponte, de sistematizar, de incluir, de trocar.

Nesse sentido, a entrevistada C crê que a permacultura seria “algo que os povos originários, os povos primitivos, não civilizados, praticam” e que a relação com a natureza existente no cotidiano desses povos seria uma relação permacultural. Complementando a definição exposta acima, a pessoa D aponta que a permacultura seria

O planejamento pra implementar assentamentos humanos. Então, se os humanos estão se assentando em prédios, você precisa, entendeu, estar dentro do escopo. Permacultura não é uma coisa em relação ao campo, é em relação ao homem. Então todas as áreas e campos em que o homem participa, você tem como aplicar ela (...) A permacultura não fala de você voltar ao tempo das cavernas, mas de você pegar esses princípios de comunidades autóctones [clássicas, caiçaras, aborígenes, tradicionais] e se desenvolver.

Essa noção de reconexão com elementos presentes em saberes ancestrais, provenientes de comunidades tradicionais³³ e que são passados adiante, geração após geração, apontada nas entrevistas, torna evidente a vontade de utilizar estratégias e práticas tradicionais para o desenvolvimento da permacultura. Ao longo das experiências vivenciadas por nós e das observações em campo para esta pesquisa, identificamos a utilização de saberes tradicionais como base para as práticas atuais. A vontade e a necessidade de promover esta reconexão está constantemente presente e pode favorecer a evolução da permacultura no contexto urbano pois utiliza técnicas testadas a anos pelas comunidades às quais pretende se reconectar.

Outro ponto, presente nas entrevistas, entende a permacultura a partir de uma visão menos racional, remetendo à importância dos elementos propostos serem utilizados em prol de um enriquecimento espiritual, uma forma de produzir alimentos para o corpo e para o espírito. Essa categoria aponta que a permacultura deve servir como estratégia para compreender a natureza como uma fonte de força e energia, na qual cada elemento vivente, bem como os fatores presentes no ambiente no qual este ser habite, apresenta uma conexão com os outros e com o todo. Entendemos que esta categoria muito se assemelha à categoria anterior, de reconexão com conhecimentos tradicionais e primitivos, visto que muitas comunidades tradicionais apresentam práticas espiritualizadas de conexão com a natureza, no entanto mantivemos esta separação por terem sido apresentadas por indivíduos diferentes, sem que tivessem sido conectadas nos momentos em que foram expostas.

Por último, nota-se, como uma das categorias apresentadas, a negação em definir sobre o que seria a permacultura. Um dos entrevistados declarou não se sentir confortável em apontar uma definição exata por ter um contato recente com a mesma e por seu envolvimento com o tema ser decorrente de atividades desenvolvidas pelo grupo do qual participa. Esta última categoria nos leva a uma discussão que se manifestou ao longo das entrevistas: a nomeação de atividades enquanto parte da permacultura.

Por não apresentar uma definição estanque, e por trazer consigo uma série de caminhos possíveis e práticas distintas para a sua implementação, detecta-se nas respostas

³³ De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2018), seguindo os parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, comunidades tradicionais são definidas como sendo "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição". No Brasil, são reconhecidas diversas comunidades tradicionais, tais como: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, sertanejos, quebradores de coco, dentre outros.

de dois dos entrevistados referências ao fato de existirem atividades sendo desenvolvidas na cidade do Rio de Janeiro e que não são nomeadas enquanto práticas permaculturais, apesar de estarem contidas no conjunto de práticas atribuídas a ela. Para o participante E:

As respostas estão aí (...) mas as pessoas não identificam com a permacultura e talvez nem precisem. Tem pessoas que são permacultoras e não sabem que são. E também não precisam saber também, pode continuar com as práticas delas. (...) Inclusive empresas.

Essa ausência da necessidade em atribuir nomes às atividades também esta presente nas falas de B, participante de um grupo que em seu início não apresentava um viés permacultural mas que se inspira e utiliza ferramentas ligadas à permacultura. Ela afirma que:

A técnica é de permacultura, a formação é de permacultura, a nossa abordagem e toda a nossa formação é de permacultura. A gente só não botou esse nome... Ou em algum momento botou, sei lá. (...) Digo que não trabalho com grupo de permacultura porque a gente não se auto denomina assim. Mas o trabalho que a gente faz tá dentro da permacultura urbana. Por causa das práticas que a gente trás. A gente não colocou esse nome. Então só nesse sentido que não. Mas pra mim é uma prática que tá dentro da permacultura, total.

Outro fator apresentado por ela para que não fosse nomeado enquanto um projeto de permacultura refere-se ao fato de que, no início, as atividades e a história do projeto do qual faz parte não estarem conectadas à permacultura e sim à necessidade de criar atividades para o público infantil de uma creche, proposta por outra participante. Não havia conexão com agroecologia ou permacultura antes das propostas trazidas por B que, de acordo com ela mesma, busca mostrar à sua parceira de projeto que o que elas estão fazendo é agroecologia e permacultura. A história do projeto não vem da permacultura e, por isso, para B, nomeá-lo dessa forma seria uma apropriação de um projeto, além de se configurar como uma estratégia para não fechar as portas para as pessoas que possam se interessar em participar. Para ela, não importa se as práticas levam o nome de “permacultura” e sim a existência delas no contexto urbano. “O nome é secundário!”, finaliza.

Observamos a ausência de uma definição precisa do que seria a permacultura e isso pode evidenciar que a permacultura acaba significando para cada indivíduo aquilo que cada um apropria dos conhecimentos propostos por ela, suas questões pessoais e subjetivas e o território no qual as atividades são desenvolvidas (JODELET, 1994). A fluidez do conceito de permacultura, identificada nas falas (HALL, 2016), permite que

cada indivíduo a represente de acordo com essa combinação sem que, com isso, perca as suas características que as mantenham dentro do espectro da permacultura (HOLMGREN, 2007).

4.2. Um movimento elitista?

Como dito anteriormente, selecionamos tópicos sobre os quais gostaríamos de obter informações e formulamos perguntas que pudessem servir a este propósito. No entanto, ao longo das entrevistas, pudemos perceber a existência de uma questão que não havia sido considerada por nós, mas que esteve presente na fala de grande parte dos entrevistados, referente à um processo de elitização pelo qual a permacultura passou. A entrevistada B expõe sua preocupação nesse sentido ao questionar

Como a gente inclui esse conhecimento? Como a gente dissemina? Democratiza? Como acelerar esses processos sem descartar, sem ter que escolher {quem irá participar}. Mas é isso: em um território que está degradado, uma população que não está unida, que tá refém de várias forças, assim tipo, a madeireira, a mineradora, o agronegócio, é difícil

Tendo chegado oficialmente ao Brasil no início da década de 1990, o movimento de permacultura se manteve, durante um longo período de tempo, associado aos grandes institutos de permacultura e, em seguida, passou por um período de popularização no qual foram oferecidos diversos PDC's ao redor do país, como apontado por Mendes (2010) e Ferreira Neto (2017). No entanto, esses cursos apresentavam altos preços de inscrição e, caso você fosse de outra cidade, ainda haveria gastos para o traslado e hospedagem a serem considerados.

Nas entrevistas realizadas, as respostas indicam que apenas três entrevistados participaram de um PDC, sendo que um deles somente teve a oportunidade em razão de incentivos financeiros provenientes de um edital. Os outros entrevistados apontam que seus conhecimentos em relação à permacultura foram sendo desenvolvidos a partir de outras fontes, tais como: pela leitura/consulta em livros e sites na internet; por meio da participação em mutirões nas áreas de outros grupos ligados à permacultura; e/ou por sistemas de trocas de trabalho e voluntariados em fazendas, ecovilas. No que se refere aos mutirões, alguns entrevistados salientaram a importância da participação nesses tipos de ações e indicaram que os grupos de agroecologia e permacultura das universidades do Rio de Janeiro se configuram como um excelente espaço de troca de informações e

técnicas, citando o grupo Capim Limão (UFRJ), organizado por estudantes universitários, como exemplo.

Uma das críticas em relação a esta elitização da permacultura, apontada por C, se refere ao fato de que as pessoas acabam mantendo uma série de demandas “pequeno burguesas”. Isso é citado como forma de apontar a observação de que muitos indivíduos buscam migrar para o campo, mas acabam mantendo seus desejos urbanos por bens materiais e oferecem cursos de permacultura visando o enriquecimento próprio e não de perpetuação dos conhecimentos. Para este entrevistado, esse processo acaba favorecendo a elitização da permacultura e diminuindo o seu alcance entre outros possíveis interessados que sejam pobres, visto que pessoas com baixo poder aquisitivo não terão acesso à participação desses cursos eu apresentam altos custos.

Em certo ponto da entrevista, A questiona: “Que permacultura é essa que você tem que pagar 3mil reais num curso e só tem branco e homem?”. Esses relatos caminham no mesmo sentido da discussão proposta no texto “Por uma permacultura morena e ecossocialista” escrito por Ferreira Neto (2016, Anexo 3), no qual vemos uma crítica aos caminhos que levaram à elitização da permacultura e propõe a necessidade da sua popularização, seja por meio de cursos com preços populares ou de ações que integrem, informem e formem as pessoas interessadas. A permacultura é vista como elitizada não pelas propostas que traz, mas pela forma como tem sido apropriada e a sua popularização é considerada como um processo importante.

Nesse sentido, identificamos nas falas a defesa em prol da manutenção dos coletivos que promovem a permacultura sem torna-la uma fonte de lucros, o que não significa que este trabalho deva ser encarado como algo voluntário. Pelo contrário, defendem a valorização financeira das atividades permaculturais.

Acreditamos que este tópico seja de grande interesse dos entrevistados visto que, mesmo não tendo sido um tema levantado nas perguntas, surgiu nas falas (HALL, 2016) e aparentou ser uma questão que buscam expor em suas práticas (JODELET, 1994), trabalhando de forma a promover a popularização da permacultura em seus locais de atuação.

4.3. “Onde não olhamos pro céu e nem pisamos na terra”

Os indivíduos foram selecionados para a participação das entrevistas levando em consideração o fato de atuarem na cidade do Rio de Janeiro, apesar de promoverem ações

em territórios distintos. Para além de compreender como atuam, nos interessa explorar a visão que têm sobre este contexto no qual estão inseridos, visto que esta percepção poderá auxiliar na discussão acerca das dificuldades e das possibilidades vividas por eles.

Bem como explorado por Lefebvre (2008), no que se refere ao conceito de urbano, ao analisar as falas, constatamos a existência de diferentes noções sobre o que ele seria. Ao mesmo tempo em que é colocado como um importante local no qual é possível haver a conexão entre as pessoas, possibilitando a troca de conhecimentos e de materiais produzidos, o espaço urbano é também identificado como um local no qual há um afastamento das necessidades básicas de sobrevivência. Para o entrevistado D, as necessidades básicas de sobrevivência dos seres humanos, seriam os “5 A’s”: abrigo, ar, água, alimento e agasalho. Em suas falas ele diz que

O meio urbano é o meio onde as pessoas não precisam trabalhar pra obter o seu sustento diretamente, as pessoas obtêm isso de uma maneira indireta. (...) Com o dinheiro que ela ganhar ela paga o abrigo, o alimento (...) Então é um espaço onde o ser humano passou a se afastar das necessidades básicas de sobrevivência. O que é algo ótimo! Não é ruim. Falando assim parece que é ruim.

Sua defesa em torno do afastamento das necessidades básicas se dá por acreditar que, ao não ser oprimido por essas necessidades, o ser humano pode passar a pensar em outras questões - tais como arte, cultura e amor – que podem gerar soluções para os problemas apresentados pela sociedade. Para D, a desconexão com as questões básicas de sobrevivência, quando ocorrer, pode ser favorável já que poderá permitir o surgimento de soluções para problemas vividos pela população atual e o desenvolvimento da cultura.

O mesmo não pode ser observado nas ideias colocadas por outros entrevistados, que apontam negativamente a desconexão existente e acreditam que ela pode ser reduzida com o auxílio da permacultura. Para B, o espaço urbano é este local no qual os indivíduos “não olham mais para o céu e não pisam na terra” e que esta seria a característica principal do modo de vida estabelecido nesse contexto. O entrevistado E entende essa desconexão como uma desvantagem para os cidadãos e que este processo ocorre de forma intencional, um processo no qual o espaço público estaria sendo “roubado” dos indivíduos que habitam as cidades. Ao falar sobre as cidades e os espaços públicos, ele defende a necessidade da manutenção das praças e dos demais espaços que sejam de livre acesso aos indivíduos para que as trocas interpessoais entre eles possam continuar existindo.

Em tempos em que a gente tem essas privatizações, tá se tomando tudo, né, é um projeto de público, né. Eu acho que na cidade, esses espaços públicos eles são um análogo da democracia. A gente tem um espaço público, em questão de cidade, capturado. Você tem um [espaço] público que você não pode usufruir. É público, mas a gente vê, a cada dia, menos público. Cada dia é uma cidade que o cidadão não é dono. Ele não vive naquela cidade. Ele tem que trabalhar naquela cidade. E a gente tem uma democracia sem o povo.

Nesse sentido, a cidade é vista também como um local de resistência, no qual deve haver a retomada pelos cidadãos. Essa ideia de retomada da cidade é justificada por ele acreditar que as pessoas percebem que a conjuntura deveria ser diferente e que a prova de que algo não deu certo na cidade é o fato de estarmos ali, reunidos na Praça da Cinelândia às 19h de uma sexta-feira, debatendo sobre a permacultura.

Consideramos importante notar a existência de duas concepções *a priori* antagônicas sobre o espaço urbano que, simultaneamente, permitem uma melhor visualização da complexidade desse território. As falas dos entrevistados giram em torno dessas duas concepções, sendo (i) a concepção de que o espaço urbano é representado tanto como um local de conexão entre pessoas, saberes, culturas; e ii) quanto um local de desconexão, no qual os indivíduos estariam afastados da natureza – aqui, vista em grande parte sob um olhar preservacionista.

Percebe-se que a cidade é um território compreendido como local de constante perda e busca de uma conexão com uma forma de natureza e de valores. Nesse sentido, retomando o exposto por Tönnies (1957), no que se refere aos conceitos iniciais de comunidade e de sociedade, pensamos haver entre os entrevistados uma construção de subjetividade que se debruça sobre a antiga concepção de comunidade que é então, de certa forma, espelhada na realidade, esta regida pela sociedade atual.

Nota-se que a interação entre as concepções (conexão/desconexão) e os conceitos (comunidade/sociedade) trazem desconforto com a permanência no espaço urbano. Além do incômodo, percebemos nas falas que esta interação e seus resultados podem servir como forma de combustível para a movimentação em torno de uma resistência ao que percebem como prejudicial para a população. Seja por escolha ou pela falta dela, os indivíduos entrevistados se encontram imersos no contexto apresentado pelo território urbano e suas ações e pensamentos irão nascer e se desenvolver nele sendo, desta forma, afetados.

4.4. Espaço urbano ou espaço rural?

Outra questão levantada nas entrevistas questionava se os participantes identificavam diferenças entre a permacultura desenvolvida no contexto urbano e a promovida no contexto rural, àqueles que já houvessem participado de atividades nesses contextos, e ficou evidente um consenso no sentido de que não haveria diferença teórica, mas sim prática. Para B

Não vejo diferenças na teoria, nos princípios, na ética. Mas no meio urbano são práticas adaptativas. Como viver de forma menos impactante? Eu vejo diferenças nas práticas. No meio urbano você tem que tentar se moldar ou desconstruir.

Os entrevistados expõem que nas zonas rurais, seja em ecovilas ou outras comunidades nas quais exista a identificação com a permacultura, há a mesma intenção de utilizar os princípios propostos que há no contexto urbano. No entanto, para se desenvolver na cidade, é preciso caminhar por estradas de concreto e não de terra, e é aí que as diferenças começam a aflorar. No contexto urbano, de acordo com as falas dos entrevistados, é preciso se moldar ou desconstruir o que está estabelecido e se unir a outras pessoas que tenham os mesmos interesses que o seu. Ainda, apontam que urge a necessidade de buscar instituições governamentais, universidades e empresas para que haja incentivos e patrocínios financeiros.

Um aspecto interessante foi a percepção de que nas zonas rurais são um referencial, de onde podem ser tiradas ideias, e no qual não há tanta necessidade de se defender a “reconexão” visto que eles estão mais conectados do que as cidades. Este seria então um discurso próprio de “pessoas da cidade”.

Por fim, ao mesmo tempo em que colocam o espaço rural enquanto um local de referência, indicam que não necessariamente desenvolvam práticas permaculturais. Nas zonas rurais é possível também perceber um aumento na utilização de químicos nos plantios, queimadas visando a renovação do solo, o desmatamento de florestas, dentre outras práticas que foram sendo favorecidas pelas políticas públicas fomentadas pelo governo federal implementadas, principalmente, após a revolução verde.

Nesse ponto fica evidente que os entrevistados compreendem as práticas no contexto rural como uma referência, mas que devem ser implementadas considerando o local no qual eles pretendem atuar. Ou seja, apesar de servirem como inspiração, não são entendidas como passíveis de serem desenvolvidas apenas nas áreas rurais, o que irá guiar

essa implementação será o território compartilhado pelo grupo social (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 1994), seja ele urbano ou rural.

4.5. Get out of town, before it's too late my love...

Get out of town
Before it's too late my love
Get out of town
Be good to me please

Why wish me harm?
Why not retire to a farm?
And be contented to charm
The birds of the trees

Caetano Velloso – Get out of town

Tendo em vista que os indivíduos entrevistados desenvolvem atividades ligadas a permacultura em um contexto urbano e que também é possível identificar a realização de práticas permaculturais em áreas rurais e em ecovilas, incluímos uma pergunta que buscasse evidenciar os motivos que levam à permanência dessas pessoas e o desenvolvimento de projetos no contexto urbano. As respostas obtidas oscilam entre três aspectos.

O primeiro deixa clara as consequências do distanciamento entre os seres humanos e a natureza, pois, dentre os argumentos apresentados como forma de justificar a permanência no contexto urbano, um deles consiste no fato de que não saberia como viver em um contexto que não o urbano. Apesar deste indivíduo participar de ações permaculturais, relata que sentira grande dificuldade em adaptar-se à vida e aos costumes existentes em uma zona rural, por se considerar essencialmente uma pessoa urbana. Além disso, para ele, as cidades seriam locais no qual há uma maior concentração das forças de trabalho e sua formação marxista aponta que é este o contexto que necessita de maior atuação, o que fortalece sua permanência no contexto urbano.

Outro aspecto está ligado ao momento da vida que as pessoas estão passando, seja em relação à busca por uma formação acadêmica e profissional, que poderá ser favorecida em virtude de sua permanência na cidade, ou à necessidade de estarem inseridas em um contexto com fluxos de comunicação mais dinâmicos e no qual haja proximidade a exposições, teatros, cinemas, e formas outras de contato com a produção cultural existente. Este ponto é exposto nas falas de B e de E, respectivamente:

Nesse momento da vida, tem muita coisa pra ser feita na cidade. E vai continuar tendo. Mas eu ainda quero fazer. (...) Tem muita coisa que eu quero fazer ainda e que a cidade precisa (...) Mas daqui a 10 anos eu não quero estar mais na cidade. - B

Estou aqui [nesse grupo] porque eu não consigo viver mais na cidade (...) Acho que essa diferença é fundamental. (...) E eu acho que alguém tem que fazer esse trabalho aqui. - E

Notamos a importância da escala de impacto na realização de mudanças e de atividades nos grandes centros em oposição a cidades menores como uma categoria apresentada, pois, segundo relatam as entrevistas, no contexto urbano é possível atingir um número de pessoas e gerar impactos superiores. D considera que,

os impactos ambientais são, a maioria deles, no campo. Mas a origem deles é no centro urbano. É o consumo urbano que extrai tanta matéria prima. Então se você vai pro meio do mato e se entoca e vira uma pessoa autônoma, você resolveu o seu problema mas você não sabe se daqui a trinta anos a situação não vai chegar ali. O rio que você bebe [a água] vai estar poluído. Então eu estou aqui pra trabalhar na origem do problema, sabe?

Esta fala remete-nos a outro aspecto, que caminha próximo à ideia de uma certa responsabilidade que alguns entrevistados colocam sobre si mesmos. Ao questionarmos E sobre a sua permanência na cidade, além de deixar claro que pretende um dia ir para um local mais calmo, menos turbulento, declara que

eu vou fazer meu trabalho até onde der. Eu tenho o sonho de um dia envelhecer e sair do Rio de Janeiro mas, enquanto eu tiver aqui, tiverem as demandas, eu vou ficar aqui. Por que são coisas que eu, a gente, tem que resolver. Me passa a minha angústia com os problemas sociais. Me passa a angústia agindo. Me faz bem, então eu assumi isso como bandeira.

Essas falas evidenciam também a presença de um caráter militante no modo como essas pessoas encaram a sua atuação, de forma que a manutenção delas nessa trajetória se torna necessária para que as atividades existam, pois, caso contrário, as ações promovidas por não terão continuidade. Existe, então, um entendimento da necessidade e da responsabilidade de construir um projeto que permita a resistência ao que é apresentado pela cidade e que possibilite o crescimento de um coletivo. Esta questão está intimamente ligada ao exposto no próximo subtópico, no que se refere às dificuldades encontradas na

promoção da permacultura no contexto urbano, pois constata-se a falta de pessoas que a sustente.

Pelo que pudemos observar, o fato dessa atuação promover uma diminuição na angústia sentida por E, reproduzida no trecho retirado da entrevista exposto acima, pode estar relacionada a uma sensação de pertencimento ao território no qual se está inserido e à vontade de agir socialmente nesse espaço e modificá-lo para que se torne um local de melhores condições de vida, de acordo com suas próprias noções.

As respostas fornecidas neste tópico evidenciam que os indivíduos entrevistados demonstram uma vontade em, antes de se retirarem para outros territórios, modificarem aquele no qual atuam incorporando ao seu cotidiano ações que se alinhem aos princípios que a permacultura aborda (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 1994). Ainda, é no espaço no qual estão inseridas que essas pessoas identificam a possibilidade de desenvolverem suas práticas permaculturais e se colocam como agentes sociais. Ao escolherem permanecer neste espaço os indivíduos se identificam com o território e com as pessoas que nele vivem, se constroem e expõem as suas representações em relação a ele (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 1994). Nesse sentido, esta análise entende que a compreensão sobre a permacultura para os entrevistados é um conjunto de elementos e princípios dos quais esses indivíduos se apropriam e com os quais buscam (re)construir suas vidas e suas identidades levando em consideração os fatores bióticos e abióticos existentes no território no qual atuam (CENTEMERI, 2018).

Apesar de diferentes motivos serem apontados como responsáveis pela continuidade desses indivíduos no contexto urbano, um fator está presente em seis das sete entrevistas: o desejo de uma futura migração para uma cidade menor, mas não para uma ecovila.

4.6. “Não acredito em ecovilas!”

A frase acima, utilizada por nós para definir este tópico, foi retirado de uma das falas e tornou evidente uma questão: a noção de que ecovilas não seriam ambientes nos quais estes indivíduos gostariam de desenvolver suas práticas permaculturais durante um longo período de tempo. É interessante notar que, no roteiro elaborado para as entrevistas, não há a menção de ecovilas, nem o questionamento sobre a relação entre os entrevistados e este movimento, mas que, ao questionar sobre as diferenças entre o desenvolvimento de práticas em zonas rurais e urbanas, este tema se fez presente.

Apesar de não negarem a importância da participação de atividades e práticas nestas comunidades alegam que, para eles, “se isolar” não seria nem uma possibilidade, nem um desejo. Para C, além do movimento de ecovilas soar como “uma visão idílica da realidade”, desenvolver práticas no contexto urbano está ligado a um certo tipo de desafio, como uma forma de resistência, como pode ser observado neste trecho da entrevista:

Aqui, justamente, tem uma coisa do desafio. Quando eu tô plantando aqui tem o sentimento também de que essa aqui é uma resistência. Cada coisa que nasce eu vejo, assim, o sistema sendo cada vez mais destruído. Uma força, a ancestralidade que tá vindo com as plantas, da conexão com a terra e de você poder , que as pessoas possam ir lá pra se reconectar.

Além do entendimento que desenvolver a permacultura no contexto urbano possa constituir uma forma de resistência, encontramos em outras duas entrevistas os relatos de que um isolamento não seria a forma que buscam promover suas ações. Relatam, ainda, que “não faz sentido uma permacultura que você tem que se isolar, lá em cima da montanha” e que a cidade constitui um campo de muita potência, no qual muito ainda pode ser feito.

Novamente, as falas evidenciam (HALL, 2016) que esses indivíduos compreendem o espaço urbano, território no qual estão inseridos (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 1994), como sendo passível de modificações e o anseio de atuar nesse processo, vislumbrando na permacultura os meios para que isso seja realizado (CENTEMERI, 2017), tanto que não relatam o desejo de retirar-se para alguma ecovila. Apesar de ser entendido como um espaço no qual há muito a ser realizado, é possível apontar dificuldades nesse processo, o que remete ao próximo subtópico, no qual abordaremos as problemáticas no desenvolvimento da permacultura no contexto urbano, de acordo com os entrevistados.

4.7. O que não é divertido não é sustentável

A frase apresentada acima é o lema da Rede Permear e traz a ideia de que, ao longo da aplicação e do desenvolvimento de técnicas e princípios permaculturais, deve-se buscar uma harmonia entre o que está sendo realizado e as pessoas envolvidas. Além da tentativa de utilizar os materiais mais adequados e sustentáveis, deve haver atenção para a sustentabilidade inter e intrapessoal evitando o adoecimento físico e espiritual dos

envolvidos e, segundo a rede Permeiar, a diversão é também um aspecto importante e que pode sinalizar a existência dessa sustentabilidade.

Uma série de questões podem afetar o *desenvolvimento sustentável*³⁴ das práticas permaculturais no contexto urbano, portanto, questionamos os entrevistados acerca das dificuldades encontradas por eles no desenvolvimento de práticas permaculturais no contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro e buscaremos expô-las a seguir. Dentre as dificuldades citadas, a ausência de recursos, sejam materiais ou financeiros, é apontada por todos os entrevistados como uma problemática existente o que nos leva a considerá-la como uma das mais impactantes. Ainda, identificamos questões ligadas (i) às dificuldades de sobrevivência na cidade; (ii) aos preconceitos e desconhecimento em relação ao termo “permacultura”; (iii) à falta de indivíduos comprometidos com a manutenção das atividades; (iv) à política; (v) à dificuldade de acesso às metodologias; (vi) à ausência de um senso de coletividade; e (vii) à desconexão dos indivíduos com a natureza e sua importância.

De acordo com o exposto pelos entrevistados, pensamos existir uma possível relação entre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas em sobreviver no contexto urbano (tendo em vista as declarações dos entrevistados em relação aos altos valores pagos para moradia e transporte aliados à má remuneração e condições trabalhistas), a falta de indivíduos comprometidos com a continuidade das práticas oferecidas por eles e a desconexão entre seres humanos e natureza. As falas relacionam a baixa permanência de pessoas nas práticas voltadas à permacultura no contexto urbano com as dificuldades de sobrevivência na cidade devido ao fato de essas questões tomarem grande parte do tempo livre que os trabalhadores têm para si mesmos ou para o lazer e, com isso, poucos se mantêm ativas em algum tipo de militância ou manutenção de práticas manuais. Ainda, a urgência em manter-se e a baixa quantidade de tempo livre disponível são apontadas como possíveis ampliadores da segregação entre os seres humanos e a natureza visto que um indivíduo que tenha poucas ou nenhuma condições de descanso poderá apresentar menos possibilidades de questionar e modificar sua relação entre si mesmo e seu entorno. Nesse sentido, os desafios sociais apresentam uma relevância maior do que aqueles que

³⁴ Utilizamos o termo desenvolvimento sustentável neste momento como referência a um desenvolvimento das práticas permaculturais de forma sustentável não somente ligadas à obtenção de materiais ou geração de resíduos, mas também em relação às questões e relações pessoais que tangem os indivíduos que as desenvolvem.

se referem à implementação das técnicas. O trecho a seguir, retirado da entrevista realizada com E, ilustra essa relação conflituosa com a cidade:

A gente tem um espaço público, em questão de cidade, capturado. Você tem um [espaço] público que você não pode usufruir. É público, mas a gente vê, a cada dia, menos público. Cada dia é uma cidade que o cidadão não é dono. Ele não vive naquela cidade. Ele tem que trabalhar naquela cidade. Ele é explorado nessa cidade. E a gente tem uma democracia sem o povo. (...) O que a gente faz aqui, eu acho, e os outros coletivos também, é uma retomada, uma tentativa de retomada. É um abrigo que você tem pra retomar isso. Na medida que você regularmente, cada medida de regulamentação da cidade, do que é urbano, do que é público, é uma desvantagem pro cidadão.

Para o desenvolvimento das atividades promovidas pelos grupos são necessários recursos que possibilitem a construção e compra de materiais e estruturas, o transporte dos materiais e de pessoas para o local, a comunicação entre os indivíduos e o público e, principalmente, o pagamento justo aos envolvidos. A existência de recursos materiais ou financeiros é apontada como um aspecto problemático na execução das atividades propostas pelos entrevistados e, nesse quesito, identificamos dois pontos de vista. O primeiro determina a ausência de recursos e a falta de interesse governamental nessa área. Indicam, ainda, existirem obstáculos políticos associados, tendo em vista que a execução e o patrocínio de um projeto pode estar sujeito ao “apadrinhamento” por parte de algum político - ou miliciano, dependendo em qual parte da cidade ele se situa. Nesse sentido, C nota que

a gente vive em uma realidade urbana e as pessoas não tem, assim, essa noção da terra, como ela funciona. Então você tem que ficar cuidando sempre. Uma dificuldade que é geral é a lógica da acomodação, a dependência do estado, a falta de posse garantida, o suborno de pessoas militantes. O clientelismo impede que pessoas voltem lá por meio de ameaças. No nosso território pessoas oportunistas prejudicaram o movimento. (...) A gente tem uma democracia do espectador. Então a gente é ensinado para ser um espectador. Você vai lá, 'ó que bonito'. Você faz o negócio ai depois você fica olhando, observando as coisas acontecerem.

O outro ponto indica existirem grandes quantidades de recursos financeiros que, todavia, não são capturados ou aproveitados pelos grupos de permacultura. Para D,

o que falta na permacultura é um pouco da importância é o viés econômico. O problema do dinheiro é que ele é um meio, ele não é um fim. Se você trata o dinheiro como fim, ele é um problema, se você trata ele como meio ele é ótimo. É enxergar o dinheiro como uma ferramenta.

No que se refere aos recursos materiais relatam que, no contexto urbano, a obtenção de madeiras, árvores, água é muito mais difícil do que em um contexto rural. O espaço disponível para a construção de estruturas como composteiras³⁵, BET's, hortas ou sistemas de captação de água da chuva se torna reduzido e, ainda, passível de questionamentos e discussões por parte de pessoas externas às atividades. Como, por exemplo, uma situação na qual as pessoas se mostraram contrárias à continuidade de uma horta comunitária em uma Clínica da Família por acreditarem que a horta traria insetos que pudessem disseminar a doença de Chagas. O promotor de tal horta defende que não havia possibilidade de haver triatomíneos (mais conhecidos como barbeiros, inseto vetor desta doença) no local e que, pelo contrário, a horta poderia trazer diversos benefícios para a comunidade participante da Clínica da Família em questão.

Há, de acordo com as entrevistas, um estigma que ronda a permacultura: o de que ela seria uma atividade própria de “hippies” ou de pessoas que não tenham atividades laborais fixas. Para os entrevistados, esta visão existe e é entendida como uma espécie de preconceito atribuída às atividades desempenhadas e que tende a desqualificá-los, desmerecendo e não reconhecendo a importância do que é feito, como expõe a fala de D.

Então eu vejo que o maior desafio da permacultura são esses: primeiro é a palavra. Que, ou não é conhecida ou é carregada de estigma... de ou ser coisa de hippie ou de quem mora no campo. E o outro é a falta dessa pegada de empreendimento. Eu acho que isso falta pra todo mundo.

Trata-se da ideia de que a permacultura se relacionaria apenas com cuidado de plantas ou com a construção de pequenos jardins e não com os demais tópicos aos quais se propõe atingir. Esse preconceito pode encontrar sua sustentação na medida em que as pessoas envolvidas relatam encontram dúvidas sobre a forma de possibilitar a disseminação das questões que são colocadas pelos princípios da permacultura. Nesse sentido, retomamos à Pezrès (2010) que coloca a necessidade da permacultura se organizar enquanto movimento evitando cair em um lugar comum e apenas do interesse de “filósofos-jardineiros”.

Apesar das dificuldades relatadas pelos indivíduos estarem conectadas com suas experiências pessoais, suas relações com os indivíduos de cada local de atuação e também com as questões existentes em cada território especificamente (MOSCOVICI, 1978;

³⁵ As composteiras consistem em uma estratégia ecológica utilizada para o aproveitamento do lixo orgânico visando gerar adubo e biofertilizante, que podem ser utilizados para nutrir o solo. Podem ser implementadas direto no solo, em canteiros ou em caixas, podendo ser utilizadas em apartamentos.

JODELET, 1994), identificamos que as problemáticas expostas apresentam similaridades o que, acreditamos, possa ocorrer devido ao fato de que os grupos entrevistados se situam em um mesmo contexto geral, a cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, cada indivíduo, ou grupo, apresentará propostas e soluções que se relacionem com seus próprios entendimentos e subjetividades, ou seja, com suas próprias representações, como podemos identificar no próximo subtópico.

4.8. Então, como promover a permacultura nesse contexto?

Finalizando nossas conversas sobre a permacultura no contexto urbano e as questões envolvidas, escolhemos um encerramento que pudesse trazer um sentimento mais otimista, no qual pudesse levar os participantes das entrevistas a uma reflexão sobre novos caminhos e possibilidades para a permacultura no contexto no qual estão inseridos. Sendo assim, após tantas ponderações sobre as dificuldades, questionamos os entrevistados sobre quais fatores eles acreditavam que poderiam facilitar a promoção da permacultura. Dentre as respostas encontram-se a intenção de promover a união e conexão entre grupos e pessoas atuantes na área; a instituição da permacultura enquanto política pública; o aumento de atividades que possam divulgar a permacultura; o desejo de não repetir erros do passado e a busca por autoconhecimento; e, surpreendentemente, o anseio por uma grande crise. Antes de prosseguir com mais detalhes sobre as declarações, gostaríamos de expor que consideramos esta última sugestão uma declaração inusitada, visto que não imaginávamos a referência de que uma possível crise poderia trazer benefícios à promoção da permacultura.

Marcamos o fato de que em todas as entrevistas foi defendida a necessidade de conectar os grupos e indivíduos que trabalham com permacultura e de divulgar as atividades que são realizadas atualmente. Apesar de alguns já desenvolverem atividades em parceria, F considera que é necessária uma mudança na forma que os diálogos ocorrem e que as estruturas de organização dos grupos são elaboradas, visto que ele identifica que

as pessoas não rompem com estruturas antigas. Não conseguem desenvolver práticas com esses grupos e ai então buscam novos grupos mas mantem o mesmo jeito de dialogar. O jeito pretencioso de ser dono da verdade. (...) Para que haja uma mudança, as pessoas tem que ir pra rua com a ideia de que haverão pessoas com ideias contrárias as suas.

A questão do diálogo apontada por F pode explicar porque as interações entre os grupos são poucas e incipientes, no entanto, está também presente nos diálogos que a existência de uma rede favoreceria a todos, inclusive no que se refere à instituição da permacultura enquanto política pública, visto que caso haja um forte movimento nesse sentido, as possibilidades dessa implementação se tornam maiores.

O estabelecimento da permacultura enquanto políticas públicas fomentadas pelo governo - isto é, a implementação de leis que amparem o ensino de permacultura nas escolas públicas, bem como a incorporação de técnicas propostas por ela no âmbito da construção civil ou no manejo de resíduos sólidos, por exemplo - surge devido ao entendimento de que é preciso “trabalhar com as leis”, se utilizando das formas legais para o financiamento das atividades que já existem e novas que possam surgir, além de considerar o tripé da sustentabilidade – foco ambiental, social e econômico -, no qual o “pé” econômico é, muitas vezes, desconsiderado ou inexistente. Existem grupos que se utilizam de verbas provenientes de editais ou de financiamentos coletivos, mas são poucos os que desfrutam disso, como é o caso dos grupos Horta Inteligente e EcoHouse, do qual uma das entrevistadas fez parte. Nesse aspecto, apontam como vias de atuação a utilização de elementos da permacultura em escolas, por meio de hortas, utilização de metodologias mais humanas e que estimulem a curiosidade e a autonomia dos estudantes, atividades práticas ministradas fora da sala de aula comum, etc; e em casas, também por meio de hortas comunitárias, de sistemas de captação de água da chuva e de bacias de evapotranspiração³⁶. D defende que a profissionalização, isto é, o estabelecimento de metas, a organização de planilhas com as quantidades de materiais necessários, e previsões reais de andamento de projetos, seria importante para a amplificação da permacultura.

O aumento dos debates e eventos ligados à permacultura pode permitir a sua assimilação por um número maior de pessoas, configurando um importante meio da sua promoção o que, inclusive, facilitaria sua inserção em leis que viabilizem a implementação de técnicas permaculturais por parte dos governos federal, estadual e municipal. Acreditamos que esses três fatores – conexão dos grupos, estabelecimento

³⁶ As bacias de evapotranspiração – BET, popularmente conhecidas por “fossas de bananeiras”, é um sistema de tratamento de água negra (proveniente da descarga de sanitários convencionais) que não gera efluentes e evita a poluição do solo, das águas superficiais e do lençol freático. Nesse sistema, os resíduos humanos são transformados em nutrientes para plantas e a água só sai por evaporação. São estruturas construídas com pneus reaproveitados, restos de entulho e plantas como bananeiras, inhame e taioba.

enquanto política pública e promoção de debates e divulgação – juntos, apresentem ganhos para o desenvolvimento da permacultura.

A ideia de que é necessário aprender com os erros cometidos anteriormente é vista como uma possibilidade de que as estruturas antigas, que se provaram danosas, não sejam repetidas, possibilitando que novas sejam experimentadas. E sinaliza como exemplo de práticas danosas a verticalização de poderes existentes em grupos e movimentos sociais, que trazem a tona questões ligadas ao “ego das pessoas”. Para ele, horizontalizar as relações pode ser favorável para a ampliação e manutenção dos grupos, servindo ainda como forma de integrar mais profundamente os participantes.

Tanto a questão da conexão entre grupos quanto a do aprendizado com erros anteriores apresenta conexão com algo exposto nas entrevistas: a necessidade de se buscar um autoconhecimento nas atitudes individuais que possa permitir o reconhecimento da vontade real das pessoas na participação das atividades e a diminuição de problemas decorrentes de atitudes egoístas. Denota-se que, caso as pessoas consigam avaliar profundamente seus interesses, a probabilidade de evasão dos espaços possa sofrer uma redução – obviamente, se as questões financeiras e trabalhistas atuais deixarem de ser opressoras, também pode acarretar em uma diminuição nesta evasão anunciada pelos entrevistados.

No que se refere ao entendimento de que uma crise poderia ser favorável à permacultura nas cidades, defende-se que

as crises são interessantes por que elas... as pessoas sofrem com a crise mas é também um momento de despertar, pra pensar fora da caixinha. Na crise ou você dá um tiro na cabeça ou você pula fora! E que vai depender de novas gerações para mudar esse tipo de organização.

Após a exposição de todas as questões levantadas ao longo das entrevistas, gostaríamos de finalizar colocando em evidência algo que esteve presente nas falas, e que é também do entendimento da autora desta pesquisa: o fato de que o momento no qual estamos é apenas um pedaço do caminho a ser seguido. Os resultados do que vem sendo plantado por essas pessoas talvez não seja visto florescendo no tempo de vida delas. Segundo A,

A gente quer que as coisas aconteçam hoje. A gente é muito ansiosa. Quer que as coisas aconteçam no nosso tempo de vida. Só que não vai ser. Se a gente ficar com isso na cabeça a gente não vai fazer nada. Isso vai te prender. Então é tentar ver qual é o seu papel nessa transformação, né. A gente se entende

como uma peça do quebra cabeça. Então: qual peça do quebra cabeça você vai ser? Como é que você vai atuar nesse cenário gigante que não é só atual, tem todo um contexto histórico.

Portanto, colocam que é importante “fazer as coisas sem se preocupar se veremos o final. Não há final. Há o caminho”, conclui o entrevistado C.

Nesse sentido fica claro que cada indivíduo aponta uma possível solução que se relaciona tanto com seus entendimentos individuais acerca da permacultura quando com o território no qual desenvolve suas práticas junto ao grupo do qual faz parte. Além disso, algumas soluções apresentam similaridades, o que comprova que estes indivíduos, mesmo pertencendo a grupos distintos, compartilham símbolos e produzem representações comuns, o que pode ocorrer devido ao fato de estarem conectadas com a permacultura (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 1994).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, dialogamos sobre a permacultura, seus princípios e suas particularidades, e a teoria das representações sociais, considerando o que foi proposto por Serge Moscovici e Denise Jodelet, bem como as contribuições de Stuart Hall. A partir do reconhecimento dos pontos individuais e coletivos presentes nas falas e do reconhecimento das representações produzidas pelos atores sociais em função dos seus processos de interação com os territórios, das problemáticas (inter)pessoais e das propostas trazidas pela permacultura, buscamos compreender as questões que emergem no seu desenvolvimento no contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro.

Observamos que nas diferentes categorias extraídas das entrevistas estão presentes uma variedade de entendimentos, certezas e dúvidas e identificamos distintos posicionamentos. Apesar dessas diferenças, apontamos a existência de semelhanças, ou seja, o compartilhamento de representações por parte desses indivíduos mesmo que eles não atuem no mesmo território ou, até mesmo, se conheçam. Essas semelhanças transcendem os territórios e as interações sociais e evidenciam a existência de um fio condutor que tem sua origem nos princípios éticos e de design colocados por Holmgren.

Ao pedirmos que definissem o que seria permacultura para eles, os entrevistados hesitaram em responder, pensando formas de traduzir suas percepções e ações sobre o tema. Destacamos que a dificuldade em determinar com precisão o que é a permacultura e a fluidez associada a ela é fruto da inter-relação com o seu entorno - visto que os indivíduos traçam uma conexão entre o ambiente e os princípios éticos da permacultura como modo de vida, buscando o design para a implementação de assentamentos humanos resilientes – e dos processos de produção de significados pelos indivíduos visto que cada um apresenta um escopo de subjetividades distinto, formando diferentes representações acerca de um mesmo tema. Apesar das diferenças geradas por este processo, apresentam em comum a tentativa de ressignificar a relação sociedade-natureza existente.

Fica evidente que, para os entrevistados, a permacultura se configura como uma estratégia na qual acreditam, utilizada para alcançar uma mudança social e que deve ser capaz de alcançar mais pessoas, de forma crítica e sem restrições de cunho financeiro, permitindo o desenvolvimento de uma ação mais ampla e coletiva. Essa mudança social, no entanto, tem seu início em bases singulares nos territórios locais, que apresentam condições específicas, mas pode ser ampliada e modificada de acordo com cada local.

No que se refere ao território, iniciamos esta pesquisa questionando de que forma seria possível promover a permacultura no contexto urbano e constatamos que, tendo em vista a identificação de uma referência nas práticas realizadas nas áreas rurais e os princípios éticos e de design, urbano ou rural não se apresentam mais como uma dicotomia para o desenvolvimento das práticas permaculturais. Em realidade, percebe-se que a questão está colocada na atuação em cada território, seja na cidade, em alguma ecovila, ou outro espaço rural, que também apresentam problemáticas próprias. Essa afirmação tem como suporte as informações obtidas ao questionarmos os entrevistados sobre as questões individuais, fruto das subjetividades de cada um, que os fazem permanecer na cidade, ao invés de buscarem outros espaços para o desenvolvimento de suas práticas permaculturais. As respostas deixam clara a identificação com o território no qual estão inseridos, a crença de serem capazes de promover atividades nesses locais e que, ao invés de buscar por outro, realizam atividades que levam à modificação deste. Apesar da frustração ao não realizar alguma atividade por motivos ligados à estrutura da cidade, há também o prazer de perceber e compartilhar os resultados obtidos com a implementação da permacultura nesses contextos.

A percepção de que os indivíduos entrevistados apresentam uma vontade de tornar a permacultura um modo de vida próprio, que ele possa ocupar com maior intensidade novos espaços e o desenvolvimento de redes entre os interessados em sua promoção são passos podem desencadear uma mudança do nível particular para os níveis coletivos. É possível que estas redes, se formadas, sejam capazes de viabilizar esta mudança, mas devem também se ocupar de reconhecer e valorizar as particularidades de cada grupo e território o que estaria, inclusive, de acordo com os princípios propostos pela permacultura de interação com os ambientes e de valorização das diversidades neles existentes. Desse modo, cada território, composto por suas especificidades, seria de interesse de estudos futuros para que fosse possível identificar as diversas experiências em permacultura e compreender o papel das diferentes culturas como condições para as iniciativas de permacultura locais.

Assim, desejamos que a presente pesquisa tenha trazido novos elementos para futuros diálogos que envolvam a permacultura e que os grupos ou pessoas interessadas na área que venham a utilizar as informações aqui presentes possam se beneficiar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Raphael Lorenzeto de. Map of Rio de Janeiro state. 2006. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:RiodeJaneiro_MesoMicroMunicip.svg>. Acesso em: 20 mar. 2018.

AKHTAR, F.; LODHI, S. A.; KHAN, S. S.; SARWAR, F. Incorporating permaculture and strategic management for sustainable ecological resource management. *Journal of Environmental Management*, v. 179, p. 31–37, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. . *Desenvolvimento Rural: Povos e comunidades tradicionais*. 2018. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1997. 256 p.

CENTEMERI, Laura. Health and the environment in ecological transition: the case of the permaculture movement. In: BRETELLE-ESTABLET, F.; GAILLE, M.; KATOUZIAN-SAFADI, M. *The Relationship between Environment, Health, and Disease Toward a Multi-Spatial and Historical Approach*. Hal, 2017. p. 1-28.

CHRISTIAN, Diana Leafe. *Creating a Life Together: Practical Tools to Grow Ecovillages and Intentional Communities*. New Society Publishers, 2003.

FERGUSON, Rafter Sass; LOVELL, Sarah Taylor. Grassroots engagement with transition to sustainability: Diversity and modes of participation in the international permaculture movement. *Ecology and Society*, v. 20, n. 4, 2015.

_____. Permaculture for agroecology: Design, movement, practice, and worldview. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 34, n. 2, p. 251–274, 2014.

FERREIRA NETO, Djalma Nery. *Caminhos e perspectivas para a popularização da permacultura no Brasil*. 2017. 368 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ecologia Aplicada, Usp/ Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Piracicaba, 2017.

FRANCO, Marielle. *UPP - A redução da favela a três letras: Uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro*. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

GAIA TRUST (Dinamarca). *What is an ecovillage?* Disponível em: <<http://gaia.org/global-ecovillage-network/ecovillage/>>. Acesso em: abr. 2018.

GREENPEACE. O surgimento do Greenpeace. 2010. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/quemsomos/Greenpeace-no-mundo/>>. Acesso em: maio 2018.

HAENFLER, Ross; JOHNSON, Brett; JONES, Ellis. Lifestyle Movements: Exploring the Intersection of Lifestyle and Social Movements. *Social Movement Studies*, v. 11, n. 1, p.1-20, jan. 2012. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14742837.2012.640535>.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Puc-rio: Apicuri, 2016. 260 p.

HOLLING, C. S. Resilience and stability of ecological systems. *Annual Review of Ecology and Systematics* 4: 1-23, 1973.

HOLMGREN, David. *Os fundamentos da permacultura*. Traduzido por: Alexandre Van Parys e Amantino Ramos de Freitas. Austrália: Ecosystemas, 2007.

IBGE. *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos no Brasil: Uma primeira aproximação*. p. 84. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. Rio de Janeiro: Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

IPEP. PDC: Curso de permacultura. Disponível em: <www.ipep.org.br/pdc-curso-de-permacultura>. Acesso em: 11 maio 2018.

IPOEMA. *Conceitos de Bioconstrução*. 2016. Disponível em: <<http://ipoema.org.br/category/artigos/>>. Acesso em: abr. 2018.

JACKSON, Ross. The Ecovillage Movement. *Permaculture Magazine*, n. 40, p.1-11, 2004.

JODELET, Denise. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 300-308, 1993.

_____. *Les représentations sociales: Sous la direction de Denise Jodelet*. p. 424, 4^a édition. Presses Universitaires de France, Paris. 1994.

_____. *Las Representaciones sociales del medio ambiente*. Coléccion Monografías Psico/Socio/Ambientals, 9, 29-44, 1996.

KOZENY, Geoph. *Intentional Communities: Lifestyles Based on Ideals*. Fellowship for Intentional Community, 1995 Disponível em: <https://www.ic.org/wiki/intentional-communities-lifestyles-based-ideals/> Acesso em: abril de 2018.

KRZYZANOWSKI, Renato Fávero. *Novas Tecnologias em Assentamentos: A Permacultura Como Proposta para o Planejamento de Unidades Unifamiliares em Florianópolis*. 2005. 144 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

- LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: Ufmg, 2008. 192 p.
- LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: A reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LOVELOCK, James. Gaia: Um modelo para a dinâmica planetária e celular. In: THOMPSON, William Irwin. Gaia: Uma teoria do conhecimento. 4. ed. São Paulo: Gaia, 2014. p. 79-92.
- LUNA, Sergio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: Educ, 1997.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. A dialética da agroecologia: Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 356 p.
- MANNEN, Delia et al. Sustainable Organizing: A multiparadigm Perspective of Organizational Development and Permaculture Gardening. Journal of leadership & Organizational Studies. Michigan, p. 355-368. 2012.
- MATTOS, Taisa Pinho. Ecovilas: A construção de uma cultura regenerativa a partir da práxis de Findhorn, Escócia. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2015.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo: Do neolítico à crise contemporânea. Brasília, DF: Unesp, 2010. 568 p. (NEAD).
- MENDES, Rafaelle. Perma o que? Permacultura para quem não sabe, mas quer saber. Trabalho de conclusão para o curso de jornalismo. Universidade Positivo. Curitiba, 2010
- MINAYO, Maria Cecília de Souza et al (Org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. (Coleção Temas Sociais).
- MOLLISON, Bill; HOLMGREN, David. Permacultura 1 - Uma agricultura permanente nas comunidades em geral. São Paulo, Ground, 1978
- MOLLISON, Bill. Permaculture: a designer's manual. Second edition. Tagari Publications, Austrália, 1988
- MOSCOVICI, Serge. A representação social da psicanálise. Zahar. Rio de Janeiro, 1978.
- _____. Natureza: para pensar a ecologia. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. Coleção Eicos.
- O DIA. IBGE: metade da população brasileira vive com menos de um salário mínimo. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/_conteudo/economia/2017-11-29/ibge-metade-da-populacao-brasileira-vive-com-menos-de-um-salario-minimo.html>. Acesso em: 10 mai. 2018.

PARTIDO VERDE. Partidos Verdes no Planeta. Disponível em: <<http://www.pvsp.org.br/index.php/institucional/os-12-valores-dos-verdes/37-partido-verde/partidos-verdes-no-planeta/204-partidos-verdes-no-planeta.html>>. Acesso em: maio 2018.

PEZRÈS, Emmanuel. La permaculture au sein de l'agriculture urbaine: Du jardin au projet de société. *Vertigo: la revue électronique en sciences de l'environnement*, -, v. 10, n. 2, p.1-14, abr. 2018.

PINDORAMA. PDC: Curso de design em permacultura. 2018. Disponível em: <www.pindorama.org.br/produto/pdc-curso-de-design-em-permacultura>. Acesso em: 11 maio 2018.

POLLI, Gislei Mocelin; KUHNEN, Ariane. Possibilidades de uso da teoria das representações sociais para os estudos pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia*, v. 16, n. 1, p. 57–64, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v16n1/a08v16n1.pdf>>.

SANTOS, Marco Paes Neves dos. As novas dinâmicas da sustentabilidade urbana em territórios de pobreza e exclusão social: O caso da Cova da Moura. *Revista INVI*, v. 29, n. 81, p. 891–897, 2014.

SILVA, Luis Fernando de Matheus. Ilusão concreta, utopia possível: contraculturas espaciais e permacultura (uma mirada desde o cone sul). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013

TAVARES, Fred; FERREIRA, Giselle Gama Torres. Marketing verde: um olhar sobre as tensões entre greenwashing e ecopropaganda na construção do apelo ecológico na comunicação publicitária. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 138, p.23-31, Nov. 2012.

TÖNNIES, Ferdinand. *Community and Society: Gemeinschaft und Gesellschaft*. East Lansing: The Michigan State University Press, 1957, p. 223-231.

TURINIČOVÁ, Zuzana. Back to Local Food in Urban Environment. *Ethnologia Actualis*, v. 14, n. 1, p. 95–111, 2014.

UNEP. Environmental Governance. United Nations Environment Program. Disponível em: <http://www.unep.org/delc/EnvironmentalGovernance/tabid/54638/Default.aspx> . Acesso em: novembro de 2016.

VALERA, Sergi. Medio ambiente y representacion social: Une visita à la ciudad como representacion social. *Psicologia y Medio Ambiente. Aspectos Psicosociales, Educativos y Metodologicos*. p. 133-147, 2000.

VETETO, James R.; LOCKYER, Joshua. Environmental Anthropology Engaging Permaculture: Moving Theory and Practice Toward Sustainability. *Agriculture*, v. 30, n. 1-2, p. 47–58, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1556-486X.2008.00007.x>>. The living culture whose time has come. *ECOS* - 144, p. 8–10, 2008.

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Este roteiro de entrevista visa à obtenção de informações que possam trazer reflexões e respostas a respeito do tema da pesquisa

A- Informações sobre o entrevistado

1. Nome:
2. Idade:
3. Local de residência (bairro):
4. Formação:

B- Questões ligadas ao tema da pesquisa

1. Faz parte de algum grupo ligado a Permacultura?
2. Há quanto tempo conhece/trabalha com Permacultura?
3. Você pode falar um pouco mais sobre a sua trajetória e envolvimento com o tema?
4. O que é Permacultura para você?
5. Desenvolve, junto a um grupo ou individualmente, práticas ligadas a Permacultura?
 - 5.1. Se sim, como elas costumam acontecer?
 - 5.2. Você pode descrevê-las?
6. Você e seu grupo tem algum tipo de relação com outros grupos que desenvolvam projetos similares?
 - 6.1. De que forma isso ocorre?
7. Você identifica alguma dificuldade no desenvolvimento das suas práticas ligadas a Permacultura?
 - 7.1. Você poderia falar um pouco mais sobre isso? (objetivos 2 e 4)
8. Você já participou de atividades deste tipo em regiões rurais?
 - 8.1. Se sim, vê alguma diferença entre as praticadas no contexto urbano?
 - 8.2. Você poderia falar um pouco mais sobre isso? (objetivo 2)

C- Permacultura Urbana

1. Para você, o que significa “espaço urbano”?
2. Você acha que a permacultura apresenta meios de se estabelecer na cidade do Rio de Janeiro?
 - 2.1. Você pode falar mais sobre isso?
3. Você acredita que exista algo que poderia facilitar o desenvolvimento da Permacultura no contexto urbano?
 - 3.1. Se sim, O que? Se não, por quê?
4. Diante das eventuais dificuldades, o que fez/faz com que você mantenha a prática da permacultura no contexto urbano?

ANEXO 2

Mapeando a Permacultura no Brasil

	Nome do grupo	Bairro	Cidade
1	Grupo Curare	-	Botucatu
2	PUPA Permacultura	Freitas	São José dos Campos
3	Sítio Agroecológico Experimental	zona rural	Barra do Garças
4	Ecosítio Nova Terra	Pinheiro	Maquiné
5	Gerana Orgânicos	Da Barra	Pouso Alegre
6	Coletivo BioWit	Centro	Palmeira
7	Espaço Rosa dos Ventos Permacultura	Cantagalo	São Thomé das Letras
8	RAE - Rede de Agroecologia e de Permacultura	-	Araçatuba
9	Laró House	sb	Jericóacoara
10	ecoPalha	Sede Figueira	Chapecó
11	IDEAL - Instituto de Defesa e Envolvimento Ambiental	San Tiago	Piraquara
12	associação proscience	Sumare	São Paulo
13	Estação Biomangue de Permacultura	Alto da Rasa - Buzios - RJ	Armação dos Búzios
14	Estação Marcos Ninguém Permacultura	Dom José	Alpestre
15	Santa Gaia Sustentável	Enseada	Sao Sebastião
16	Instituto Penso Verde	Lami	Porto Alegre
17	Nativos Urbanos	Recanto do Cedro	Sete Lagoas
18	Grupo do Caparaó	Ponta da Fruta	Vila Velha
19	Oca Aram	-	Guarulhos
20	Fundação Julita	Jardim São Luis	São Paulo
21	Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica - IPEMA	Corcovado	Ubatuba
22	APEMA - ASSOCIAÇÃO DE PERMACULTORES DA MATA ATLANTICA	-	RJ
23	Oasis Mundo	Penha	Paraty
24	ECOFOCUS	Centro	Rio de Janeiro
25	Terra Viva	perdizes	São Paulo
26	Casa Amarela	Itapuã	Salvador
27	Instituto Arca Verde	-	São Francisco de Paula

28	Nova Oikos Permacultura	Varzea do Ranchinho	Camboriú
29	Contraponto	Zona rural Extrema	Congonhas do Norte
30	piracanga	zona rural	Itacaré
31	Ananda Kirtana	Proximo a Vila Sao Francisco	Belmiro Braga
32	INSTITUTO DE PERMACULTURA ECOVIDA SAO MIGUEL	LAPINHA DA SERRA -MG _ SÃO GONÇALO DO RIO DAS PEDRAS-MG	SANTANA DO RIACHO E SERRO
33	Reserva Utopia	Zona Rural	Guiratinga
34	Sítio Incandeia - Instituto de Permacultura EcoVIDA São Miguel	São Gonçalo do Rio das Pedras	Serro
35	Bioconstrução em Pocinhos	Taquari	Caldas
36	Caaeté - Projeto Permacultural	Fazenda Velha	Santo Antonio do Pinhal
37	Daterra Educação e Permacultura	Jd. Cláudia	São Bernardo do Campo
38	Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira - APOMM	Muitos	Itamonte, Virginia, São Sebastião do Rio Verde, São Thomé das Letras, Aiuruoca, Soledade, Carmo de Minas, São Lourenço, Pedralva.
39	Instituto de permacultura Ecovida São Miguel	São Gonçalo do rio das pedras	Serro
40	ecolaborando	Itatuba	Embu das Artes
41	Boldinho da urca	Urca	Rio de Janeiro
42	Sítio Abaetetuba	Lumiar	Nova Friburgo
43	Yvy Porã Estação de Permacultura	Santa Filomena	S. Pedro de Alcântara
44	Associação Veracidade	Vila Prado	São Carlos
45	Sítio Nós na Teia	Jardim Botânico	Brasília
46	Núcleo de Agroecologia Nheengatu	São Judas	Piracicaba
47	Programa Sementinha: Multiplicando Permacultores	-	Campo Largo
48	Morada Natural Bioarquitetura e Agroecologia	Águas de contendas	Conceição do Rio Verde
49	Permaculturando na Mantiqueira	Quilombo	São Bento do Sapucaí
50	PermaUna	Registro	Taubaté
51	coletivo vértice	-	Pinhalzinho
52	Sítio Kaa Puã	Sorocamirim	São Roque

53	Sítio Amoreza	Colônia	Morro Redondo
54	Sítio Permaculturando	Vila Rosa	Praia Grande
55	Sítio Guayí	-	Tangará
56	Estação de Permacultura Morada Ekoa	-	Imbituba
57	Digaobikeporai	Fazenda Aricanduva	São Paulo
58	Sítio Saramandala - Soberania Alimentar, Resiliência Ambiental e Amor Universal	Morada das Piavas	Sarapuí
59	Purna Ananda Ashram Ecovila	Matadouro	Vassouras
60	vida de clara luz	Boa Esperança	Itapevi
61	Grupo MUDA - Mutirão de Agroecologia. LaVAPer - Laboratório Vivo de Agroecologia e Permacultura.	Ilha do Fundão / Cidade Universitária UFRJ	Rio de Janeiro
62	Ecovila El Nagual	Santo Aleixo	Mage
63	Cooperativa Viver Natural	Morumbi	Uberlândia
64	Instituto Terraviva	Poço	Maceio
65	Permabrazilis	-	Niterói
66	Instituto Kairós	Centro	São Paulo
67	Incubadora de Cooperativas Populares - Incop Unesp Assis	Parque Universitario	Assis
68	Sesc Itaquera	Itaquera	São Paulo
69	Espaço de Permacultura " Arraial de Santa Ana	Ribeirão	Iporanga
70	Ecovila Tibá de São Carlos	Zona Rural	São Carlos
71	Paraizo	-	São carlos
72	Sítio São Miguel	Graminha	Caconde
73	Jupi-Poranga	Zona Rural	Jijoca de Jericoacoara
74	LABambu	Jardim Brasil	Bauru
75	Rede PSB	-	Toledo
76	Eco Sítio Aysso	Linha Imperial	Nova Petrópolis
77	Sociedade para o Avanço Humano e Desenvolvimento Ecosófico	Povoado Campo do Marinho	São Cristóvão
78	Amorada Ahow	Pacaembu	São Paulo
79	Coletivo Dedoverde	Jardim Monte Azul	São Paulo
80	Instituto de Permacultura do Ceará -IPC	Mangabeira	Eusébio
81	Terra Viva	Campos da escolástica	são paulo
82	Casa Sana	Distrito do Sana	Macaé
83	Sítio Entoá	Lapinha da Serra	Santana do Riacho
84	Coletivo Permacultura Joinville	Centro	Joinville

85	Aboré Permacultura	Morro Torto	Indaiatuba
86	Coletivo Sapopema	-	Cruzeiro do Sul
87	Sítio Cambacué	Zona rural	Planaltina de goia
88	Instituto Ambiental Daterra de Permacultura e Sustentabilidade	Lago Azul	Estância Velha
89	ebioconstrução	-	araçariguama
90	Permacultura urbana	Gamboa	Rio de janeiro
91	Instituto Cupinzeiro	Centro	São João Batista do Glória
92	Ecocentro de Permacultura - Viçosa MG (EKOPEV)	Cachoeira de Santa Cruz	Viçosa
93	Centro Vida Orgânica	Rio Pequeno	Rancho Queimado
94	Quintais e Jardins Agroecológicos de Fortaleza	Jardim América	Fortaleza
95	Instituto Biorregional do Cerrado IBC	Alto do Alto	Alto Paraíso de Goiás
96	Adriano	Moema	SP
97	ECOVILA KARAGUATA	Rio Pardinho	Santa Cruz do Sul
98	Grupo de Estudos em Práticas de Permacultura - GEPPe/UFC	Pici	Fortaleza
99	Núcleo de Estudos e Práticas Permaculturais do Semiárido - NEPPSA	Itaperi	Fortaleza
100	Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira	Centro	Virgínia
101	GEPPe-UFC (Grupo de Estudos e Práticas em Permacultura - Universidade Federal do Ceará)	Pici	Fortaleza
102	Permacultura Mato Grosso do Sul	Vila Ipiranga	Campo Grande
103	Flor de Ibez		Barra do Garças
104	Sítio Alto Paraíso	Rio Lessa	Alfredo Wagner
105	Ecovila Viver Simples	Centro	Itamonte
106	Horta do Beto	Jd Miriam	Vinhedo
107	Aboré Permacultura	Morro Torto	INDAIATUBA
108	Coletivo PermaSampa	-	São Paulo
109	Chácara Dutamboó	Mato Dentro	Mairiporã
110	Estação Luz Espaço Experimental de Tecnologias Sociais	Campos Elíseos	Ribeirão Preto

(Fonte: FERREIRA NETO, 2017. Disponível online:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/15OiWfytqxDedajv1523Q7FWvv8eC9kZ71jAHWokVoo8/edit#gid=1728473515> . Acesso em: abril de 2018)

ANEXO 3

“Por uma permacultura morena e ecossocialista”

Por Djalma Nery Ferreira Neto - 31/03/2016

Cresce, no Brasil, interesse por novos métodos de viver e produzir. Mas ainda é branco e pragmático. É hora novo passo: o de associar-se às periferias, às maiorias e às lógicas não-capitalistas

Djalma Nery entrevista Thomas Enlazador

Se você não sabe o que é permacultura¹, não se preocupe: isso não é um privilégio seu. Como grande parte das práticas e propostas do chamado ‘mundo alternativo’, esse conceito é praticamente desconhecido do grande público, circulando majoritariamente por entre círculos iniciáticos e por seus arredores imediatos. É fato que, com o passar dos anos – ainda que lentamente – cada vez mais pessoas tem tomado contato com a permacultura por meio de cursos, vídeos, palestras e espaços de difusão do conhecimento.

Uma observação rápida no perfil geral de seus principais promotores e entusiastas pode levar a uma confirmação da restritividade do conceito: homens, brancos, jovens, universitários, de classe média e classe média-alta. Esse é um fato que constato pela vivência pessoal e pela pesquisa de mestrado que venho desenvolvendo desde 2013 sobre a popularização da permacultura no Brasil, a ser defendida e publicada até o final de 2016.

Em fevereiro desse ano entrevistei o amigo e permacultor Thomas Enlazador, fundador do extinto Ecocentro Bicho-do-Mato e do IBC (Instituto Biorregional do Cerrado), entre diversos outros projetos. Com base nessa entrevista – e na importância que vejo em seu conteúdo – decidi redigir essa matéria para movimentar o tema.

Mais do que um punhado de técnicas, a permacultura apresenta um outro projeto de vida e de sociedade, integral e integrado, e que afeta todas as áreas da existência humana. Thomas lembra que não podemos nos restringir apenas aos seus aspectos técnicos, que muitos de nós já dominam:

“fazer horta mandala e sanitário seco, qualquer um faz: você pega um PDF, bate a cabeça duas ou três vezes, mas faz. Fica profissional. Mas organizar uma comunidade, trabalhar o conceito de biorregionalismo, a economia, as relações, a governança, a institucionalização, a politização... aí é onde está o grande desafio, em especial do design social, sobre o qual venho me debruçando”.

Ele traça também um pouco da cronologia da permacultura brasileira, e faz sua crítica ao processo e à conjuntura:

“A permacultura no Brasil já passou por vários momentos. Aquele momento inicial em que estava restrita a 4 institutos, depois uma segunda geração, uma terceira, uma quarta, quinta, acho que hoje já estamos indo pra sexta geração de permacultores nacionais, haja visto que a permacultura já vai fazer 25 anos, desde quando foi realizado o primeiro PDC² nestas terras. A permacultura no Brasil carece de base social, de unidade em cooperação, confiança e estratégias conjuntas. (...) Um Brasil Permacultor precisa de PermaAtivistas. Articuladores Sociais da Permacultura, que farão o Eco para a popularização, visitaçõ, integração, inclusão social e intercâmbios econômicos mais justos e cooperados em rede.

Latinizemos mais nossa permacultura, emancipemos politicamente nossos Ecoletivos e Organizações de Resistência e Defesa de Territórios. Por Gaia, por Nós e pelas Futuras Gerações. Chegamos ao limiar da transformação.

A permacultura enquanto conceito e movimento pode agir com maior postura e firmeza nos processos da construção política dos Estados, Nações, Municípios, Vilas, Bairros, Biorregiões, e nos espaços de controle e participação social. Neles podem e devem ser pautados as soluções propostas pela permacultura. A partir dessa incisão em instancias e articulações institucionais, abre-se o leque para implementarmos uma Cultura Política Regenerativa, pautando a Permacultura como política pública na co-criação de Planos Diretores, Saneamento, etc.

Trabalho por uma Permacultura Popular, Ecossocialista, Solidária, Cabocla e claro, com maior conexão espiritual com nossos ancestrais. Pela conexão com Pachamama, no respeito e na cura com as plantas de poder, no sacramento dos ritos e mitos, das intergerações e Biorregiões, de brancos, pardos, amarelos e negros, hippies e punks, de gays, trans e lésbicas, das nossas duas centenas de povos indígenas em franca ameaça, dos ribeirinhos, kalungas, mendigos e refugiados, dos favelados, dos atingidos por barragens, dos sírios, haitianos e ciganos... A Perma, Ecovilas e Práticas Sustentáveis ainda não estão acessíveis, e se encontram em universos econômicos elitizados. Os educandos de cursos de perma, moradores de ecovilas e afins são em geral, brancos, filhos de classes média e alta, com bom nível universitário. A maior concentração de iniciativas se encontra no Eixo Sul-Sudeste. São poucos negros, indígenas, pescadores, rendeiras, sem teto e sem terras. Estão ainda parcialmente excluídos, mas eles dariam uma base concreta na formação política e Ecossocialista da Permacultura Popular Libertária.

Não nos limitemos a criar tão somente um movimento de redução da nossa pegada ecológica, muito menos da permacultura como um fim, e sim um meio.

Engajamento na base social, formação política, ações diretas de desobediência civil não violenta, alianças políticas com camponeses, indígenas, comunidades tradicionais, que como a própria permacultura, estão (estamos) à margem do sistema. Sem essa postura, nos fechamos em uma “bolha de luz verde e pseudo-sustentável” que não emancipa comunidades e muito menos insere socialmente.

Enxerguemos para além do número de painéis solares de nossos institutos ou ecovilas, dos basons e das bioconstruções, dos hectares de Safs e Selfies. Deveria assumir uma postura mais aguerrida. De ecovilas de refugiados, de sanitários secos na favelas, da agrofloresta nos sertões e rincões, embaixo da ponte com moradores de rua... E isso, acaba se refletindo no Brasil que vivemos hoje, pode ser perigoso se não nos posicionarmos. Não só para uma ditadura, como é o medo de alguns, mas para que se instale uma democracia de fachada, como já vivemos em alguns aspectos.

Estamos criando uma tendência a uma elite de comunidades sustentáveis ambientalmente, e despolitizadas socioeconomicamente? Grande parte dos projetos no Brasil, incluindo as próprias ecovilas, acabam tendo posturas que refletem a postura de uma cidadã que se alheia a política e se ocupa na construção do seu bem estar social e zona de conforto. Uma desprezo pela política, mas uma visão de conformismo com o Capitalismo que acaba os encubando. Um arquétipo coxinha, só que com um recheio mais sustentável. Ao invés de ser uma coxinha de frango é uma coxinha de jaca. Ótimo! Que bom que é sustentável, que bom que é ecológico. Celebremos que ocupam esse espaço, e que indivíduos compromissados estão fazendo esse movimento ligado à sustentabilidade. Porém isso não basta! Se não houver emancipação e formação política da conjuntura biorregional, nacional e global das esferas socioeconômicas, ambientais e política, sem a busca pela unidade na construção de um Brasil EcoSocialista, Solidário e Diverso, continuaremos a permaculturar de nós pra nós mesmos”

Thomas ressalta também que, dentro das iniciativas

“(…) existem várias exceções. Várias não, algumas, que estão buscando levar a permacultura pros assentamentos do Movimento dos Sem Terra; pra produtores rurais; pro movimento mais camponês; para o Movimento dos Sem Teto, etc. Eu acho que a permacultura no Brasil precisa se voltar mais para os movimentos sociais e para as comunidades tradicionais, democratizar mais esses cursos, viabilizá-los financeiramente, e não transferir o custo dos cursos somente para as inscrições”.

Por fim, reconhece também

“(…) que a permacultura está começando a dar um salto no sentido de ser um pouco mais conhecida no Brasil. A gente ainda tem um abismo muito grande – institutos que cobram 2.500, 3.000 reais em um PDC, colocando-se como o melhor PDC do Brasil. Eu acho que a gente tem que sair um pouco dessa disputa, desse jogo de ego da permacultura. Eu acho que o momento agora é da permacultura se emancipar enquanto movimento, e trazer mais pra dentro esses permacultores antigos que não estavam muito conscientes da importância política da permacultura.”

É interessante citar que muitas pessoas justificam sua atração pela permacultura em seu caráter prático. Mais do que ‘falar’ de mudança, permacultura ‘é mudança em si’. Temos aí já um interessante salto qualitativo do discurso à ação, ainda que individual ou localizada. O que parece estar se anunciando nas discussões cada vez mais presentes no interior da ‘comunidade permacultural’ brasileira e mundial, é a proposta de um novo salto, onde, reconhecidos os limites da atuação local e individualizada, parte-se agora para uma articulação regional e global, na busca da ação e da prática comum balizada pelos princípios éticos da permacultura, pois o coletivo é sempre mais forte que o indivíduo.

No entanto, para esse salto, é indispensável difundir e popularizar cada vez mais esta proposta de transformação. Para além da constituição de uma rede de comunidades alternativas, o que se discute é tornar possível uma alternativa social ampla e inclusiva. E para isso, torna-se clara a necessidade de acessar a fração majoritária da população, composta pelas camadas sociais mais vulneráveis e excluídas.

Não se trata de convencer ninguém. Não é necessário converter pessoas, e nem é preciso uma maioria absoluta. Se for possível romper ao menos a zona do privilégio e do silêncio, e caminhar lado a lado com os movimentos sociais populares, urbanos e rurais, empoderá-los e ser por eles empoderada, a permacultura brasileira certamente se aproximará de seu objetivo de transformação social concreto e objetivo, aqui e agora.

Muito trabalho a ser feito; muita reflexão e mudança, sempre! O que vem depois da coxinha de jaca?

1 Para saber mais sobre esse conceito, acesse <https://biowit.files.wordpress.com/2010/11/livreto-permacultura-1.pdf>² Sigla para ‘Permaculture Design Course’, ou Curso de Design em Permacultura: considerado por muitos a ‘porta de entrada’ para este universo. Possui um currículo básico que aborda todos os rudimentos e princípios centrais em, no mínimo 72h de curso.

ANEXO 4

Modelo da tabela utilizada para a organização das informações coletadas durante as entrevistas. Aqui mostramos apenas o formato para que seja possível compreender a metodologia aplicada. A exclusão das informações se dá para a manutenção da privacidade dos entrevistados.

NOME	X
Idade	X
Bairro de residência	X
Formação	X
Grupo de permacultura do qual participa	X
Tempo de contato com a permacultura	X
Envolvimento com o tema	X
O que é permacultura?	X
Interação com outros grupos	X
Dificuldades	X
Conexão com práticas no contexto urbano	X
Espaço urbano	X
O que poderia facilitar o desenvolvimento da permacultura no contexto urbano?	X
Permanência na cidade do Rio de Janeiro	X
Extras	X